

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

PAULO LISANDRO AMARAL MARQUES

TRABALHO EMANCIPADO
Empresas recuperadas pelos trabalhadores:
A experiência autogestionária de metalúrgicos gaúchos.

Porto Alegre, dezembro de 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

PAULO LISANDRO AMARAL MARQUES

TRABALHO EMANCIPADO
Empresas recuperadas pelos trabalhadores:
A experiência autogestionária de metalúrgicos gaúchos.

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS com vistas à satisfação das exigências para obtenção do título de Mestre em Sociologia.
Orientador: Prof. Dr. Antonio David Cattani

Porto Alegre, dezembro de 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TRABALHO EMANCIPADO
Empresas recuperadas pelos trabalhadores:
A experiência autogestionária de metalúrgicos gaúchos.

Dissertação apresentada à Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Jacob Carlos Lima

Prof^ª. Dr^ª. Lorena Holzmann

Prof^ª. Dr^ª. Tânia Steren dos Santos

Porto Alegre, dezembro de 2006.

A classe operária deve saber que o sistema atual, mesmo com todas as misérias que lhe são impostas, engendra simultaneamente as condições materiais e as formas sociais necessárias para uma reconstrução econômica da sociedade. Em vez deste lema conservador: “Um salário justo por uma jornada de trabalho justa!”, deverá escrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: “Abolição do sistema de trabalho assalariado!”.

Karl Marx

RESUMO

A presente dissertação constitui-se de um estudo de experiências de autogestão dos trabalhadores metalúrgicos gaúchos em empresas recuperadas após o processo de falência. Com o advento da avalanche neoliberal que assolou a América Latina, cujo resultado para milhares de trabalhadores na década de 1990 foi à ampliação do desemprego e da exclusão social em patamares nunca vistos, as experiências de autogestão operária, a partir da recuperação de empresas falidas, ressurgem, neste início de século XXI, como estratégia de resistência e alternativa de geração de trabalho e renda. A multiplicação destes casos constitui-se como um fenômeno social relevante, de um lado porque insere o tema da autogestão e das possibilidades de *trabalho emancipado* no debate sobre as profundas transformações que ocorrem no chamado “mundo do trabalho” (desregulamentação, novas tecnologias, decadência do modelo taylorista-fordista, inserção de novas formas de acumulação de capital e refluxo do movimento sindical) e de outro lado aponta para o surgimento de um novo ator social, *o trabalhador autogestionário* nos diferentes países no qual o fenômeno se desenvolve. O presente estudo, realizado a partir de pesquisa bibliográfica sobre o tema e entrevistas com trabalhadores de três empresas metalúrgicas recuperadas da região metropolitana de Porto Alegre, dirigentes sindicais, assessores técnicos de entidades não-governamentais e gestores de políticas públicas busca analisar o significado da prática autogestionária para os trabalhadores assim como as possibilidades que as mesmas apresentam no sentido de efetivar novas relações sociais de produção capazes de superar à lógica do trabalho alienante característico das relações capitalistas de produção.

Palavras-chave: trabalho emancipado, autogestão; autonomia operária; emancipação social.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I-EMANCIPAÇÃO SOCIAL NO MUNDO DO TRABALHO	12
1.1 Trabalho emancipado como condição da emancipação social.	17
1.2 Autogestão no contexto da luta anticapitalista.	22
1.3 Práticas de trabalho emancipado: da Comuna de Paris às alternativas contemporâneas.	24
CAPÍTULO II - A PRODUÇÃO NÃO CAPITALISTA: AS EXPERIÊNCIAS DAS EMPRESAS RECUPERADAS PELOS TRABALHADORES	29
2.1 O cenário: capital e trabalho em tempos de neoliberalismo	32
2.2 A construção de alternativas: Multiplicação dos processos de recuperação de empresas pelos trabalhadores na América Latina	37
2.3 <i>Ocupar, resistir e produzir</i> : as fábricas recuperadas na Argentina	38
2.4 Empresas de Produção Social: a experiência de co-gestão na Venezuela	42
CAPÍTULO III - AS EMPRESAS RECUPERADAS PELOS TRABALHADORES NO BRASIL	46
3.1 Das experiências pioneiras à criação da ANTEAG	48
3.2 O sindicalismo e a construção da UNISOL Brasil	55
3.3 O quadro atual das empresas recuperadas no Brasil	59
3.4 As Empresas recuperadas e as políticas públicas	62
CAPÍTULO IV - EMPRESAS RECUPERADAS NO RS: A EXPERIÊNCIA DOS METALÚRGICOS GAÚCHOS	68
4.1 Do cooperativismo de resistência à construção de redes nacionais: A experiência da CTMC e GERALCOOP	70
4.1.1 Histórias de luta e resistência	72
4.1.2 Os desafios de superação da “cultura de gestão sindical”	76
4.1.3 Ações Inovadoras no campo político-organizativo	79
4.2 COOPEREI: Uma experiência específica de autogestão	81
4.2.1 Reiniciar a produção: o “período heróico”	88
4.2.2 As novas relações de trabalho: gestão e produção coletiva	92
4.2.3. Os sentidos da autogestão: <i>laboratório de trabalho emancipado</i>	105
CONCLUSÃO	110
BIBLIOGRAFIA	118
ANEXO I	126

INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade da década de noventa, do século XX, trabalhadores de diferentes países da América Latina recolocam em prática, como forma de resistência ao aprofundamento do desemprego e da exclusão social, um tipo de ação coletiva que durante muito tempo foi relegada ao segundo plano pelo movimento operário, mas que reapareceu no bojo das lutas contemporâneas contra as mazelas do capitalismo. Referimo-nos ao ressurgimento dos processos de *autogestão operária da produção*.

Dizemos *ressurgimento* no sentido de que as experiências de trabalho autogestionário não são novas na história do movimento operário. Segundo Fernando Haddad, “o tema da superação do trabalho assalariado e da propriedade privada, é um tema contemporâneo à revolução burguesa, sendo que após muitas idas e vindas durante o século XIX, ele sofreu, ao longo do século XX, uma derrota do tamanho das catástrofes do século, ficando totalmente em segundo plano”¹. A derrota de que o autor se refere diz respeito ao fracasso do chamado socialismo real. Neste período, quando o tema reaparece, na experiência da Iugoslávia de Tito, nos anos 1980, o sistema já estava entrando no caminho inexorável do seu final melancólico. A partir disso, salienta Haddad, “tivemos um hiato histórico em que o debate sobre alternativas às relações sociais de produção capitalista não encontrava eco. Vivemos esse hiato temporal e hoje temos nas mãos uma grande oportunidade de voltar a discutir emancipação”².

A retomada destas práticas de autogestão e, conseqüentemente, do debate sobre este tema, se dá no contexto de resistência dos trabalhadores aos efeitos socialmente nefastos do neoliberalismo. Esse processo se desenvolve em diversos países da América Latina, com a ampliação de experiências de trabalho não capitalista, ou seja, diferentes formas de produção não assalariadas, baseadas nos princípios da cooperação e do associativismo.

Entre estas diversas experiências, destacam-se as chamadas “empresas recuperadas por trabalhadores” que ganharam reconhecimento como fenômeno social a partir da crise econômica ocorrida na Argentina no período 2000-2001, na qual milhares de empresas

¹ HADDAD, Fernando. **Hay que ser solidário pero sin perder la combatividad jamás**. In MELLO, Sylvia Láser de [Org.]. *Economia Solidária e Autogestão*. Encontros Internacionais. São Paulo: NESOL - USP,ITCP-USP,PW,2005. pg. 22.

² HADDAD (2005), pg.23.

quebraram, colocando na rua centenas de trabalhadores sem nenhuma perspectiva. A partir disso, com a palavra de ordem “*ocupar, resistir, produzir*” os trabalhadores iniciaram o processo de recuperação dos postos de trabalho através da autogestão das unidades produtivas falidas.

Todavia, estas experiências não estavam restritas à Argentina. No mesmo período, ocorre a multiplicação de ações coletivas deste tipo no Uruguai, na Venezuela e no Brasil. No caso brasileiro as primeiras experiências aconteceram já na década de 1980. O que deu notoriedade ao caso Argentino foi a multiplicação acelerada de experiências como resultado de uma das maiores mobilizações de massas da história daquele país, sendo esta a principal diferença em relação aos processos de recuperação de fabricas dos outros países, pois os motivos para a multiplicação do fenômeno foram os mesmos, ou seja, o aumento do desemprego como consequência das políticas neoliberais aplicadas por sucessivos governos desde o início da década.³

A partir destas experiências de trabalho coletivo associado, ampliaram-se nos últimos anos as investigações acadêmicas e a produção teórica sobre o tema nas mais diversas áreas das ciências sociais como a economia, filosofia, história, pedagogia, sociologia entre outras. Em sua maioria com o foco centrado na Economia Solidária, denominação que procura abarcar as mais diversas experiências de trabalho organizado a partir dos princípios da cooperação, associativismo e da autogestão.

As principais referências sobre este tema são: no Brasil o professor Paul Singer e na França o sociólogo Jean - Louis Laville. Em relação aos estudos existentes sobre o tema específico das experiências de autogestão a partir de “fábricas e empresas recuperadas”, quase todos são recentes, em sua maioria dissertações de mestrado ou teses de doutorado, sendo que encontramos poucas publicações. Entre os estudos publicados, destacamos a pesquisa da professora Lorena Holzmann sobre o caso da empresa Wallig⁴, e a recente pesquisa organizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES, em conjunto com o IPEA⁵.

³ SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2001.

⁴ HOLZMANN, Lorena. **Operário sem patrão: Gestão cooperativa e dilemas da democracia**. São Carlos: Editora da UFSCAR, 2001.

⁵ TAUILE, José Ricardo. [Et alii]. **Empreendimentos Autogestionários provenientes de massas falidas: Uma tipologia da Economia Solidária e Autogestão**. Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, SENAES, 2005.

O presente trabalho pretende contribuir com os demais estudos sobre o tema, a partir da análise de casos específicos que estão em andamento. Em vista disso, apresentamos uma investigação sobre as experiências autogestionárias implantadas nas empresas recuperadas pelos trabalhadores do setor metalúrgico do Rio Grande do Sul. Salientamos que a intenção não foi analisar a totalidade de experiências existentes no Estado, mas, a partir de uma amostra de três casos, realizar um estudo qualitativo cujo objetivo é a tentativa de responder a algumas perguntas norteadoras da pesquisa.

Ou seja, quais são as principais mudanças que ocorrem nas relações de trabalho a partir da implantação da gestão coletiva? Qual o significado que este processo tem para os trabalhadores? O que muda da relação deste trabalhador com o trabalho que realiza? Quais as possibilidades que se abrem no sentido de efetivar novas relações de trabalho emancipado? E o *sentido* das experiências, ou seja, elas constituem uma alternativa de emancipação social ou apenas uma nova forma de gestão nos marcos do sistema capitalista? A partir destas questões procuramos analisar a prática da autogestão no seu *sentido restrito* vinculado com a perspectiva do sentido amplo, ou seja, enquanto processo de *emancipação social* “decorrente dos movimentos históricos e das lutas da classe trabalhadora”⁶.

Todavia, se é verdade, como afirma Boaventura de Souza Santos, “que vivemos em uma época em que a idéia de que não há alternativas ao capitalismo conseguiu um nível de aceitação que não tem precedentes na história do capitalismo”,⁷ por outro lado, presenciamos nos últimos anos, o renascimento do ativismo a favor de uma globalização contra-hegemônica, ou seja, o surgimento de novos movimentos sociais, os movimentos anti-globalização representados principalmente no âmbito do Fórum Social Mundial, que buscam, sobretudo apresentar alternativas concretas tanto no campo da política, como na economia.

Em relação às alternativas no campo econômico, mesmo com as contradições inerentes a um processo que se dá no seio do capitalismo, não deixa de apresentar elementos anti-capitalistas, sendo, portanto, apresentadas como alternativas *prático-concretas* que se inserem no contexto das lutas emancipatórias. Nesse sentido, entendemos ser necessário

⁶ NAHAS, Valesca Guimarães. **Autogestão**. In CATTANI, Antonio David. HOLZMANN, Lorena. [Orgs.]. Dicionário de Trabalho e Tecnologia. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p.36.

⁷ SANTOS, Boaventura de Souza. [Org.]. **Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pg.24.

compreender o significado dessa atividade *prático - sensível*, nas palavras de Kosik: “sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade”.⁸

A hipótese que procuramos comprovar a partir da pesquisa é a de que os processos autogestionários realizados a partir da recuperação de empresas falidas constituem *laboratórios de trabalho emancipado* cujo principal sentido está na possibilidade de exercitarem novas relações de trabalho antagônicas ao modelo capitalista, ou seja, com relações baseadas na cooperação, participação, igualdade, equidade e solidariedade, sendo que este aprendizado somente se desdobrará em conseqüências maiores na medida em que seja incorporado como referência de um projeto de transformações profundas da sociedade.

Para quem os sistemas socialistas centralizados não ofereciam uma alternativa emancipatória ao capitalismo, a crise desses sistemas criou a oportunidade para recuperar ou inventar alternativas (no plural) que apontam para práticas e formas de sociabilidade anticapitalistas⁹. Se, a variedade de experiências e a heterogeneidade de atores não nos permitem determinar o que poderá *vir a ser*, no futuro, estas experiências, por outro lado, podemos afirmar como Boaventura Santos que “ao criticar e procurar superar, em maior ou menor escala, as características do capitalismo, as experiências têm em comum o fato de, ainda que não pretendam substituir o capitalismo de um só golpe, buscar, no mínimo, tornar mais incômoda a sua reprodução e hegemonia”.¹⁰

Os três casos de empresas recuperadas pelos trabalhadores do setor metalúrgico estudados nesta pesquisa estão localizadas na região metropolitana de Porto Alegre: São elas a Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas - CTMC, de Canoas; a Cooperativa dos Trabalhadores em Metalurgia de Guaíba - GERALCOOP, de Guaíba; e a Cooperativa Industrial Cristo Rei –COOPEREI, de São Leopoldo.

A pesquisa de campo teve início a partir de visitas exploratórias nas três empresas no ano de 2005, no qual tivemos contato com as direções no sentido de conseguir a autorização para realização da pesquisa. A partir desses contatos iniciais identificamos entre as três diversas semelhanças quanto a alguns aspectos como o processo de mobilização dos trabalhadores, formação da cooperativa, e apoios externos. No entanto, uma das experiências, a

⁸ KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

⁹ SANTOS (2002), pg. 25.

¹⁰ SANTOS (2002), pg. 29.

COOPEREI de São Leopoldo, nos chamou a atenção ao apresentar características que se diferenciavam das demais em relação às mudanças realizadas no processo de organização do trabalho e os processos de gestão operária da produção, o que nos fez optar por um aprofundamento da pesquisa nesta experiência. Cabe salientar que a intenção não foi a de realizar comparações entre as experiências, mas salientar características que possam contribuir com a compreensão dos processos.

A partir destas definições realizamos no primeiro semestre de 2006, entrevistas com os trabalhadores das empresas, com dirigentes sindicais, assessores técnicos, tanto aqueles que já trabalharam junto das empresas como aqueles que ainda prestam assessoria e gestores públicos. Utilizamos um roteiro de entrevistas pré-estruturado com perguntas relativas às questões da proposta de pesquisa.

Os resultados do presente trabalho estão organizados em quatro capítulos. No primeiro capítulo discorremos sobre o tema da *emancipação social* e suas diferentes interpretações teóricas, através da qual procuramos analisar a *práxis do trabalho emancipado* no processo. No mesmo capítulo, apresentamos um breve retrospecto da prática autogestionária no contexto de luta anti-capitalista dos trabalhadores ao longo da história. No segundo capítulo, situamos o fenômeno das “empresas recuperadas” na América Latina, com destaque para o contexto político e econômico no qual se desenvolvem. No sentido de ilustrar este cenário apresentamos uma análise das experiências em curso na Argentina e na Venezuela. No terceiro capítulo, abordamos o fenômeno das empresas recuperadas no Brasil, desde as primeiras experiências até o quadro atual. Ainda neste capítulo, discorremos sobre o papel dos sindicatos e das políticas públicas no processo. No quarto e último capítulo discorremos sobre as experiências autogestionárias dos metalúrgicos gaúchos. A partir da pesquisa de campo apresentamos uma síntese analítica dos resultados do estudo.

CAPITULO I - EMANCIPAÇÃO SOCIAL NO MUNDO DO TRABALHO

O surgimento do operariado enquanto classe e a hegemonia política do capital só foram possíveis quando a força de trabalho se tornou uma mercadoria, para isso foi necessário destruir o feudalismo. Se no feudalismo a classe trabalhadora era propriedade da classe exploradora, no capitalismo as coisas são diferentes, é preciso libertar os trabalhadores da terra, ou seja, despoja-los para que se tornem duplamente dependentes do capital¹¹. O homem no capitalismo, portanto, passou viver a condição de homem livre, porém expropriado do seu trabalho e da posse dos meios de produção. Portanto, a “liberdade” adquirida no capitalismo se resume à possibilidade de vender sua força de trabalho ao proprietário dos meios de produção ou morrer de fome.

Cada termo do sistema econômico capitalista vem, assim, confirmar a divisão da sociedade em classes e a exploração social e econômica dos trabalhadores. Do ponto de vista social, os mecanismos econômicos colocam os trabalhadores irremediavelmente em uma situação de subordinação. A degradação, o embrutecimento e a submissão às hierarquias se constituíram como práticas intrínsecas ao modo de produção capitalista, a partir da retirada do controle e autonomia que o trabalhador tinha na produção artesanal.¹²

Mesmo com as profundas transformações ocorridas a partir da terceira revolução científica e tecnológica, cujas condições técnicas já possibilitariam uma nova lógica de organização do trabalho (diminuição da jornada de trabalho, autonomia coletiva, por exemplo), o que vemos na realidade concreta do capitalismo atual é a ampliação do trabalho precário, sem direitos ou qualquer proteção, o que aprofunda a desigualdade e a exclusão social de um número cada vez maior de pessoas em todo o mundo, principalmente a chamada *classe-que-vive-do-trabalho*¹³; o que nos autoriza a afirmar a importância que adquire na atualidade o debate acerca do *lugar* e as *condições* do trabalho em nossas vidas.¹⁴

¹¹ CODO, Wanderley [*Et alii*] Indivíduo. **Trabalho e sofrimento. Uma abordagem Interdisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1993.pg.54.

¹² MOTTA, Fernando C. Prestes. **Burocracia e autogestão (a proposta de Proudhon)**. São Paulo: Brasiliense, 1981, pg.72.

¹³ ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000, (2ª Edição).

¹⁴ MERCURE, Daniel e SPURK, Jan. [Orgs.]. **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005

Em função disso, identificamos uma gama de questões relacionadas aos diversos aspectos acerca do debate sobre o presente e o futuro do trabalho (formas de organização do trabalho, condições de trabalho, falta de trabalho, o sentido do trabalho) Destas, destacamos, como central, o problema das perspectivas e possibilidades para os trabalhadores deste início de século XXI, de efetivar uma prática de *trabalho emancipado* antagônica à lógica de organização capitalista da produção.

Ao contrário da tese que nega a centralidade do trabalho, cuja base de argumentação é a idéia de que a classe trabalhadora já não mostraria mais a potencialidade e o sentido ativo e transformador do trabalho, capaz de mudar a ordem capitalista, compreendemos como central o papel da *classe-que-vive-do-trabalho*¹⁵ enquanto sujeito dos processos de transformação social e o *trabalho* como condição de existência social do homem, ou seja, “eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana”.¹⁶

Por isso pretendemos nos deter no tema referente às formas de organização do trabalho que surgem neste contexto de mudanças e suas perspectivas de futuro, ou seja, com o advento da crise da “sociedade salarial”¹⁷ é possível pensarmos numa forma alternativa de trabalho que coloque em cheque o próprio modo de produção existente? Capaz de substituí-lo por outro modo antagônico, baseado, sobretudo, no *trabalho emancipado* da lógica capitalista? Estas são as questões chaves deste estudo.

Inseridas em um determinado contexto social, político e econômico a *autogestão de fábricas e empresas* pelos trabalhadores tem se constituído como um importante laboratório de inovações e experimentações no campo da organização do trabalho e da produção. A partir de relações baseadas em princípios e valores tais como a cooperação, a solidariedade, a equidade, a autonomia e democracia, a autogestão apresenta uma série de possibilidades quanto à perspectiva de efetivar uma *práxis* de *trabalho emancipado*, que se contrapõe à lógica do trabalho alienado e subordinado. Por outro lado, estas experiências apresentam também problemas dos mais diversos, seja o enfrentamento com uma cultura arraigada de submissão e

¹⁵ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho. Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez/UNICAMP, 2000, pg. 9.

¹⁶Marx citado em ANTUNES, Ricardo [Org.]. **A Dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, (2ª edição), pg.8.

¹⁷CASTEL, Robert **As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

subordinação no trabalho, sejam as dificuldades de consolidação do empreendimento em um contexto econômico adverso de mercados globalizados e monopolizados.

No sentido de compreender este processo como uma totalidade concreta, inserida no contexto de luta histórica da classe trabalhadora, procuramos analisar primeiramente o conceito de *emancipação social*, pois entendemos que a concretização de uma sociabilidade emancipada passa, fundamentalmente, pela efetivação do *trabalho emancipado* que somente tem sentido no contexto da perspectiva de uma nova sociabilidade.

A temática da *emancipação humana* surge a partir do pensamento Iluminista e, posteriormente, da modernidade. Todavia, tanto o conceito de *emancipação* quanto o de *liberdade* dos homens adquiriram significados divergentes ao longo da história. Desde a antiguidade até hoje este tema é objeto de inúmeras e variadas conceituações, desde os teóricos que pregam a viabilidade e a necessidade da busca de uma sociedade emancipada até aqueles que advogam a sua impossibilidade. No estudo que realizou sobre a pós - modernidade, David Harvey afirma que o projeto da modernidade surge durante o século XVIII, como um “extraordinário esforço intelectual dos pensadores iluministas para desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e a lei universais e a arte autônoma nos termos da própria lógica interna destas. A idéia era usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da *emancipação humana* e do enriquecimento da vida diária”.¹⁸

A modernidade foi portadora, portanto, desse conjunto de promessas de caráter universal, enquanto possibilidade emancipatória para toda a humanidade cuja crença na racionalidade e na ciência abriria os caminhos para um futuro de liberdade para os homens, ou seja, o desenvolvimento de formas racionais de organização social prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição e do uso arbitrário do poder.¹⁹ Entretanto, da mesma forma que as teses da Revolução Francesa que, sintetizadas nas palavras de *igualdade, liberdade e fraternidade*, foram negadas para a maioria e se tornaram privilégios da burguesia nascente, apresentando limites em questões como igualdade, individualidade, os projetos da burguesia pós-revolucionária objetivaram privilegiar exclusivamente os interesses materiais e políticos de sua classe em detrimento das necessidades da maioria.

¹⁸ HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2005, pg.23.

¹⁹ HARVEY (2005), pg.23.

A partir de um balanço sobre o século passado, Harvey afirma que “o século XX com seus campos de concentração, militarismo, duas guerras mundiais, ameaça de aniquilação nuclear, a experiência de Hiroshima e Nagasaki, enterrou as perspectivas do projeto moderno de sociedade emancipada, criando a suspeita de que o projeto Iluminista estava fadado a voltar-se contra si mesmo e transformar a busca da emancipação humana num sistema de opressão universal em nome da libertação humana”²⁰.

Na visão de Boaventura Santos esse projeto de emancipação da humanidade tornou-se, portanto, uma das promessas não cumpridas da modernidade, mesmo que humanidade já tenha as condições efetivas para isso. Ou seja, “se por um lado, hoje parecem reunidas as condições técnicas para cumprir as promessas da modernidade ocidental, como a promessa da liberdade, da igualdade, da solidariedade e da paz, por outro lado é cada vez mais evidente que tais promessas nunca estiveram tão longe de ser cumpridas como hoje”.²¹ Essas promessas constituíram o patrimônio matricial do que se chamou por *emancipação social* e as lutas políticas modernas concentraram-se sobre a concepção de tais promessas e sobre os modos de realizá-las ou, pelo contrário, de impedir a sua realização.²²

Essa não realização da promessa emancipatória da modernidade constituiu a base dos argumentos e posições dos teóricos que advogam a impossibilidade da emancipação, como Weber, cujo argumento central, segundo Harvey, era de que as teses Iluministas nada mais eram do que uma amarga e irônica ilusão, na medida em que ao ser desmascarado e compreendido, o legado do Iluminismo, baseado no vínculo necessário entre a ciência, a racionalidade e a liberdade humana universal, “acabou sendo o triunfo da racionalidade proposital instrumental, com todas as suas conseqüências, ou seja, à criação de uma ‘jaula de ferro’ da racionalidade burocrática da qual não existem possibilidades de escapar”.²³

Se a resposta em relação às possibilidades de emancipação social for, ao contrário do que previu Weber, positiva, outra questão que se coloca é em relação às premissas para realização deste projeto emancipatório de futuro, e quais as referências do pensamento moderno que ainda permanecem válidas, ou seja, a partir de quais bases e princípios é possível pensar o tema da emancipação social?

²⁰ HARVEY (2005), pg. 23.

²¹ SANTOS (2002), pg.13.

²² SANTOS (2002), pg.13.

²³ HARVEY(2005), pg.25.

Conforme afirma Elísio Estanque a *emancipação*, cuja noção repetidamente é invocada, contém ainda contornos mal definidos, o que requer uma tentativa de definição. Nesse sentido, esse autor recorre à perspectiva de Ernesto Laclau, ao identificar o processo *emancipatório* como formado por um conjunto de dimensões: “*dimensão dicotômica*, que se afirmaria em oposição à ordem social; *dimensão holística*, porque visa a encontrar alternativas em todos os domínios da vida social; *dimensão transcendente*, porque é dirigida à eliminação do poder; *dimensão antiopressiva*, porque quer eliminar os mecanismos opressivos que impedem o livre desenvolvimento de algo; *dimensão libertadora*, porque rompe com os mecanismos de dominação e opressão; *dimensão racional*, porque obedece ao princípio de uma racionalidade absoluta capaz de ver o real para além da positividade opaca de que se reveste”.²⁴

Outra definição é a que identifica a realização da autonomia enquanto ação coletiva tornando-se sinônimo de *emancipação social*, ou seja, a autonomia quando “compõe o imaginário libertário e impulsiona, de forma espontânea ou induzida, as reivindicações e as práticas que se opõem às normas arbitrárias, às hierarquias opressoras e à racionalidade produtivista privada”²⁵ diferencia-se da autonomia individual. Nesse sentido, a *emancipação social* vem a ser conseqüência da autonomia coletiva da qual,

[...] São seus corolários a apropriação coletiva, a descentralização e a participação consciente no processo produtivo, na vida em sociedade e na criação cultural. A organização da sociedade segundo os princípios da autonomia popular implica o associativismo livre, fundamentado na igualdade dos indivíduos, que a ele aderem de forma voluntária, consciente e contratual [...].²⁶

Em relação à atualidade da questão da emancipação, Boaventura Santos recoloca a problemática no contexto da globalização. Segundo esse autor a ação e o pensamento que sustentaram e deram credibilidade aos ideais modernos de emancipação estariam sendo questionados pelo fenômeno da globalização neoliberal.

²⁴ ESTANQUE, Elísio. **A reinvenção do sindicalismo e os novos desafios emancipatórios: do despotismo local à mobilização global**. In. SANTOS, Boaventura [Org.]. *Trabalhar o mundo. Os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. pg. 359.

²⁵ CATTANI, Antonio David [Org.]. **Autonomia-Emancipação Social**. In *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, pg.44.

²⁶ CATTANI (2006), pg.44.

Todavia, Santos afirma que esse novo projeto de acumulação de capital, mesmo que hegemônico, não é o único, na medida em que tem sido confrontado com projetos contra – hegemônicos constituídos por um conjunto de iniciativas, movimentos e organizações sociais que estão mobilizados pela aspiração de um mundo melhor, ou seja, uma “globalização alternativa”. É nessa “outra globalização” que será possível efetivar uma *reinvenção da emancipação social*. Segundo esse autor este embate entre as duas concepções de globalização tende a ser mais forte nos países ditos periféricos ou semi-periféricos, cujos limites e potenciais para a emancipação se revelam de forma mais explícita. Se a história do capitalismo tem sido até hoje também a história das lutas de resistência e da crítica aos seus valores enquanto sistema econômico e forma de civilização, essa *reinvenção da emancipação social* só terá viabilidade a partir do resultado desta luta contra-hegemônica.²⁷

Entre as concepções antagônicas acerca do conceito de emancipação social é possível verificar de um lado aquelas identificadas com valores hegemônicos como a concepção liberal, fundamentada nos pressupostos da liberdade individualista e que compõem a base ideológica do neoliberalismo e, de outro lado, aquelas idéias cujo sentido contra-hegemônico está na igualdade e na busca da superação das relações capitalistas de produção, ou seja, a emancipação social.

1.1. Trabalho emancipado como condição da emancipação social.

Identificamos, portanto, a perspectiva de emancipação liberal, sobretudo, pelo seu caráter individual, ou seja, segundo esse ponto de vista, a “emancipação humana é conseguida quando os mercados são liberalizados no seio das nações, através da limitação do papel do Estado e da facilitação do livre comércio, o resultado seria o estímulo à competição, promoveria simultaneamente o crescimento econômico e *humano*”.²⁸ A partir desse processo liberalizante, os indivíduos teriam amplas condições de se “*emancipar*”, isto porque, estas condições ofereceriam as melhores oportunidades para que cada indivíduo realizasse as suas aspirações. Com uma dinâmica baseada na ação de indivíduos “livres e competitivos”, essa concepção aponta para uma sociedade no qual não há a necessidade de buscar uma

²⁷ SANTOS, Boaventura de Souza e RODRIGUEZ, Cezar. **Para ampliar o cânone da produção**. In Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pg.23.

²⁸ WEBSTER, Eduard e LAMBERT, Rob. **Emancipação Social e o novo internacionalismo operário: uma perspectiva do Sul**. In. SANTOS, Boaventura de Souza. [Org.]. Trabalhar o mundo, os novos caminhos do internacionalismo operário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pg.82.

emancipação social, uma vez que as relações sociais se estabelecem a partir de interesses e desejos puramente individuais.

O resultado dessa ideologia, hegemônica hoje em dia, é que além da descrença na possibilidade de uma outra forma de sociabilidade, fortalece valores como da competição individualista, ou seja, “em vez de se empenharem na luta pela emancipação social, os indivíduos forçam o corpo, a mente e o espírito, aceitando qualquer sacrifício de modo a assegurar a realização de um novo ideal - o de ser o primeiro no mundo”.²⁹

Todavia, a busca da *emancipação social* constituiu o sentido da luta de todos aqueles que não aceitaram essa lógica ao longo da história, em particular o movimento operário. Entretanto, como afirmou Alain Touraine, esses movimentos só surgem quando existe uma forte visão de futuro, o que inevitavelmente cria uma esperança emancipatória - um sentimento de que o futuro pode ser diferente. Na Europa foi o marxismo que moldou essa visão e criou esse sentimento de transformação social.³⁰

Para tanto, os primeiros teóricos marxistas como Kaustski e Bebel popularizaram a teoria marxista através de três simples proposições. A primeira proposição afirmava que o *sistema capitalista é injusto* e que por isso a igualdade jurídica *esconde a verdadeira desigualdade*. A segunda proposição identificava que os capitalistas “enganam” os trabalhadores, apropriando-se de muito mais do que pagam em salários e outros custos de produção, sendo esta apropriação a fonte de riqueza e poder da classe capitalista. A terceira proposição indicava que *a história desenrolava-se por fases transitórias*, e, por fim, a proposição segundo a qual *os trabalhadores constituem uma classe homogênea*. Apesar das claras diferenças existentes, todos os trabalhadores partilhavam da mesma luta pela melhoria das suas condições e por uma igualdade real, não apenas formal. Nesse sentido, para serem bem sucedidos, os trabalhadores têm que se organizar em sindicatos e partidos políticos que pugnem por esses objetivos.

Segundo Webster e Lambert, este conjunto de proposições contribuiu, de forma decisiva, para o processo organizativo da classe operária nos primórdios do capitalismo industrial, principalmente quando estas proposições apontavam para um projeto de futuro pelo

²⁹ WEBSTER, LAMBERT, (2005) pg. 83.

³⁰WEBSTER, LAMBERT (2005), pg. 87.

qual era possível e necessário lutar, ou seja, a crença nessas proposições originou um movimento social empenhado na alteração do *status quo*.

A tese, segundo a qual a emancipação econômica é condição da emancipação social, tem, portanto, como referência principal a construção teórica de Marx. O pressuposto deste argumento surge no bojo da análise materialista da história, ou seja, a compreensão do processo histórico a partir do modo de produção dos homens, o que produzem e fundamentalmente *como* produzem, assim como as relações sociais e políticas que advém deste processo.

Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material (...) Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com *o que* produzem, como com o modo *como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção.³¹

Neste sentido, Marx, como filósofo da modernidade, apresentou não apenas o diagnóstico do capitalismo como buscou a construção de um projeto político de transformação deste sistema no sentido da concretização de uma sociedade emancipada. Segundo Harvey, foi Marx quem buscou transformar o pensamento utópico numa ciência materialista ao mostrar que a *emancipação humana universal* poderia emergir da lógica de classe do desenvolvimento capitalista.

Ao fazê-lo, concentrou-se na classe trabalhadora como agente da libertação e da emancipação humanas precisamente por ser ela a classe dominada da moderna sociedade capitalista. Só quando os produtores diretos tivessem o *controle do seu próprio destino*, argumentava ele, poderíamos alimentar a esperança de substituir o domínio e a repressão por um reino de liberdade social.³² (grifo nosso)

Este “controle do próprio destino” salientado por Marx remete a sua compreensão do homem, ou seja, para Marx o ser humano, “ao produzir a sua existência e criar a consciência do seu ser social, supera a individualidade fechada dos animais e torna-se *ser-genérico*, universal e livre”³³. Entretanto, a condição de trabalhador assalariado no capitalismo impede o pleno desenvolvimento e emancipação do homem na medida em que o processo de alienação

³¹ MARX, Karl. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Ed. HUCITECH, 1996, pg. 27- 28.

³² HARVEY (2005), pg. 25.

³³ GASPAR, Ricardo Carlos. **As fronteiras do possível: Trabalho, lazer e civilização**. São Paulo: Germinal, 2003, pg.37.

manifesta-se no trabalho e na divisão do trabalho, impedindo o ser humano de se realizar, quer como indivíduo, quer como *ente-espécie* (ser genérico).³⁴ Conforme Harvey, a partir de Marx é possível fazer a interpretação da modernização capitalista e da sua lógica de funcionamento.

Na esteira desta visão de mundo, a crítica marxista sobre o modo de produção capitalista tem como centro, portanto, a *alienação* como antítese da *emancipação humana*, na sociedade capitalista, cuja raiz se encontra no caráter *coisificador* e *mercantilizador*³⁵ do *trabalho alienado*. À crítica da alienação, segue-se a crítica ao trabalho alienado. Marx, no *Capital*, afirma que a conversão do trabalho em trabalho assalariado significa “a separação entre o trabalho e o seu produto, entre a força de trabalho subjetiva e as condições objetivas do trabalho”³⁶. A alienação da humanidade, no sentido fundamental do termo, significa perda de controle: sua corporificação numa força externa que confronta os indivíduos como um poder *hostil e potencialmente destrutivo*.³⁷

[...] Todos os vestígios de exploração são obliterados no objeto, não há impressões digitais da exploração no pão de cada dia. Não podemos dizer, a partir da contemplação de um objeto no supermercado, que condições de trabalho estiveram por trás de sua produção [...].³⁸

Esse processo de alienação do trabalhador no âmbito da fábrica constitui o cerne de toda a lógica da extração da mais – valia, ou seja, do sobre produto do trabalho que é apropriado pelo capitalista. Nesse sentido, os capitalistas podem utilizar seus direitos de modo estratégico para impor todo o tipo de condições ao trabalhador, demarcando, portanto, a relação de poder de uma classe sobre a outra, como condição *sine qua non* para o funcionamento do sistema.

O capitalista tem o poder [...] de mobilizar os poderes da cooperação, da divisão do trabalho e do maquinário como poderes do capital sobre o trabalho. Disso resulta uma detalhada divisão organizada do trabalho na fábrica, o que reduz o trabalhador a um fragmento de pessoa.³⁹

Para Marx, portanto, *emancipação* é um *vir-a-ser* necessário que conduz à libertação de todos os homens, através do reconhecimento do reino da liberdade (afirmação como sujeito e minimização como objeto), como marco dos homens em seu processo de superação da

³⁴ GASPAR (2003) pg.46.

³⁵ BUEY, Francisco Fernández. **Marx (sem ismos)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004, pg.107.

³⁶ Marx, citado em HARVEY (2005), pg. 101.

³⁷ MÉSZÁROS, István. **A teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006. pg.14.

³⁸ HARVEY (2005), pg. 98.

³⁹ HARVEY (2005), pg. 101.

condição alienada e alienante da sociedade capitalista. Ou seja, enquanto a concepção liberal trata de indivíduos abstratos o marxismo identifica sujeitos concretos.

Há, portanto, no marxismo uma relação direta entre liberdade e emancipação, pois, para Marx, a emancipação se dá quando vão sendo eliminados os obstáculos à liberdade, pela associação entre homens e mulheres capazes de transformar sua força social em força política:

[...] Só será plena a *emancipação humana* quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um *ser genérico*; e quando tiver reconhecido e organizado suas próprias forças (*forces propres*) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política [...]. ⁴⁰(Grifo nosso)

É, portanto no marxismo que identificamos o conceito de *emancipação* vinculado diretamente com a independência econômica, com a participação de homens e mulheres no mundo do trabalho em escala social cuja *práxis* está vinculada também à política. Nesse sentido, emancipar-se, em primeira instância, passa pelo referencial econômico, pelo gerenciamento da própria existência que conseqüentemente é uma *práxis* política. Considerando a *emancipação* como plenitude da ação política, afetivo-emocional e social, o processo emancipatório constitui-se como uma totalidade de aspectos, dos quais o trabalho produtivo social, na concepção marxiana é prioritário em relação aos demais. Nesse sentido, a afirmação de Buey, segundo a qual para Marx toda a servidão e alienação humanas estão encerradas na relação do trabalhador com a produção, nos leva a compreender que a emancipação social se expresse na forma política da *emancipação dos trabalhadores em relação ao trabalho assalariado* e à propriedade privada. ⁴¹

É nesse sentido que Marx fazia críticas às lutas do movimento operário que se restringiam às reivindicações por melhoria salarial ou das condições de trabalho, ou seja, o movimento operário “não deve esquecer de que luta contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos; que luta para retardar o movimento descendente, mas não para mudar sua direção; que aplica paliativo, mas não cura a enfermidade”. ⁴² Nesse sentido, Marx exortava a

⁴⁰ MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002, pg.37.

⁴¹ BUEY (2004), pgs. 111- 112.

⁴² MARX, Karl. **Salário, preço e lucro**. In ANTUNES, Ricardo. [Org.]. A dialética do trabalho. Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Ed.Expressão Popular, 2004. pg.122.

classe operária a avançar na busca do objetivo final, qual seja a superação do modo capitalista de produção:

[...] A classe operária deve saber que o sistema atual, mesmo com todas as misérias que lhe são impostas, engendra simultaneamente as condições materiais e as formas sociais necessárias para uma reconstrução econômica da sociedade. Em vez deste lema conservador: “*Um salário justo por uma jornada de trabalho justa!*”, deverá escrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: “*Abolição do sistema de trabalho assalariado!*”⁴³ (Grifo nosso).

1.2 Autogestão no contexto da luta anticapitalista.

Quando falava, que a “*emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores*” Marx dá à auto-organização dos trabalhadores uma importância central, e, a partir dessa visão, analisou as experiências concretas de cunho autogestionário, realizadas pelas primeiras experiências cooperativas do século XIX. Marx identificava dois condicionantes que caracterizavam o modo de produção capitalista: *a anarquia da divisão social do trabalho* e *o despotismo da divisão manufatureira do trabalho*.⁴⁴ Para ele, somente haveria possibilidade de superação da ordem capitalista, e, portanto emancipação social, a partir da superação destes dois condicionantes.

Por isso, a crítica de Marx ao limite das proposições dos chamados socialistas utópicos (Fourier, Owen) quando propunham a melhoria das condições de vida dos trabalhadores apelando para toda a sociedade, sem distinguir que a sociedade capitalista está dividida em torno de interesses de classe. É na esteira desta crítica que Marx analisa o significado do cooperativismo. Em relação aos projetos dos “utópicos”, considera que os mesmos tentam abrir caminho ao novo, por meio de experiências de pequena escala que naturalmente fracassam. Isto não quer dizer que tanto Marx quanto Engels condenavam de antemão a idéia do cooperativismo entre os trabalhadores; o que eles destacavam como objeto de crítica eram as experiências que representavam uma deformação do cooperativismo. Eles

⁴³ Idem, pg. 122-123.

⁴⁴ HADDAD, Fernando. **Trabalho e Linguagem. Para a renovação do socialismo**. Rio de Janeiro. Azougue editorial, 2004. pgs.138-139.

não examinavam as cooperativas enquanto tais e por elas mesmas, mas sempre dentro da perspectiva geral da *emancipação da classe trabalhadora*⁴⁵.

Em 1864, na Prússia, quando o cooperativismo já estava bem estendido entre o operariado, representando uma primeira vitória da economia política da classe trabalhadora sobre a dos burgueses, Marx, no *discurso inaugural* de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores, conhecida como a I Internacional, fixou as principais linhas de argumentação sobre o assunto:

[...] Pela ação, ao invés de por palavras, demonstram que a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna pode ser realizada *sem a existência de uma classe de patrões* que utilizam o trabalho da classe dos assalariados [...]; e que , assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, *o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado* que cumpre sua tarefa, com gosto entusiasmo e alegria [...] ⁴⁶. (grifos nosso)

Os trabalhadores mostravam com fatos e não com palavras que os patrões não eram necessários para a produção. Para Marx estava muito claro que o cooperativismo jamais poderia derrotar os monopólios, a menos que se desenvolvesse em dimensões nacionais. Só a classe trabalhadora tomando o poder político poderia fazer com que o cooperativismo escapasse do estreito círculo dos esforços casuais de grupos de trabalhadores isolados. Esta era, portanto, a condição colocada para que as práticas cooperativistas e associativistas da classe operária constituíssem as novas relações sociais de produção da futura sociedade comunista:

[...] Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um ardil; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades cooperativas *unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a sob seu controle* e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, conseqüências inevitáveis da produção capitalista-que será isso, cavalheiros, senão comunismo, comunismo ‘realizável’? ⁴⁷ (grifo nosso)

Para Marx, tanto as empresas capitalistas por ações quanto as fábricas transformadas em cooperativas pelos trabalhadores significavam uma transição entre o modo de produção capitalista e o modo de produção dos *produtores associados*, no qual o novo se desenvolve no seio do velho sistema, entretanto a diferença entre uma e outra forma estava em que nas cooperativas o antagonismo é resolvido no sentido positivo⁴⁸.

⁴⁵ BOTTOMORE, Tom [Ed.]. **Associação cooperativa**. In Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. pg.20.

⁴⁶ HADDAD (2004), pg. 141.

⁴⁷ MARX, Karl. **A Guerra Civil na França**. São Paulo: Global Editora, 1986, pg. 77.

⁴⁸ MARX, Karl. **O Capital**. vol. III, Cap. XXVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

Esta prática, mesmo que limitada, comprovaria a superioridade da *economia política do proletariado* em comparação com a *economia política dos proprietários*, ou seja, do socialismo em relação ao capitalismo. Entretanto, como Marx demonstra no *Capital*, o modo capitalista de produção condiciona-se reciprocamente pela *anarquia da divisão social do trabalho* e o *despotismo da divisão manufatureira do trabalho*. Nesse sentido, só seria possível falar em socialismo a partir da superação definitiva destes dois condicionantes. Um dos limites do cooperativismo estava no fato de que ele apenas supera o despotismo da divisão manufatureira do trabalho, ou seja, a lógica baseada na divisão entre dirigentes e dirigidos, patrão e operário. O que estava colocado, portanto, naquele período, era compreender *o lugar* e o *papel* do cooperativismo e do trabalho não assalariado no contexto das lutas pela superação da sociedade dividida em classes.

1.3. Práticas de trabalho emancipado: da comuna de Paris às alternativas contemporâneas.

A autogestão como ação coletiva dos trabalhadores constituiu-se como uma prática presente no contexto das lutas históricas dos trabalhadores como na Comuna de Paris de 1871 passando pelas experiências desenvolvidas no seio de processos revolucionários de caráter anti-capitalista como a Revolução Russa, Revolução Espanhola entre outras. Nesse sentido, não estamos nos referindo apenas a um conjunto de ações “relacionadas ao controle das atividades de uma organização ou mesmo um modelo de gestão, mas de práticas sociais que se construíram, são localizadas, datadas e legitimadas historicamente”.⁴⁹

A Comuna de Paris de 1871 foi a primeira experiência concreta na qual um processo revolucionário da classe operária pôs em prática uma ação coletiva autogestionária na sua totalidade, ou seja, a partir da gestão coletiva de fábricas, escolas e serviços públicos. No decreto sobre expropriação das fábricas de 16 de abril de 1871, a Comuna determina que as câmaras sindicais operárias constituam comissões para assumir as fábricas abandonadas pelos patrões a partir das seguintes ações: a) Apresentar um relatório sobre a rápida ativação destas fábricas, não mais pelos desertores que as abandonaram, mas pela associação cooperativa dos trabalhadores nelas empregados e; b) Elaborar um projeto de formação destas sociedades cooperativas operárias.⁵⁰

⁴⁹ ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. **Autogestão**. In: CATTANI, Antonio David. [Org.]. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003, pg.21.

⁵⁰ LERNER, Fidel [Et. alii] **Comuna de Paris. Estamos aqui pela humanidade**. São Paulo: Xamã, 2002, pg. 8.

Mesmo que criticada por Marx, que não acreditava na sua viabilidade enquanto projeto político, a Comuna deixou como legado, reconhecido posteriormente pelo filósofo alemão no seu clássico *A guerra civil na França*, a experiência de uma prática de *autogestão* que serviu de comprovação da capacidade que os trabalhadores teriam para gerir uma sociedade de forma livre, autônoma e coletiva.

[...] O verdadeiro segredo da comuna residiu em ser essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta de classes dos produtores contra a classe dos expropriadores, a forma política, por fim descoberta, pela qual se podia realizar a *emancipação econômica do trabalho*.⁵¹ (grifo nosso)

Após a experiência da Comuna, o movimento operário somente protagonizaria um outro evento desta magnitude em 1917 com a Revolução Russa. A grande revolução de outubro recolocava novamente a questão da autogestão operária na ordem do dia a partir da práxis desenvolvida pelos *soviets*, ou conselhos de operários e soldados. Nas formulações teóricas de Lênin sobre o papel do partido, posteriormente degenerado pelo stalinismo, o tema da autogestão no processo revolucionário esteve presente nos desafios dos primeiros anos da revolução. No processo de implantação da Nova Política Econômica-NEP, Lênin apontava a necessidade da construção de uma economia baseada em uma lógica antagônica ao capitalismo, e a adoção de medidas de responsabilidade do Estado para apoiar as iniciativas cooperativas:

[...] uma série de privilégios econômicos, financeiros e bancários à cooperação; nisto deve consistir o apoio prestado pelo nosso Estado socialista ao novo princípio de organização da população [...] Com a propriedade social dos meios de produção, com a vitória de classe do proletariado sobre a burguesia, o regime dos cooperadores cultos é o regime socialista.⁵²

No caso soviético, entretanto, o “auto-governo operário”, que surgia junto aos primeiros *soviets*, não se efetivou, sendo substituído pelo monopólio da burocracia estatal, que se aprofundou no Stalinismo até a sua derrocada no início da década de 1990. Cabe destacar que após a experiência dos *soviets* nas revoluções russas de 1905 e de 1917, houve outras tentativas de autogestão, no âmbito do socialismo europeu, como os conselhos operários na Alemanha, Áustria, Itália, entre 1918 e 1922. Também houve experiências autogestionárias contra a burocracia "comunista" em 1952 e 1957 na Polônia, em 1956 na Hungria e em 1968

⁵¹ MARX, Karl, citado em LERNER (2002), pg. 10.

⁵² LENIN, V. I. **Sobre a cooperação**, In; *Obras escolhidas*. Ed. Alfa-Omega. 1980, pp. 657-662.

na Checoslováquia. Em todas elas, a mão-de-ferro do Stalinismo encarregou-se de impedir qualquer alternativa que saísse do seu controle.

Dentre as experiências históricas do Século XX, uma das mais significativas se deu na Espanha, durante a guerra civil de 1936, no qual os anarquistas organizados na poderosa Confederação Nacional dos Trabalhadores - CNT e Federação Anarquista Ibérica - FAI, hegemônicas no movimento operário, decidiram instaurar de imediato o comunismo libertário e a autogestão no campo e na cidade. Segundo Pilla Vares esta seria a última revolução proletária nos moldes clássicos ocorrida na Europa.⁵³

Outra experiência importante de autogestão se desenvolveu na Iugoslávia, entre 1950 e 1980. Como uma proposta autogestionária implantada pelo Estado socialista, surgiu como possível alternativa ao modelo do “socialismo real” da União Soviética, entretanto, a mesma sucumbiu a partir das contradições do sistema burocrático estatal. Esta experiência, segundo Paul Singer, serviu para que se tirassem diversos ensinamentos, principalmente em relação ao problema da autonomia dos empreendimentos frente ao Estado e ao partido único.⁵⁴

O conceito de *autogestão* surge do processo iugoslavo como objeto de análise científica. Segundo Guillerme e Bourdet a origem do vocábulo remonta à palavra francesa *autogestion*, que aparece nos anos 60 como uma tradução literal da palavra servo-croata *samoupravljje*, na qual *samo* corresponde ao prefixo grego *auto* e *upravljje* significa algo semelhante a *gestão*⁵⁵. Conforme salientou Nahas, foi após o advento do *Mai de 68 francês* que o termo autogestão foi amplamente utilizado para designar as experiências sociais alternativas na esfera da produção.

A partir destas experiências históricas de práticas de autogestão no processo de luta dos trabalhadores, podemos identificar, conforme afirma o economista francês Thomas Coutrot, a existência de uma corrente *autogestionária* do movimento socialista:

Toute réflexion actuelle sur les alternatives au capitalisme doit prendre appui sur deux siècles de luttes et d'élaborations anticapitalistes. J'ai choise de privilégier, parmi les multiples courants du mouvement socialiste, celui qui a mis l'accent principal sur l'auto-organisation démocratiques des producteurs, le courant autogestionnaire. De Bakounine à Rosanvallon

⁵³VARES, Luiz Paulo de Pila. **O Anarquismo**. Editora da Universidade, 1988.

⁵⁴SINGER, Paul. **Reflexões sobre o socialismo** (mimeo.), 2005.

⁵⁵NAHAS (2006), pg. 36.

(1976), en passant par Rosa Luxemburg et Gramsci, ce courant a constamment attiré l'attention sur la double lutte que doit mener le mouvement émancipateur, contre le capitalisme et contre l'étatisme.⁵⁶

Se os direitos sociais da chamada “sociedade salarial moderna”⁵⁷ hoje são duramente atacados, durante o período dos “trinta anos gloriosos” representou um avanço significativo no que tange aos direitos conquistados pela classe trabalhadora: acumulação de bens e de riquezas, criação de novas posições e de oportunidades inéditas, ampliação dos direitos e das garantias, multiplicação das seguridades e das proteções. No entanto, essa situação mudou drasticamente na atual fase do capitalismo. Presenciamos hoje, a ampliação da sociedade dos “supranumerários”, ou seja, dos “inúteis para o mundo” conforme Castel⁵⁸, o que obrigou o movimento operário a lançar mão de ações coletivas que acabaram indo além das lutas tradicionais no âmbito da lógica da sociedade salarial. É neste contexto que ressurgem as práticas de autogestão coletiva da produção, que, nascidas no século XIX, reaparecem novamente como alternativas às mazelas do capitalismo, Conforme Thomas Coutrot:

Leur histoire commence avec l'essor de la révolution industrielle au XIX siècle, autour des tentatives de travailleurs qualifiés pour échapper à la cage de fer du marché capitaliste du travail. Services de proximité, commerce équitable, insertion par l'économique, finances solidaires, comme le milieu du XIX connaît une nouvelle génération d'initiatives économiques ni capitalistes ni étatiques, issues de la société civile en réaction à la crise économique et au chômage.⁵⁹

Para Paul Singer, referência nos estudos sobre autogestão e economia solidária, cuja base conceitual sobre o tema está exposta no livro *Uma utopia militante, repensando o socialismo*, as experiências de produção não capitalista no seio do capitalismo, compõe um processo que ele denomina de *desenvolvimento de modos de produção socialistas em formações sociais capitalistas*, que já estaria ocorrendo a mais de 200 anos⁶⁰.

Para tanto, Singer usa o conceito de *revolução social* que significa o processo de passagem de um sistema sócio-econômico (ou formação social) a outro, o que no caso do socialismo significa a transferência do controle efetivo dos meios de produção dos capitalistas aos trabalhadores. Entretanto, para Singer este conceito de revolução social foi ofuscado pelo

⁵⁶ COUTROT, Thomas. **Démocratie contre capitalisme. La Dispute**. Paris: SNÉDIT, 2005, pg.18.

⁵⁷ CASTEL (1998), pg. 22.

⁵⁸ CASTEL (1998), pg. 496.

⁵⁹ COUTROT (2005), pg. 101.

⁶⁰ SINGER. **Uma utopia militante. repensando o socialismo**, Petrópolis: Vozes, 1999 (2ª edição), pg.10.

conceito de revolução política em função da tese, segundo a qual a condição primeira para a conquista do socialismo seria a conquista do poder estatal.

Mesmo que concorde em parte com essa premissa, Singer salienta que apenas isso não basta para a construção de um novo sistema, sendo necessário, sobretudo, que os trabalhadores estejam desejosos de assumir coletivamente tal controle e que se possam habilitar para exercê-lo em nível aceitável de eficiência.⁶¹ Estes são apenas alguns dos inúmeros desafios que estiveram presentes nas experiências de autogestão operária ao longo da história e que ainda permanecem atuais. Portanto, a partir desta breve exposição acerca do tema da emancipação, cuja realização prática entendemos ser a efetivação do *trabalho emancipado*, analisaremos, nos capítulos seguintes, as experiências de autogestão em curso neste início de século XXI, na qual as “empresas recuperadas pelos trabalhadores” se constituem como um dos exemplos atuais de prática autogestionária neste início de século XXI.

⁶¹SINGER (1999) pg. 10.

CAPÍTULO II - A PRODUÇÃO NÃO CAPITALISTA: AS EXPERIÊNCIAS DAS EMPRESAS RECUPERADAS PELOS TRABALHADORES.

A experiência de autogestão de empresas falidas ou em processo falimentar por parte dos trabalhadores não é um fenômeno inédito. Segundo Paul Singer “a recuperação de empresas pelos trabalhadores é uma experiência histórica da qual se dispõe registros desde pelo menos o século XIX⁶².” No Brasil, as primeiras experiências surgem na década de oitenta do século passado.

Entretanto, a multiplicação das experiências de empresas recuperadas por trabalhadores, tal como nos referimos nesta pesquisa, é recente. Está inserido no contexto das profundas mudanças estruturais do capitalismo a partir da implantação de políticas neoliberais nas décadas de 1980 e 1990 cujo resultado mais dramático foi o desemprego massivo, consequência da reestruturação produtiva (automação intensiva, produção “enxuta”, técnicas de gestão poupadoras de mão-de-obra) e do processo de abertura indiscriminada das economias locais que levou ao fechamento de milhares de micro e pequenas empresas.

O fenômeno das “recuperadas” constitui-se, portanto, como uma reação por parte dos trabalhadores que buscam escapar ao desemprego. Para isso, lançam mão de uma ação coletiva, que se traduz na mobilização e na decisão de assumir a massa falida, que até então não faziam parte das iniciativas de resistência do movimento sindical, para reconquistar os postos de trabalho perdidos. Na medida em que este processo se amplia, o movimento sindical, antes refratário às propostas, soma-se a elas, possibilitando o fortalecimento das propostas e a constituição de cooperativas de produção.

Portanto, o que consideramos como elementos novos neste processo é o fato de que, ao contrário das iniciativas anteriores de recuperação de empresas, muitas delas isoladas e dispersas, assistimos nas últimas duas décadas a um processo de multiplicação de experiências de empresas recuperadas pelos próprios trabalhadores, que contam com o apoio decisivo dos sindicatos e que, posteriormente, constituirão associações e entidades específicas das empresas

⁶² SINGER. Paul. **Recuperação de Empresas.** In Revista de Economia Solidária, ano 1, nº 0, Brasília : Ministério do Trabalho, dez. 2005. p. 4.

e fábricas autogestionárias. No Brasil, já existem duas entidades representativas das empresas recuperadas: a Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão-ANTEAG, criada em 1994; e a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil - UNISOL/Brasil, criada em 2004, ambas surgidas da iniciativa de sindicalistas e ex-sindicalistas.

As experiências das fábricas e empresas recuperadas são caracterizadas, por alguns autores como cooperativismo de “resistência⁶³”; “cooperativas defensivas”; “cooperativas fênix”⁶⁴ ou “novo - cooperativismo”. Os adjetivos “resistência” e “defensiva” refere-se à práticas que surgem como uma reação dos trabalhadores à perda dos postos de trabalho; já “fênix” refere-se ao sentido original do termo, ou seja a empresa que “ressurge das cinzas”. Portanto, ao comparar com experiências anteriores podemos verificar que este “novo cooperativismo” representa para os trabalhadores e suas organizações uma prática e “uma estratégia de atuação com certo grau de originalidade no percurso histórico das lutas sociais no Brasil”.⁶⁵

Em relação à denominação de “novo-cooperativismo” constitui uma forma de identificação de um tipo de cooperativismo que se propõe a resgatar o sentido “autêntico” ou “original” dos princípios de democracia na gestão e solidariedade que deram origem às idéias de mutualismo, associativismo e cooperativismo, desde o século XIX. Diferencia-se, portanto, de experiências existentes no Brasil, tais como as cooperativas empresariais; o cooperativismo rural e as chamadas “falsas - cooperativas” ou “*coopergatos*”, que funcionam como terceirizadas de empresas. São constituídas em muitos casos por empresários que utilizam a figura jurídica do cooperativismo para retirar direitos trabalhistas, cortar gastos e receber vantagens da lei do cooperativismo. Também são casos típicos as cooperativas criadas por programas estatais de geração de renda. Mesmo que se estabeleçam juridicamente como cooperativas sua prática é contraditória com os princípios de autonomia e autogestão.

A pretensa autonomia nada mais é que a subordinação sob novo formato, seja pela dependência dos cooperados aos funcionários, por meio da intervenção da empresa na escolha dos membros a serem ‘eleitos’ para a

⁶³ FARIA, Maurício Sarda de. **Cooperativismo e empresas recuperadas: novos e velhos problemas para os sindicatos**. (mimeo.), 2006, p. 33. [Texto apresentado na Reunião Intermediária do GT-ANPOCS, Curitiba/ PR].

⁶⁴ LIMA, Jacob Carlos. **O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: O paradigma revisitado**. In Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 19, nº 56 outubro/2004.

⁶⁵ FARIA, Maurício Sarda de. **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: Avatares do trabalho e do capital**. Florianópolis, UFSC, 2005, pg.33. [Tese de Doutorado em Sociologia Política].

diretoria, seja pela manutenção de hierarquias verticais no processo de trabalho, com a separação planejamento/ concepção.⁶⁶

Em função destes tipos antagônicos de cooperativas, Lima identifica a retomada da polêmica que se deu no século XIX sobre a existência de falsas - cooperativas como linha auxiliar do capital e as cooperativas verdadeiras, que assumiriam o caráter autogestionário e solidário na perspectiva de emancipação dos trabalhadores.⁶⁷

Em relação às cooperativas surgidas a partir das empresas recuperadas, o problema é o mesmo, ou seja, podemos encontrar tanto experiências que se caracterizam como “falsas cooperativas” como encontrar práticas de *trabalho emancipado* baseado no controle dos trabalhadores sobre os meios de produção, organização do processo produtivo e democracia nas relações de trabalho. Podemos, também, identificar no fenômeno das “recuperadas” o surgimento de novos tipos de organização dos trabalhadores, a partir de uma nova condição de *trabalhadores autogestionários*. Estes novos tipos de organização de que nos referimos são as organizações representativas das “empresas recuperadas”, constituídas a partir de entidades nacionais e até mesmo internacionais como centrais sindicais e organizações não-governamentais.

No que tange à articulação com outros movimentos sociais, as empresas autogestionárias compõe também o chamado movimento da Economia Solidária. No Brasil a organização deste segmento ganhou impulso a partir do I Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre no ano de 2001. Na ocasião realizou-se o primeiro Seminário Internacional sobre o tema que, além das discussões teóricas, encaminhou um processo organizativo que culminou com a constituição do Fórum Brasileiro de Economia Solidária em 2003.

Articuladas, portanto, em um novo contexto político, as “recuperadas” formam um conjunto de experiências inovadoras tanto no que tange à construção de alternativas de manutenção dos postos de trabalho como nas perspectivas que se abrem como possibilidades político-organizativas para os trabalhadores ao colocar na sua pauta o tema da *autogestão operária* como ação coletiva:

⁶⁶ LIMA, Jacob Carlos. **Cooperativas falsas ou cooperagos**. In CATTANI, Antonio David e HOLZMANN, Lorena. [Orgs.]. Dicionário de trabalho e tecnologia. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

⁶⁷ LIMA, (2004), pg.46.

A ação coletiva dos trabalhadores é uma força social concentrada e potencializada na busca da realização social abrangente e conclusiva, é criação e conquista de padrões superiores de dignidade e realização humana. Seus princípios fundadores são a igualdade e a solidariedade entre os membros associados, de forma voluntária e independentemente de particularidades étnicas, religiosas ou de qualquer outro fator de discriminação. Igualdade de oportunidades e de responsabilidades é o corolário dessas organizações que se materializam nos sindicatos autênticos e nas diversas manifestações da economia solidária, do novo cooperativismo e da autogestão.⁶⁸

Um outro fator de destaque que surge a partir da multiplicação de experiências de produção autogestionária são as ações públicas governamentais de apoio e fomento aos empreendimentos econômicos associativos, inclusive com a criação de órgãos governamentais específicos como, no caso do Brasil, a uma secretaria específica no Ministério do Trabalho, a SENAES (Secretaria nacional de Economia Solidária) e na Venezuela o MINEP (Ministério da Economia Popular).

Neste capítulo, abordaremos, inicialmente, o cenário no qual se dá o fenômeno da ampliação dos processos das fábricas e empresas recuperadas na América Latina, ou seja, a caracterização do capitalismo a partir do período neoliberal dos anos 1980 e 1990 e suas conseqüências. Na seção seguinte, apresentaremos um breve resgate do fenômeno na América Latina com os exemplos dos processos na Argentina e na Venezuela.

2.1 O cenário: capital e trabalho em tempos de neoliberalismo.

Um dos elementos para analisar o modo de produção capitalista é compreender o seu caráter de permanente transformação. Segundo Marx, há um princípio que sustenta e dá forma a essa lógica, o que denomina de “*valor em movimento*”, ou seja, a circulação do capital, incansável e eternamente em busca de novas maneiras de auferir lucros⁶⁹. As duas últimas décadas do século XX foram palco da última grande transformação do capitalismo, ou seja, o neoliberalismo. Para compreendermos o fenômeno das empresas recuperadas pelos trabalhadores é fundamental identificarmos esse processo de transformações na América Latina, suas causas e conseqüências.

⁶⁸ CATTANI (2006), pg.14.

⁶⁹ HARVEY (2005), pg.103.

Segundo Perry Anderson, o principal objetivo do neoliberalismo “era combater o keinesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro”.⁷⁰ Entretanto, as condições não eram de todo favoráveis ao capitalismo livre e desregulamentado dos sonhos dos liberais, uma vez que o capitalismo avançado estava entrando numa longa fase de auge sem precedentes, apresentando o crescimento mais rápido da história, durante as décadas de 1960 e 1970.

Todavia, esse período se encerra no início da década de 1970 com uma grave crise do sistema, conforme Anderson, “quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno.”⁷¹

Mas que idéias eram estas que surgiram como panacéia para os problemas do capitalismo? Perry Anderson explica, em primeiro lugar que os neoliberais procuraram identificar os “responsáveis” pela crise, apontando o poder “excessivo” dos sindicatos e, de maneira mais geral, do próprio movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas reivindicações sobre os salários e sua “pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais”⁷². Nesse sentido, era necessário que o Estado mudasse o seu rumo, o que somente seria possível a partir da aplicação de um conjunto de medidas, das quais as principais eram:

A estabilidade monetária que deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas.⁷³

Em relação às conseqüências do ajuste neoliberal para a América Latina, pode-se destacar a quebra do aparato industrial, cujos efeitos negativos são apresentados sempre como resultado do fracasso do próprio Estado, ou seja, quando o neoliberalismo fracassa, as razões não são atribuídas ao próprio programa de ajuste, mas à aparente ausência do mercado e à onipresença do Estado.

⁷⁰ ANDERSON, Perry. [Org.]. **Pós –Neoliberalismo. As políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995. pg. 10.

⁷¹ ANDERSON (1995), pg. 10.

⁷² ANDERSON (1995), pg. 11.

⁷³ Idem

A respeito disso, Atilio Borón, identifica como reflexo mais significativo o radical enfraquecimento do Estado, que ao manter-se submetido aos interesses das classes dominantes e renunciando a “graus importantes de soberania nacional diante da superpotência imperial o regime econômico restringe-se uma dinâmica que somente gira em torno da supremacia do dólar”.⁷⁴

O impacto do ajuste neoliberal na indústria afetou de maneira semelhante todos os países da América Latina. A política baseada na abertura indiscriminada da economia, estabilidade monetária ancorada no dólar, privatizações de empresas estatais, redução do Estado, desregulamentação do mercado financeiro e flexibilização do mercado de trabalho, foi responsável, segundo Márcio Pochmann, pela deterioração de parte significativa do parque produtivo e até da desestruturação de parte das cadeias produtivas.⁷⁵

Se este programa não se realizou de uma hora para outra na Europa nem nos EUA, o mesmo não se pode dizer em relação ao Brasil, conforme aponta Paul Singer, que além de destacar a rapidez com que a “receita mágica” foi efetivada no país, demonstra os efeitos sobre a classe trabalhadora assalariada:

[...] Entre o fim do governo José Sarney e o fim do governo Fernando Collor, a economia estava quase toda aberta. Com o Plano Real, em 94, o que ainda havia de proteção foi quebrado. Os nossos oligopólios foram violentamente jogados contra a parede. Foram obrigados a reduzir custos. E o fizeram à custa de quem? A custa dos trabalhadores que eu qualifico de aristocracia operária, sem ser pejorativo, pois eram trabalhadores combativos, trabalhadores que se organizavam e viam a si como vanguarda da classe trabalhadora [...].⁷⁶

As atuais transformações no “mundo do trabalho”, portanto, se colocam neste contexto da globalização neoliberal cujo objetivo foi o rearranjo do capital na busca de saídas para retomar o crescimento das taxas de lucros. Dentre as mudanças mais significativas podemos identificar: a incorporação de novas tecnologias nas empresas, as novas formas de organizar a produção e a gestão do trabalho, cuja consequência tem sido o aumento do desemprego estrutural, que exclui milhões de trabalhadores do mercado de trabalho de maneira

⁷⁴ BORÓN, Atilio. **A sociedade Civil depois do dilúvio neoliberal** In ANDERSON, Perry. [Org.]. Pós – Neoliberalismo. As políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, pg. 78.

⁷⁵ POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 2002, pg. 55.

⁷⁶ SINGER, Paul. **Desafio à Solidariedade**. In Sindicalismo & Cooperativismo. A Economia Solidária em Debate. Transformações no Mundo do Trabalho. Unitrabalho. S/d. pg 66.

permanente, a precarização das relações de trabalho com as várias flexibilizações-salariais, de jornada de trabalho, da polivalência, da legislação trabalhista-a perda de referência enquanto classe por parte dos trabalhadores, bem como o enfraquecimento do movimento sindical. Esse conjunto de mudanças, levadas adiante de forma articulada pela denominada “modernização conservadora” alterou de maneira profunda a vida da maioria dos trabalhadores.

Como decorrência destes processos, o trabalho no capitalismo passa por uma profunda crise. A crise do desemprego, que produz uma cisão no tecido social entre uma minoria que conserva sua relação salarial em empregos com um alto valor agregado de conhecimento, e uma ampla maioria que fica fora do mercado de trabalho ou que permanece nele através de condições como de subempregos, trabalho precário, com baixo nível salarial e sem nenhuma proteção ou direito social. Também podemos destacar que a geração de empregos nessa conjuntura é marcado pela criação de postos de trabalho com pouco requisito de qualificação com baixa remuneração. Portanto, nem tudo é moderno e tecnologicamente avançado no mundo do trabalho hoje.

A partir de um estudo detalhado da situação do desemprego no Brasil nos anos 90, com a utilização de dados disponíveis de diferentes fontes, Mattoso apresentou um quadro dramático da situação brasileira naquele período, tanto que o autor denominou o problema como uma “tragédia brasileira”. Isto porque, além do desemprego elevado, os trabalhadores viram ampliar a deterioração das condições de trabalho, com o crescimento vertiginoso do trabalho temporário, por tempo determinado, sem renda fixa e em tempo parcial⁷⁷. Se ao final da década de oitenta ainda era possível identificar no país um quadro de desemprego tivemos uma mudança significativa na década seguinte:

[...] Na década de 90 a situação alterou-se profundamente. [...] A geração de emprego sofreu as conseqüências profundamente desestruturantes de um processo de retração das atividades produtivas acompanhado do desmonte das estruturas preexistentes, sem que se tenha colocado no lugar outras capazes de substituí-las. *Jogou-se fora o bebê com a água do banho.*⁷⁸

O período no qual a desestruturação do mercado de trabalho se acentuou deu-se principalmente no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), a partir de uma permanente redução da capacidade de geração de empregos formais, processo que ocorreu

⁷⁷ MATTOSO, Jorge. **O Brasil Desempregado. Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000, pg. 9.

⁷⁸ MATTOSO (2000), pg.14.

em todos os anos do período. Conforme Mattoso “mesmo quando houve um crescimento do PIB, todos os setores econômicos apresentaram recuo no emprego formal, embora a indústria de transformação e a construção civil tenha sido as mais atingidas”⁷⁹. O resultado desse quadro foi a eliminação de três milhões de postos de trabalho formais da economia brasileira, sendo que desde que FHC assumiu em 1995 foi contabilizada uma queima de nada menos de 1,8 milhão de empregos formais, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados(CAGED) do Ministério do Trabalho.

Estes dados demonstram as conseqüências de uma política econômica que, apresentada como único modelo possível para todos os países, teve como resultado uma economia desestruturada e submetida aos interesses de uma elite doméstica e do capital financeiro internacional e no qual o Estado foi desmontado a partir das privatizações lesivas e de sucessivos cortes de gastos e despesas públicas.⁸⁰

A situação econômica e social da América Latina trata-se, portanto, de um problema social, de forma de organização econômico-social, que impede que os bens, produzidos em quantidade cada vez maiores, sejam apropriados pela maioria de países e setores sociais⁸¹. Os dados que revela de maneira mais aberta o que representa a concentração de renda no final do século XX, especialmente com o enriquecimento acelerado de grandes especuladores, são aqueles que comparam a fortuna das 225 pessoas mais ricas do mundo com a riqueza- mal distribuída- de vários países do mundo. Essas 225 pessoas mais ricas somam uma fortuna superior a 1 trilhão de dólares, cuja soma é igual à renda anual dos 47% mais pobres da população mundial, isto é, 2,5 bilhões de pessoas. Dentre elas, as três mais ricas possuem ativos que superam o Produto Interno bruto conjunto dos 48 países mais pobres. As 15 pessoas mais ricas possuem uma riqueza que supera o PIB total da Ásia meridional. Os ativos das 84 pessoas mais ricas superam o PIB da China, um país com 1,2 bilhão de habitantes.⁸²

⁷⁹ MATTOSO (2000), pg.18.

⁸⁰ MATTOSO (2000), pg.22.

⁸¹ SADER, Emir. **Século XX. Uma biografia não autorizada. O Século do Imperialismo.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000. pg. 76.

⁸² SADER (2000), pgs. 81-82.

2.2 A construção de alternativas: multiplicação dos processos de recuperação de empresas por trabalhadores na América Latina.

Como reflexo das políticas neoliberais, o continente foi palco da explosão da resistência dos trabalhadores. A demonstração mais evidente do fracasso daquelas políticas foi a queda, como um efeito dominó a partir do final da década de 1990, dos representantes políticos do neoliberalismo: Alberto Fujimori no Peru; Carlos Andrés Peres na Venezuela, Carlos Menem na Argentina, Fernando Henrique Cardoso no Brasil além dos governos neoliberais do Equador e Bolívia.

Uma das resistências mais significativas e simbólicas entre as lutas no continente deu-se na Argentina no período de 2000-2001. Com a palavra de ordem “*que se vayan todos*” os trabalhadores argentinos saíram em massa às ruas para resistir ao processo que levou o país à insolvência. No bojo destas lutas é que as “fábricas recuperadas pelos trabalhadores” surgem como resposta e alternativa para os milhares de desempregados do país, materializando-se no trabalho associado e cooperativo com o qual se buscavam principalmente manter os postos de trabalho⁸³. Entretanto, as experiências não se limitaram a isso, tornando-se práticas que apontavam para novas relações de trabalho, antagônicas à lógica da produção capitalista. Conforme salienta Coutrot:

[...] En Amérique Latine (surtout au Brésil et en Argentine), la libéralisation économique des années quatre-vingt-dix a provoqué des dizaines de milliers de faillites d’entreprises dont certaines ont été elles aussi transformées en associations ou en coopératives de production. Ces tentatives, souvent précaires et chaotiques, voire éphémères, s’appuient sur l’aspiration à l’autonomie et à la démocratie au travail, et au rejet des formes d’alienation imposées par l’organisation capitaliste du travail [...].⁸⁴

Tanto na Argentina como no Brasil e Venezuela, onde o fenômeno adquiriu mais força, as “empresas recuperadas” surgem no bojo da crise econômica do final dos anos noventa. Caracterizam-se por semelhanças e diferenças quanto às experiências em cada país. Quanto às semelhanças podemos destacar, principalmente, as causas do fenômeno, ou seja, os efeitos perversos da aplicação da cartilha neoliberal sobre as economias locais.

⁸³ MARTÍ, Juan Pablo, [Et alii.]. **Empresas recuperadas mediante cooperativas de trabajo. Viabilidad de una alternativa.** Revista UniRcoop. IRECUS, Université de Sherbrooke, Canadá. Vol.2, número 1, outubro de 2004, pg.81.

⁸⁴ COUTROT, (2005),pg. 107.

Em relação às diferenças podemos destacar, sobretudo, o aspecto político de cada processo. Na Argentina as “fábricas e empresas recuperadas” surgem por fora das instâncias tradicionais de representação de classe como os sindicatos, formando, junto com as associações de bairros e as organizações de desempregados (piqueteiros) o que alguns autores locais denominam de “novos movimentos sociais” que emergiram da crise de 2000- 2001. No Brasil e Venezuela, identificamos um processo caracterizado pela negociação intermediada pelos sindicatos, poderes públicos e entidades de apoio. No caso da Venezuela, é o Estado o maior indutor dos processos, a partir do chamado “projeto de desenvolvimento endógeno”. A co-gestão de fábricas e empresas falidas entre governo e trabalhadores constitui uma das ações do projeto. Segundo informações do governo venezuelano, já foram desapropriadas mais de uma centena de empresas que estavam fechadas para reabri-las como Empresas de Produção Social.⁸⁵

2.3 Ocupar, resistir e produzir: as fábricas recuperadas na Argentina.

O fenômeno das empresas recuperadas na Argentina é emblemático, pois surge exatamente num país que foi considerado modelo do que deveria ser o “paraíso neoliberal na terra”. A partir da aplicação da mais ortodoxa das cartilhas (dolarização da economia, privatização intensiva, derrubada de tarifas alfandegárias, enxugamento da máquina estatal) a Argentina foi à bancarrota bem mais cedo do que imaginariam os mais céticos. Foi a partir dessa realidade que teimou em contrariar a teoria que a Argentina foi ao fundo do poço.

Foi nesse contexto de profunda crise econômica que os trabalhadores iniciaram o processo de tomada de fábricas fechadas sob o lema: “*ocupar, resistir e produzir*”. Utilizando-se dos métodos de *ação direta*, similares ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, na sua luta pela reforma agrária no Brasil, os trabalhadores argentinos constituíram um movimento de caráter político e social inédito no país, com grande força política e reconhecimento social.

[...]Constituyen un nuevo fenómeno social que cobra importancia en la realidad argentina mediante prácticas colectivas que pueden entenderse como expresiones de respuesta a la crisis y como propuestas exploratorias de modalidades de gestión alternativas [...] ⁸⁶

⁸⁵ Boletín: **Cogestión con Producción. Todo el poder para los trabajadores.** Órgano Informativo de CVG Aluminio del Carona, S. A (CVG Alcasa). Ago.-dez./ 2005. Publicação do Ministério de Industrias Básicas y Minería.

O movimento de recuperação de fábricas por parte dos trabalhadores se inicia em agosto de 2000, quando a agudização da crise levou ao fechamento de empresas e demissões em massa principalmente no cordão industrial da Grande Buenos Aires. Conforme salientou Valentina Picchetti, este fenômeno deve ser vinculado às mudanças econômicas que aconteceram a partir da erosão progressiva que atingiu a Argentina.⁸⁷

A tomada de fábricas começou no ano 2000 estendendo-se até o final de 2001. Milhares de trabalhadores argentinos encontram nessa ação coletiva a única opção frente à possibilidade de ficar sem emprego. Pelas características do processo, além da luta para garantir os postos de trabalho, inaugurava-se uma nova forma de ação coletiva, a partir das novas relações no interior da fábrica:

[...]Pese la importancia del aspecto económico, creemos que estas experiencias no se pueden reducir a una simple ‘salvuarda de puestos de trabajo’ o respuestas al desempleo, puesto que si en primera instancia sólo parecieran ser aquello, en su desarrollo se van reinventando los lazos al interior de las fabricas, generando nuevas relaciones de solidaridad que permiten percibir cambios en lo que se refiere a cómo los trabajadores se piensan y representan a sí mismos. Tal vez, es en estos otros procesos más imperceptibles donde reside uno de sus aspectos más ricos.⁸⁸

Informações de pesquisas realizadas sobre o fenômeno na Argentina dão conta de que atualmente existem mais de 180 fábricas e empresas recuperadas nos mais diversos setores produtivos como metalurgia, gastronomia, informática, têxtil, gráfica, educação e saúde, entre outros, envolvendo mais de 10.000 trabalhadores.⁸⁹ Fajn pesquisador sobre o tema na Argentina, salienta a importância do fenômeno, tanto em relação à garantia dos empregos como em relação ao seu significado como proposta alternativa de gestão do trabalho e da produção. Estas experiências representam mudanças no espaço da produção, ou seja, a fábrica autogestionária adquire uma nova importância enquanto espaço de organização e participação política dos trabalhadores:

⁸⁶ FAJN, Gabriel. **Fábricas recuperadas: la organización en cuestión**. (mimeo.), 2004. Ver em www.iisg.nl/labouragain/documents/fjn.pdf.

⁸⁷ PICCHETTI, Valentina. **Fábricas Tomadas, fábricas de esperanzas. Las experiencias de Zanón y Brukman**. In *Produciendo Realidad. Las empresas comunitarias*. Buenos Aires: Topia Editorial, 2002. pgs.11-12.

⁸⁸ PICCHETTI (2002), pg.12.

⁸⁹ FAJN, Gabriel. [*Et alii.*]. **Fábricas y Empresas Recuperadas. Protesta social, autogestión y rupturas em la subjetividad**. Buenos Aires: Editorial Centro Cultural de la Cooperación, 2003.

[...]Con los procesos de recuperación de empresas, la fábrica volvió a ser, después de mucho tiempo, el territorio de disputa social en donde participaban directamente los trabajadores que corrían el riesgo de ser desplazados del mercado de trabajo.⁹⁰

Nesse sentido, os campos de ação onde acontecem as estratégias de recuperação por parte dos trabalhadores articulam várias lógicas de intervenção, disputando tanto no plano jurídico, no espaço da empresa propriamente dita como nas ruas próximas a elas, em espaços de confrontações articuladas e interdependentes com os outros movimentos sociais. Como veremos a seguir, a partir da ocupação da empresa e o início do processo de gestão sob controle dos trabalhadores se instaura uma dinâmica similar às experiências estudadas no Brasil, principalmente no que tange às transformações na relação capital-trabalho no interior da fábrica:

[...]La reconstrucción del espacio organizacional desde una perspectiva autogestionaria tiene el efecto de desestructurar las relaciones capital-trabajo que son relaciones jerarquizadas en extremo, relaciones de obediencia y sumisión, y que, en las pequeñas y medianas empresas, fueron acompañadas generalmente por prácticas paternalistas de los anteriores dueños como modelo distorsionado de gestión [...].⁹¹

Existem atualmente dois movimentos que procuram representar as experiências existentes: o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER) e o Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas (MNFR). Ambos surgiram para assessorar o processo de expropriação das empresas e a formação das cooperativas, porém, se diferenciam tanto em relação às influências ideológicas como em relação às formas de recuperação das empresas e o seu funcionamento.⁹²

O MNER está identificado com partidos de esquerda, cuja proposta é o controle operário das empresas. O lema do movimento é o mesmo do MST no Brasil: “*ocupar, resistir e produzir*”. Propõe que o Estado compre as empresas falidas e ceda a propriedade aos trabalhadores (estatização com gestão operária). O movimento se reivindica como “conseqüência do fenômeno das empresas recuperadas”⁹³, seu principal objetivo é a garantia dos postos de trabalho a partir de cooperativas, que podem adquirir diferentes características.

⁹⁰ FAJN (2004), pg.4

⁹¹ FAJN (2004), pg.4.

⁹² MARTÍ (2004), pg. 95.

⁹³ Idem.

[...] Ante esta situación, los trabajadores, nos planteamos recuperar los activos productivos poniéndolos en marcha a contramano del actual régimen legal. De allí surge nuestra consigna “Ocupar, **Resistir Y producir**” Inspirada en nuestros hermanos campesinos de Movimiento de los Sin Tierra de Brasil.[...]Algunos nos plantean una invasión a la propiedad privada. No es cierto. No existe propiedad privada en una empresa fallida.⁹⁴

O MNFR também surge do processo das recuperadas e propõe, igualmente, a criação de cooperativas. Entretanto, ao contrário do MNER, está ideologicamente situado à direita do espectro político. Com posições liberais, defende um critério empresarial da gestão da cooperativa, ou seja, os princípios e a filosofia do cooperativismo e da autogestão somente são aceitos se forem convenientes para a dinâmica de desenvolvimento e eficácia da empresa.⁹⁵

Estes movimentos político-organizativos vêm sendo chamados na Argentina de “novos movimentos sociais” cujos “novos atores” não compõem a base tradicional dos sindicatos, e sim a grande massa de excluídos. Conforme aponta José Abelli, Vice-Presidente do MNER da Argentina:

[...] Comienza a surgir entonces *un nuevo actor social: el trabajador de autogestión*. Obreros que disputamos, más allá de la legalidad del sistema, la tenencia de los medios de producción y la generación de renta. Sorprendimos a todos. A los sindicatos, a los partidos políticos, a las estructuras de poder, al poder judicial y a los economistas. Rápidamente el ejemplo se expande en la Argentina [...].⁹⁶ (grifo nosso)

Para superar as dificuldades de implantação, as recuperadas têm contado com a solidariedade e apoio de outras empresas similares, assim como o respaldo de outros movimentos sociais, associações, partidos políticos, sindicatos. Dispondo de centros culturais, bibliotecas populares e espaços de comercialização⁹⁷, buscam unificar a luta dos trabalhadores ocupados com os desempregados e outros setores sociais solidários. Esse processo possibilita a construção de ações coletivas de caráter mais estratégico.

Vale destacar que este fenômeno das fábricas e empresas recuperadas, somente ganhou visibilidade a partir de um processo de luta geral da classe trabalhadora argentina, que não se restringiu ao movimento de protesto. Ao assumir as empresas falidas, a partir da ocupação,

⁹⁴ ABELLI, José. **Marco legal de la Economía Solidária**. In MELLO, Sylvia Leser [Org.]. Economía Solidária e Autogestão. Encontros Internacionais. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005, pg. 49

⁹⁵ MARTI (2004), pg. 95.

⁹⁶ ABELLI (2005), pgs. 49-50

⁹⁷ MARTINEZ, Oscar e VOCOS, Federico. **Las empresas recuperadas por los trabajadores y el movimiento obrero**. In CARPINTERO, Enrique e HERNÁNDEZ, Mário. [Orgs.]. Produciendo Realidad: Las Empresas comunitárias. Buenos Aires: Editorial Topia, 2002, pg. 83.

resistência e retomada da produção, estes trabalhadores incluíram em sua pauta outros temas de caráter político, ou seja, passaram a discutir o modelo econômico existente e as alternativas que possam viabilizar o processo de produção autogestionário que estão colocando em prática.

A experiência das empresas recuperadas da Argentina, além de resgatar a prática da autogestão operária neste início de século XXI, aponta para a possibilidade de construção de projetos alternativos de desenvolvimento sob novas bases e valores, originados, sobretudo, a partir da ação coletiva dos trabalhadores.

[...] Nuestra principal lucha es hacer de nuestras empresas un nuevo modelo social y productivo que derrote la vieja lógica de acumulación del capital por una nueva política de generación de riquezas que sean repartidas de maneras más justas y equitativas. Para ello es preciso romper con el viejo aparato de producción basado en la explotación y construir nuevas relaciones de producción y trabajo [...].⁹⁸

2.4 Empresas de Produção Social: a experiência de co-gestão na Venezuela.

No caso venezuelano, a autogestão encontra-se inserida dentro de um projeto denominado de “desenvolvimento endógeno” impulsionado pelo Estado. Mesmo que não seja possível realizar uma comparação entre os governos de Salvador Allende no Chile e o governo Hugo Chavez na Venezuela, pois são realidades e contextos distintos, é possível destacar que é a primeira vez, após a derrota da experiência chilena em 1973, que presenciamos, na América Latina, um processo no qual o conceito de *socialismo* e de *autogestão* ressurgem na pauta de um governo nos marcos da institucionalidade burguesa. Este processo tem origem principalmente nas ações do Ministério da Economia Popular, MINEP e Ministério de Indústria Básica e Minería – MIBAM que criaram, visando recuperar empresas fechadas, o projeto das Empresas de Produção Social - EPS, baseado em princípios específicos de co-gestão da produção capitaneados pelo Estado.

O apoio e incentivo aos empreendimentos autogestionários, principalmente às cooperativas, se dá a partir da chamada Missão “*Vuelvan Caras*” que possui agentes públicos que têm a tarefa de auxiliar na organização de cooperativas populares entre a população carente. Segundo informações do próprio governo, esta *Missão* cumpre um papel estratégico

⁹⁸ ABELLI (2005), pg.52.

para a mudança do modelo econômico. Ela se propõe a promover a transição para um *novo modelo de desenvolvimento endógeno*, sustentável e solidário, a partir da transformação cultural das relações sociais e de produção e por meio da capacitação para o trabalho e a promoção da associação em cooperativas dos setores pobres e excluídos, e sua plena inclusão nos processos sócio-produtivos locais. O que requer segundo os objetivos do projeto, “*profundas transformaciones culturales, para abandonar el modelo social competitivo e individualista por un nuevo modelo solidario y colectivista*”.⁹⁹

O processo venezuelano diferencia-se dos demais países principalmente no que tange ao papel que o Estado desempenha. O governo venezuelano desapropria as empresas fechadas e as reabre como EPS, *Empresas e Produção Social* na modalidade de co-gestão, ou seja, gestão conjunta do governo com os trabalhadores. Segundo dados do Ministério de Indústria Básica, já foram criadas centenas de empresas deste tipo em diversas regiões do país que contam com instrumentos de crédito e de financiamento públicos.

[...] En tan solo un año, las E.P.S se desplegaron en Batalla para trascender al capitalismo y lograr el Bien Común. a) En la ciudad y el campo nacieron miles E.P.S comunitarias, b) los desempleados reactivaron decenas de fábricas cerradas por el capitalismo, d) el gobierno revolucionario creó bajo la Rectoría de MIBAM, la Nueva Generación de 11 Empresas Básicas bajo la concepción de E.P.S. También se establecieron decretos y acuerdos como marco legal para impulsar la organización, financiamiento, responsabilidad social y producción de las E.P.S [...].¹⁰⁰

Durante o VI Fórum Social Mundial, realizado em janeiro de 2006 em Caracas, conhecemos algumas experiências de EPS e tivemos acesso a boletins e revistas institucionais sobre as empresas. No Editorial do Boletim Informativo da indústria de alumínio CVG Alcasa, considerada experiência modelo de EPS, podemos ter uma noção do significado que estas empresas têm no contexto do projeto bolivariano:

[...] Enrumbados hacia el socialismo del siglo XXI, el gobierno bolivariano impulsa un nuevo modelo económico a través de las Empresas de Producción Social (EPS), basado en la solidaridad, reciprocidad y distribución equitativa de los beneficios hacia la comunidad. Partiendo de esa perspectiva, en CVG Alcasa nos hemos propuesto coadyuvar esfuerzos, que nos permitan avanzar en esa dirección dando todo el apoyo para la

⁹⁹ Revista: **El desarrollo Endógeno em la Revolución Bolivariana: de la revolución política a la revolución económica**. Ministério para la Economía Popular. Governo Bolivariano da Venezuela, 2005.

¹⁰⁰ MARIN, Adarfio. **La nueva era de las empresas de producción social**. (mimeo.). 2006. Ver www.rebellion.org, acesso em 15/09/06.

generación y fomento de las Empresas de producción Social (EPS), las cuales son elementos fundamentales en el nuevo modelo productivo [...].¹⁰¹

Na Venezuela, portanto, as “empresas recuperadas” integram um projeto de transição para um novo modelo de desenvolvimento. O governo venezuelano, além das mudanças políticas, coloca na pauta do programa de mudanças estruturais, a questão da democratização na esfera econômica, através da construção de um setor econômico baseado no controle do processo produtivo via co-gestão operária.

O processo venezuelano se destaca também pelas iniciativas do governo para ampliação das articulações políticas entre as experiências realizadas na América Latina. Um exemplo disso foi a realização, em Outubro de 2005, do *I Encontro Latino-americano de Empresas Recuperadas*, realizado em Caracas. Cabe destacar que o encontro, patrocinado pelo governo da Venezuela, contou com a participação das maiores centrais sindicais de trabalhadores de diversos países da América Latina, além dos movimentos específicos de fábricas e empresas recuperadas. As deliberações do Encontro constituem um documento da maior importância visto a clareza das suas fundamentações teóricas, consistência e coerência das propostas (anexo I).

Os resultados animadores desse encontro motivaram o governo brasileiro a também promover evento similar, no caso, o *Seminário Latinoamericano sobre empresas recuperadas pelos trabalhadores*, realizado em São Paulo nos dias 11, 12 e 13 de dezembro de 2005. Participaram representantes dos governos do Uruguai, Venezuela, Argentina e Cuba além de delegações de trabalhadores destes países.

Podemos perceber que da mesma forma que as experiências anteriores de autogestão na América Latina haviam sido implantadas em contextos muito particulares, tais como no governo Nacionalista de Velasco Alvarado no Peru em 1968, na experiência do governo socialista de Salvador Allende no Chile no início dos anos setenta e na revolução Sandinista da Nicarágua em 1979, os processos atuais de autogestão também surgem em um contexto particular de mudanças políticas no continente. Após a “onda neoliberal” dos anos noventa, vimos neste início de novo século, a eleição em diversos países latinoamericanos, de governos

¹⁰¹ Boletín: **Cogestión con Producción. Todo el poder para los trabajadores**. Órgano Informativo de CVG Aluminio del Carona, S. A (CVG Alcasa) ago.-dez. 2005. Publicação do Ministério de Industrias Básicas y Minería.

cujos programas apresentam um caráter antineoliberal. Mesmo que tenhamos diferenças nas práticas destes novos governantes (Kirchner na Argentina; Lula no Brasil, Tabaré Vasques no Uruguai; Bachelet no Chile ; Hugo Chavez na Venezuela; Evo Morales na Bolívia; Correa no Equador), o fato é que este novo ambiente político tem contribuído para o ressurgimento e fortalecimento de propostas e projetos baseados em alternativas de *trabalho coletivo emancipado*. Mesmo que não sejam processos identificados como revolucionários, ou seja, que representem mudanças estruturais profundas, as possibilidades que se abrem são importantes para as perspectivas de futuro para a classe-que-vive-do-trabalho.

CAPÍTULO III - AS EMPRESAS RECUPERADAS PELOS TRABALHADORES NO BRASIL.

Como nos referimos anteriormente, as primeiras experiências de empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil datam da década de oitenta. Surgidas em um contexto específico, constituíram experiências que não contaram com muitos apoios para sua viabilização, tornando-se, muitas vezes, casos isolados. Essa situação muda na década de noventa quando os casos de empresas recuperadas deixam de ser exceção. Nesse período o Brasil passava por sua maior crise com o fechamento de centenas de empresas e a conseqüente eliminação de milhares de postos de trabalho. Foi neste contexto que muitos trabalhadores e seus sindicatos começaram a organizar cooperativas para assumir a massa falida de seus ex - empregadores. Era o início de um processo que se espalhará por todas as regiões do país.

Conforme Singer, esse processo de enfrentamento do desemprego através da criação de empresas autogestionárias chamou a atenção de setores da opinião pública. Foram realizados os primeiros seminários sobre o tema nas Universidades. Foi nesta ocasião, que alunos da USP encontraram na biblioteca um exemplar da tese da professora Lorena Holzmann, intitulada *Operários Sem patrão*. “Tão logo tomamos conhecimento de seu teor decidimos estudá-lo minuciosamente no seminário, para alcançar pela primeira vez um conhecimento aprofundado da economia solidária em sua prática contemporânea”¹⁰², salientou Singer. Este fato ilustra bem o quanto este tema é recente nos meios acadêmicos, todavia, na medida em que ampliam-se as experiências de empresas autogestionárias a partir da segunda metade da década de noventa, podemos observar uma mudança neste quadro com o crescimento de estudos sobre economia solidária e autogestão.

Alguns autores atribuem o ressurgimento da autogestão operária aos novos paradigmas organizacionais que surgem a partir dos processos de globalização e reestruturação produtiva.¹⁰³ Entre estes novos paradigmas de organização da produção destaca-se a experiência de gestão baseada em relações democráticas e solidárias, na qual, além da

¹⁰² Apresentação do livro de Lorena Holzmann: *Operário sem patrão*. Gestão cooperativa e dilemas da democracia. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2001, pg. 10.

¹⁰³ GUIMARÃES, Valeska. **Empreendimentos autogeridos em Santa Catarina : uma alternativa democrática à produção**. In O Mosaico do trabalho na Sociedade Contemporânea. PICCININI, Valmiria. (*Et alii*). Porto Alegre: UFRGS, 2006.

propriedade coletiva dos meios de produção, o processo decisório é exercido pelos próprios trabalhadores associados ao empreendimento.

[...] Identificada como uma forma inovadora de gestão, em ruptura com os paradigmas e modelos clássicos de administração, a autogestão ressurge como uma estratégia de sobrevivência das organizações e dos trabalhadores, permitindo a manutenção e a criação de postos de trabalho e garantia de renda a um contingente expressivo de trabalhadores [...].¹⁰⁴

Entretanto, cabe destacar que a autogestão que buscamos analisar não se resume apenas a uma forma “inovadora de gestão”, com mais democracia e participação, mas, sobretudo, como uma possibilidade de experiência para os trabalhadores de uma nova *práxis*, antagônica à dinâmica capitalista das relações entre capital e trabalho no interior da fábrica, assim como no que diz respeito à relação do trabalhador com o seu trabalho. A autogestão nessa perspectiva constitui-se de um “conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um coletivo”.¹⁰⁵

Ao mesmo tempo em que este processo é parte constitutiva das lutas dos trabalhadores por condições dignas de trabalho e de vida, ele possibilita, também, um outro processo, qual seja o da superação da condição alienantes do trabalho assalariado. Isto porque na medida em que o trabalhador passa a assumir a função de gestor, ele passa necessariamente a exercer o controle do processo produtivo, com outras responsabilidades além das suas tarefas na linha de produção, o que requer um outro aprendizado. A cultura do trabalho subordinado é substituída por um outro tipo de relação autônoma com o trabalho.

As informações disponíveis sobre iniciativas de controle operário da produção no período anterior aos anos noventa demonstram que a autogestão não foi uma prática marcante na história do movimento operário brasileiro. Mesmo as experiências de comissões de fábrica tiveram vida efêmera, pois “as comissões sempre sofreram o ataque implacável do patronato, e muitas vezes eram mal compreendidas e boicotadas pelas lideranças sindicais”.¹⁰⁶

Com veremos, a relação do movimento sindical com as cooperativas começa a mudar somente a partir de experiências emblemáticas que desencadearam um processo de

¹⁰⁴ GUIMARÃES (2006), pg. 293.

¹⁰⁵ ALBUQUERQUE (2003), pg. 20.

¹⁰⁶ FARIA (2005).

multiplicação de casos de autogestão. Até então as experiências realizadas por grupos de esquerda e pelas oposições sindicais nos anos 1970 e 1980 eram acusadas de reformismo.¹⁰⁷

3.1. Das experiências pioneiras à criação da ANTEAG.

As primeiras formas associativas surgem no Brasil no final do século XIX, período de nascimento do movimento operário associado ao início da industrialização e à imigração de operários europeus. A partir da influência dos anarco-sindicalistas surgem as mútuas, como práticas de socorro e ajuda mútua para os trabalhadores, cuja inspiração era o projeto utópico do Proudhon¹⁰⁸. Posteriormente nascem as Ligas Operárias.

O século XX é marcado, sobretudo, pelas disputas entre as diferentes correntes do movimento operário tais como os anarquistas, os socialistas e os comunistas. Em relação ao tema da reorganização associativa dos trabalhadores, principalmente as experiências de cooperativas, com exceção dos socialistas, as demais correntes condenavam as práticas, pois “o mutualismo e o cooperativismo desviariam a ação do proletariado da ação direta, dos seus objetivos de resistência ao patronato, privilegiando na sua estratégia o reforço das associações sindicais”¹⁰⁹.

Entre as experiências concretas de produção cooperada e associativa nas primeiras décadas do século XX, destacou-se o caso da Unilabor¹¹⁰ (1954-1967), que, segundo a pesquisa de Faria, “consistiu na criação de uma ‘comunidade de trabalho’ que agrupava a produção de mobiliário industrial, com um projeto moderno de design e arquitetura, com práticas cooperativas e humanismo cristão”.¹¹¹

Em recente pesquisa realizada pelo Ministério do Trabalho são citados alguns casos referência¹¹². Destas experiências, algumas já foram objetos de pesquisas e estudos

¹⁰⁷ NASCIMENTO, Cláudio. **Autogestão e economia solidária**. In. Democracia e autogestão. Revista Temporaes, FFLCH- USP, 1999.

¹⁰⁸ HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20**. São Paulo: Global Ed. 1982. pg.118.

¹⁰⁹ FARIA, (2005) pg. 274.

¹¹⁰ CLARO, Mauro. **UNILABOR: desenho industrial, arte moderna e autogestão operária**. São Paulo: Editora Senac/SP, 2004.

¹¹¹ FARIA (2005), pg. 281.

¹¹² TAUILLE (2005). No estudo são citadas os casos das empresas Remington (RJ); CBCA (SC); Perticamps (SP); Cia . Brasileira de Cobre (RS); Caraíba Mineração (BA) e COOMECA (RS)

acadêmicos como os casos da empresa Remington no Rio de Janeiro¹¹³, a CBCA, atual Cooperminas, em Santa Catarina¹¹⁴ e a COOMECA, ex - indústria de Fogões Wallig no Rio Grande do Sul¹¹⁵. Em relação a experiências mais recentes também já pesquisadas, destacamos o estudo da Makerly Calçados¹¹⁶ e da UNIFORJA ex- Conforja¹¹⁷.

O caso da Indústria de fogões Wallig no Rio Grande do Sul, mesmo sendo uma das pioneiras e uma das mais antigas em funcionamento, não teve o mesmo papel no que tange às iniciativas de articulação com outras experiências. No entanto, segundo Paul Singer, “esta epopéia, que ainda prossegue hoje, foi na época algo inédito, sendo sob todos os pontos de vista uma reinvenção”.¹¹⁸

O que nos chamou atenção na pesquisa de Holzmann são as diferenças quanto ao contexto em que se desenvolveu o processo de autogestão na empresa Wallig nos anos oitenta em comparação com os processos do final da década de noventa, ou seja, diferentemente daquela experiência “pioneira” para a época, que se caracterizou como uma exceção da qual nem os trabalhadores nem o sindicato tinham qualquer experiência anterior, os casos atuais fazem parte de um processo que é crescente não só no Brasil, mas na América Latina, ou seja, não estão isolados, mas fazem parte de um processo mais amplo que ultrapassa as fronteiras do país. A experiência da Wallig foi marcada, também, por um grande isolamento e pela falta de apoio de entidades ou qualquer outra assessoria especializada.

Dentre as experiências “pioneiras” do atual contexto de multiplicação de empresas recuperadas por trabalhadores, os casos da CBCA - Cia Brasileira Carbonífera Araranguá, companhia de mineração localizada em Criciúma/SC; da Remington, no Rio de Janeiro e da

¹¹³ TIRIBA, Lia Vargas. **Autogestão e chão-de-fábrica: um ensaio inspirado nos trabalhadores da Remington**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, outubro/94. (mimeo.).

¹¹⁴ FANTIM, Márcia. **Os significados da experiência de gestão de uma mina pelos trabalhadores em Criciúma/SC nas malhas das relações de poder**. Florianópolis: UFSC, 1991. [Dissertação de Mestrado em Antropologia Social.].

¹¹⁵ Em relação à experiência da COOMECA ex-Wallig, além do estudo já citado de Lorena Holzmann encontramos também: PUPE, Mauro Wabner. **Trabalho Solidário- o bem sucedido caso Coomec**. Porto Alegre: Palomas, 1996 e; SCHMIDT, Derli. **De Mondragón a Cachoeirinha. Cooperativa de Produção Industrial: Uma nova relação capital e Trabalho?** Revista Perspectiva Econômica. Vol.36, nº 116. Série Cooperativismo. nº 50, São Leopoldo: UNISINOS, 2001, pg 115-149.

¹¹⁶ FARIA, Maurício Sarda. “...Se a coisa é por aí, que autogestão é essa? Um estudo da experiência “autogestionária” dos trabalhadores da Makerly Calçados”. Florianópolis. UFSC, 1997. [Dissertação de mestrado em Administração].

¹¹⁷ ODA, Nilson Tadashi. **Gestão e Trabalho em Cooperativas de produção: dilemas e alternativas à participação**. USP, São Paulo, 2001. [dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção].

¹¹⁸ SINGER, Paul. Op.cit. (2001), pg.9.

Makerli Calçados em São Paulo se destacam na história das “recuperadas” brasileiras não somente pelas suas características de empresas autogestionárias, mas, sobretudo pelos desdobramentos que desencadearam no sentido da organização e articulação de outras experiências surgidas no período, assim como contribuíram para o envolvimento do movimento sindical. Ao analisar as semelhanças das experiências dos processos da CBCA e Remington, Faria identifica o que seria posteriormente uma característica intrínseca de quase todos os processos que viriam posteriormente:

[...] De forma geral uma característica comum dessas primeiras experiências é a intensa luta coletiva e ativa levada a cabo pelos trabalhadores e pelos respectivos sindicatos, primeiro para garantir o pagamento dos salários geralmente com vários meses de atraso e, em seguida, para manter as empresas em funcionamento [...].¹¹⁹

Entretanto, mesmo que tenham semelhanças quanto ao processo e mobilização para assumir a fábrica falida, os trabalhadores optaram por estratégias distintas quanto à forma jurídica que lhes garantiu a posse da empresa. Na CBCA os mineiros decidiram, após alguns anos de funcionamento como Massa Falida, criar a COOPERMINAS, optando pela forma jurídica de cooperativa. Já na Remington os trabalhadores decidiram pela criação de uma Associação dos Funcionários que passou a deter a propriedade da empresa. Segundo Faria “a definição da forma de propriedade nada nos informa sobre o conteúdo da gestão da empresa, sobre os mecanismos criados para que a participação dos trabalhadores fosse além do direito formal”.¹²⁰, ou seja, apenas a definição jurídica não garante a prática autogestionária o que é comprovado pelas experiências já citadas das falsas - cooperativas.

Dentre as experiências citadas acima, duas tem um significado importante no que tange à organização política das empresas recuperadas, são elas a CBCA e a MAKERLI, isto porque é a partir destas experiências que começaram a ser esboçadas as iniciativas de articulação nacional das experiências, que vinham responder ao desafio de superar o isolamento e a falta de apoio e assessoria, tanto técnica quanto política.

Neste sentido, romper o isolamento das experiências tornava-se uma necessidade urgente para viabilizar o apoio às iniciativas nascentes. Destacamos, portanto, o processo de articulação entre as experiências de empresas recuperadas como um dos diferenciais em

¹¹⁹ FARIA (2005), pg.284.

¹²⁰ FARIA (2005), pg. 285.

relação às experiências anteriores, na medida em que procuram superar o isolamento construindo uma identidade comum para os processos que realizam. Foi a CBCA que iniciou este processo ao procurar os trabalhadores da Remington para organizar o I Seminário de autogestão em 1991. O Seminário contou com o apoio do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) com sede no Rio de Janeiro.¹²¹

O Seminário proposto se realiza em setembro de 1993, em Criciúma. Contou com a presença além da CBCA e da Remington, de trabalhadores das seguintes empresas: Caraíba Mineração da Bahia; Cia Brasileira do Cobre e Coomec, ex - Wallig, ambas do Rio Grande do Sul. O fato relevante desta primeira iniciativa de articulação foi a discussão da autogestão numa perspectiva de classe, ou seja, como uma alternativa para os trabalhadores. Também o incentivo ao intercâmbio entre os trabalhadores de diferentes empresas e o estabelecimento de laços de solidariedade com outros movimentos sociais¹²².

Outro movimento que marcaria a história das empresas recuperadas no Brasil é articulado a partir da experiência da Makerli Calçados da cidade de Franca, São Paulo, com a organização, na capital paulista do 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão, em fevereiro de 1994, quando é fundada a ANTEAG- Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária. Este encontro teve a presença de 11 empresas de autogestão ou que enfrentavam processos de transferência da propriedade para os trabalhadores, entre elas estavam as “pioneiras” CBCA e Remington e as novas experiências como a Makerli e um conjunto de novas empresas recuperadas do Estado de São Paulo: Cobertores Parayba de São José dos Campos; Cerâmica Matarazzo de São Caetano; Skillcoplast de Diadema; Hidrofenix de Sorocaba; Gurgel de Limeira; Conside de São Paulo e Tecnoshoes de Franca.¹²³

A importância da experiência da Makerli calçados, da cidade de Franca/SP na história das empresas recuperadas, não se deveu aos avanços em termos de democracia, que foram muito limitados, nem mesmo por sua viabilidade, o que não aconteceu, pois a experiência fracassou¹²⁴. O que colocou a Makerli como referência está no fato de que este caso além de cumprir um papel importante na visibilidade da luta dos trabalhadores para

¹²¹ FARIA (2005), pg.286.

¹²² FARIA (2005), pg.287.

¹²³ FARIA (2005), pg.287.

¹²⁴ FARIA (1997), pg.288.

manutenção dos seus postos de trabalho a partir da proposta de autogestão, foi que impulsionou a articulação das demais empresas recuperadas para a criação da ANTEAG.

A importância da criação da ANTEAG está no fato de que foi uma experiência pioneira de apoio e articulação das primeiras experiências de empresas recuperadas surgidas na década de noventa. Além de dar visibilidade ao problema com a projeção à idéia de recuperação de empresas falidas, a ANTEAG contribuiu para o apoio, inexistente até então, a outras iniciativas que surgiram posteriormente.

[...] Ao multiplicarem-se, essas experiências encontram na ANTEAG um ponto de referência importante, seja pelo trabalho de assessoria econômica e jurídica realizada pelos técnicos da Associação, seja pelos mecanismos de acesso que foram sendo conquistados junto às instituições financeiras e de crédito [...].¹²⁵

Dos dados disponíveis acerca do crescimento das experiências de empresas recuperadas assessoradas pela ANTEAG estão informações da imprensa que dão conta de que após um ano da fundação, a associação, que contou com 11 experiências e projetos na sua fundação, já chegavam a 28 experiências envolvendo cerca de onze mil trabalhadores. Em 1999 eram identificados 56 casos em curso no país. Em agosto de 2000, diretores da entidade falam em 103 projetos com previsão de atingir 140 ao final do ano, chegando a 30 mil trabalhadores e em 2003 são mencionadas 207 empresas recuperadas. Estes dados foram extraídos da pesquisa de Faria que faz uma ressalva no sentido de que é “preciso contar sempre com a possibilidade dos números estarem inflacionados”.¹²⁶

Em relação a dados quantitativos, uma publicação recente da ANTEAG sobre balanço das ações do convênio com o Ministério do Trabalho, a entidade informa que desde a fundação, em 1994, já pôde ter contato com mais de 700 empresas em situação falimentar e passou a trabalhar com muitas delas¹²⁷. Entretanto, não especifica o número com que “passou a trabalhar”. Um indicativo de número aproximado é apresentado por Faria quando informa que a entidade contava “em meados do ano 2000 com cerca de 70 experiências associadas a ela”.¹²⁸

¹²⁵ FARIA (2005), pg. 293.

¹²⁶ FARIA (2005), 292.

¹²⁷ **Autogestão e economia solidária. Uma nova metodologia.** São Paulo. ANTEAG/Ministério do Trabalho, 2005. pg,9.

¹²⁸ FARIA (2005), pg, 297.

Dentre os empreendimentos oriundos de massa falida que hoje se constitui como uma das experiências mais significativas assessoradas pela ANTEAG está o projeto Catende Harmonia¹²⁹. Segundo Faria Catende “é o maior e mais complexo projeto de empresa recuperada em andamento no Brasil”.¹³⁰ Trata-se de uma Usina de açúcar fundada em 1892, a partir do antigo engenho Milagre da Conceição, e que compreende 48 engenhos distribuídos em 26 mil hectares, abrangendo cinco municípios da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

O projeto Catende surge de um pedido de falência articulado por 2.300 trabalhadores rurais demitidos em 1993. A falência foi decretada em 1995. O processo de recuperação de Catende foi precedido por uma ampla mobilização dos movimentos sociais da região como os sindicatos de trabalhadores rurais, CUT, entidades da igreja como a CPT, Comissão Pastoral da Terra. Ocorreram, também, acampamentos e greves para pressionar o cumprimento do pagamento dos direitos.¹³¹

Com um patrimônio avaliado em 62 milhões de reais, foi criada, em 1998, a Companhia Agrícola Harmonia que hoje tem 2.500 associados, trabalhadores demitidos e da ativa, do campo e da indústria. O projeto Usina Catende/Harmonia envolve, ainda, entre campo e indústria, cerca de quatro mil famílias, ou 20 mil pessoas. Tem no patrimônio 48 engenhos/fazendas, um parque industrial, uma hidroelétrica que gera energia própria, uma olaria, uma marcenaria, um hospital, sete açudes e canais de irrigação, 26 mil hectares de terras, frotas de veículos e implementos, (tratores e caminhões), rede ferroviária à margem da empresa e uma bacia hidrográfica com vários rios perenes.¹³² O projeto Catende, pelo que realizou em termos de mudança das relações de trabalho e de cultura política, vai muito além de uma simples recuperação de empresa falida, pois alcança a dimensão de um projeto alternativo de desenvolvimento econômico, social, cultural e político para a região do agreste pernambucano.¹³³

O significado, portanto, da ANTEAG para as empresas recuperadas no Brasil é inegável. Entretanto, se comparada com as organizações das empresas recuperadas da

¹²⁹ NETO, José Francisco de Mello. **Extensão Universitária, Autogestão e Educação Popular**. João Pessoa: Editora UFPB, 2004.

¹³⁰ FARIA (2005), pg.315-316.

¹³¹ NASCIMENTO, Cláudio. **Do “Beco dos Sapos” aos Canaviais de Catende. (Os “Ciclos longos” das Lutas Autogestionárias)**. Brasília: SENAES, abril de 2005. (mimeo.). pg. 116.

¹³² NASCIMENTO (2005), pg.117.

¹³³ FARIA (2005), pg. 316.

Argentina, por exemplo, identificamos os limites desta Associação, na medida em que não conseguiu constituir-se como um instrumento político e de representação dos empreendimentos e principalmente dos trabalhadores, a partir de um projeto de caráter mais amplo que tenha como norte a construção destas experiências como projetos estratégicos de futuro.

Uma das diferenças entre as experiências brasileiras e argentina pode ser encontrada neste aspecto, ou seja, enquanto na Argentina as fábricas recuperadas criaram suas entidades como instrumentos de organização e luta social¹³⁴, no Brasil a experiência da primeira associação das recuperadas não avançou além da assessoria técnica.

[...] A autogestão da ANTEAG não pretende inscrever-se na trajetória histórica das lutas sociais no Brasil, o que poderia representar uma contribuição importante na medida em que recoloca o problema da luta dos trabalhadores pelo controle dos meios de produção como uma condição fundamental para a realização do socialismo. Com isso, o modelo da ANTEAG circunscreve a autogestão aos critérios técnicos formais de participação dos trabalhadores na gestão do processo de trabalho [...].¹³⁵

Em função da multiplicação de experiências de empreendimentos autogestionários, assim como o surgimento de outras entidades de apoio às empresas recuperadas, a ANTEAG atravessa, conforme salienta Faria, um processo de reelaboração interna¹³⁶.

É importante destacar também, a título de informação, uma outra corrente de empresas recuperadas que surge no Brasil a partir de 2002, particularmente em Santa Catarina. Trata-se do caso das empresas CIPLA e INTERFIBRA, em Joinville/SC¹³⁷. Ao contrário das experiências que se identificam como Economia Solidária, estas repudiam o cooperativismo, a autogestão e o próprio conceito de Economia Solidária como alternativa de recuperação das empresas. Propõe a estatização sob controle operário. Sobre esta experiência o Jornal Já de Porto Alegre, publicou em março de 2005, uma ampla matéria sobre a experiência da CIPLA, com o título: *Eles tomaram a fábrica do Patrão*. Conforme a reportagem informa a experiência da CIPLA é dirigida por militantes da corrente trotskista “O trabalho” do Partido dos Trabalhadores. Podemos identificar processos semelhantes na Argentina cujo caso mais

¹³⁴ Ver Cap. II.

¹³⁵ FARIA (2005), pg.306.

¹³⁶ FARIA (2005), pg. 310.

¹³⁷ **Eles tomaram a fábrica do patrão**. Jornal Já. Porto Alegre. Ano 16, Março de 2005. pgs. 4- 7.

conhecido é o da indústria de Confecções Brukman¹³⁸ que atualmente se chama *FaSinPat*. (Fábrica Sin Patrón)

Entretanto, é importante destacar que no Brasil estas experiências se caracterizam pelo isolamento político em relação à articulação com outras forças e movimentos políticos e sociais. Baseado numa visão ortodoxa e sectária, suas proposições não tem tido eco além de suas correntes políticas.

3.2 O sindicalismo e a construção da UNISOL Brasil.

A participação dos sindicatos foi decisiva em todas as experiências recentes de recuperação de empresas pelos trabalhadores. Entretanto, esse apoio não foi fruto de um engajamento imediato do movimento sindical a partir de uma política articulada de apoio ao cooperativismo e aos processos de controle operário da produção. Ao contrário, o que podemos destacar da relação do movimento sindical com o tema da autogestão e do cooperativismo, conforme demonstrou o estudo de Henrique Parra¹³⁹ foi que o movimento sindical sempre tratou o tema com bastante reserva, isto porque a história do cooperativismo no Brasil esteve associado a iniciativas rurais, patronais ou que cumpriam o papel de intermediadoras de mão de obra, utilizadas de forma instrumental para diminuir custos e precarizar as relações de trabalho.

Essa realidade começou a mudar no sindicalismo brasileiro no momento de aprofundamento da crise do emprego e a multiplicação de casos em que os trabalhadores resistem ao fechamento das empresas, colocando em prática a proposta de *coperativismo de resistência*, ou *novo cooperativismo*, oriundo da recuperação de empresas.

[...] As cooperativas aparecem para os sindicatos, num primeiro momento, apenas como ameaça ao emprego, mas, no instante seguinte, a inovação de algumas destas iniciativas, como as empresas de trabalhadores autogeridas na região metropolitana de São Paulo, acabem por revelar mais um possível caminho de atuação para os sindicatos [...].¹⁴⁰

¹³⁸ PICHETTI (2002), pg.17.

¹³⁹ PARRA, Henrique Zoqui. **Sindicalismo e Cooperativismo: entre a criação e a destituição.** In SOUZA, André Ricardo [*Et alii.*]. Uma Outra economia é Possível. Paul Singer e a Economia Solidária. São Paulo, Contexto, 2003, pg. 76.

¹⁴⁰PARRA (2003), pg.78.

Uma das primeiras iniciativas do movimento sindical cutista que se propôs a discutir o tema da autogestão operária, aconteceu no Rio Grande do Sul em dezembro de 1994. O Seminário: *Autogestão: a realização de um sonho*, impulsionado por um processo, recém iniciado na época, de recuperação de uma fábrica de borrachas na região calçadista de Novo Hamburgo, foi promovido pela CUT/RS, comitê estadual da Campanha pela Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria; Prefeitura Municipal de Porto Alegre; ANTEAG; Central de Cooperativas dos Assentamentos do MST; Cáritas; Federação dos Metalúrgicos do RS; Federação dos Sapateiros do RS e FASE.

No ano seguinte, em agosto de 1995 realiza-se o III Congresso nacional dos metalúrgicos, quando o tema foi objeto de resolução específica com base nas experiências de recuperação de empresas. No Congresso da Confederação Nacional dos Metalúrgicos de 1998, novamente o tema tem espaço nas resoluções sobre cooperativismo.¹⁴¹ Entretanto, quem dá o passo decisivo do sindicalismo em direção ao cooperativismo é o Sindicato dos metalúrgicos do ABC, que a partir das experiências como a da Conforja, cria em 1999, com o Sindicato dos Químicos de SP, a UNISOL Cooperativas, cujo objetivo é organizar e representar as cooperativas do Estado de São Paulo.¹⁴² Segundo pesquisa de Nilson Oda, quando da fundação da UNISOL, o Sindicato dos metalúrgicos do ABC já tinha participado da fundação de 11 cooperativas: as 4 que foram criadas a partir da falência da Conforja e que se unificaram na UNIFORJA (Coopertratt, Coopercon; Cooperlafe; Cooperfor); Coopertronic (ex-Nichiden); Uniwidia, (ex-Cervin); Cootrame(ex-Nordon); Cooperautex, (ex-Olan); Metalcooper e Fibercoop (criadas da falência da KKCA) e a Coopsind, (cooperativa habitacional criada pelo sindicato em 1997).

A decisão do sindicato de tomar as cooperativas como uma de suas prioridades insere-se também na difusão do tema no país. Da mesma maneira como já ocorrera em outros países, as cooperativas no Brasil passaram a figurar como alternativa à geração de trabalho e renda após o agravamento da crise econômica e a explosão do desemprego.¹⁴³ Além da criação da UNISOL, o sindicato dos metalúrgicos aprova no seu II Congresso a alteração no estatuto no sentido de possibilitar a sindicalização dos trabalhadores das cooperativas metalúrgicas.

¹⁴¹ Ver Revista dos Metalúrgicos-CNM/CUT. Edição especial, 1995. pg. 33.

¹⁴² ODA (2001).

¹⁴³ ODA, Nilson Tadashi, **Sindicato e cooperativismo: Os metalúrgicos do ABC e a UNISOL Cooperativas**. In SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de [Orgs.]. *A economia Solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.

Segundo informações dos seus atuais dirigentes, a Uniforja surge a partir da empresa metalúrgica Conforja criada em 1954 na capital paulista. A metalúrgica produz conexões de aço forjado e tubulações para instalações industriais. Em 1976, empregava 1 170 trabalhadores, com faturamento líquido de US\$ 28 milhões, tendo a Petrobrás como principal cliente. A falência foi decretada em março de 1998, mas o processo de sua recuperação foi iniciado em 1995 quando foi implantado um projeto de cogestão. Constituída em 2000, o “sistema” UNIFORJA que engloba atualmente quatro cooperativas singulares criadas a partir do processo de crise, e posterior falência da empresa Conforja, que no seu auge foi a maior forjaria da América Latina.¹⁴⁴

A partir da constituição da cooperativa, a metalúrgica já admitiu 62 novos sócios, perfazendo um total de 526 sócio-trabalhadores. Informações do Governo Federal dão conta de que a UNIFORJA detém atualmente 60% do mercado no seu segmento de produção e exporta para os EUA, Venezuela, Uruguai, Argentina e Chile.¹⁴⁵

A partir das experiências de empresas recuperadas e transformadas em cooperativas autogestionárias no ABC paulista, o tema é introduzido com mais força na CUT, maior central sindical do país. Ao identificar as potencialidades dos processos autogestionários para o fortalecimento do movimento dos trabalhadores, surgem nos debates da CUT, questões importantes, principalmente de ordem teórico-ideológica, tanto para os sindicalistas como para os trabalhadores e mesmo para os pesquisadores, tais como: qual o real potencial transformador destas iniciativas autogestionárias? Elas podem constituir-se como uma alternativa concreta ao modo de produção capitalista? E ainda, a luta pela recuperação de empresas a partir da autogestão fortalece ou enfraquece as demais lutas da classe trabalhadora?

A elaboração destas questões, além de enfrentar um fenômeno novo e concreto, também é considerada por alguns autores como uma sinalização para um processo de redefinição de estratégias por parte do sindicalismo cutista nos anos de 1990, ou seja, tratava-se de uma mudança de estratégia apresentada pela corrente hegemônica da central que procurava apresentar alternativas concretas para os problemas da política nacional, em uma prática sindical que poderia ser denominado de “sindicalismo propositivo”.¹⁴⁶

¹⁴⁴ LOPES, Arildo Motta e SANTOS José Domingos Peres dos. **A Uniforja e seus sócios-trabalhadores: autogestão e direito à propriedade**. Revista de Economia Solidária. Ano 1, nº 0, dez.2005,pg.31.

¹⁴⁵ Ver. www.fbcs.org.br

¹⁴⁶ BOITO, Armando. **Política Neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã editora, 1999. pg 148.

Outra iniciativa prática da CUT neste campo se dá a partir do Seminário Nacional de Economia Solidária, realizado em setembro de 1999 que cria a ADS - Agencia de Desenvolvimento Solidário da CUT, cujo objetivo que consta do seu programa é “ gerar oportunidades de trabalho e renda em organizações de caráter solidário e contribuir com a construção de alternativas de desenvolvimento social e sustentável.”¹⁴⁷

Entretanto, o avanço mais significativo da CUT neste campo viria a partir da resolução do Congresso de 2002, que deliberou pela criação de duas centrais de cooperativas: uma para aglutinar as cooperativas de crédito (ECOSOL) e outra para as cooperativas de produção e serviços (UNISOLI). Em agosto de 2004 é realizado o Congresso de constituição da União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil, a UNISOL – BRASIL, com a participação de delegados das cooperativas filiadas à UNISOL/São Paulo e os empreendimentos assessorados pela ADS¹⁴⁸.

Assim como a experiência da Makerli calçados foi o impulsionador da criação da ANTEAG em 1994, podemos dizer que a experiência da empresa Conforja contribuiu para a criação da UNISOL Cooperativas, que surge restrita ao estado de São Paulo, mas que, na medida em que o tema do cooperativismo ganha espaço no interior da CUT, irá se transformar em 2004 em uma entidade nacional que disputará com a ANTEAG a hegemonia de representação das empresas recuperadas.

Conforme Oda e Silva, o objetivo da UNISOL/ Brasil é aglutinar as cooperativas e empreendimentos de economia social e solidária tornando-se porta-voz dos interesses legítimos de seus sócios e sócias - trabalhadoras, influenciando e reivindicando mudanças nas legislações e nas formas de fomento e financiamento, assim como formação e capacitação para uma boa gestão e condução dos seus negócios.¹⁴⁹ Vale destacar que diferentemente da experiência da ADS, a UNISOL não pretende apenas assessorar os empreendimentos, mas procura constituir-se como representante político dos trabalhadores associados às cooperativas e outros empreendimentos autogestionários. É nesse sentido, que os dirigentes da UNISOL

¹⁴⁷ **Sindicalismo e Economia Solidária.** Reflexões sobre o projeto da CUT. Publicação do GT-Nacional Economia Solidária. CUT Brasil. Dezembro de 1999.

¹⁴⁸ SILVA, Cláudio Domigues e ODA Nilson Tadashi. **UNISOL Brasil e as ações de apoio às empresas recuperadas: cooperativas autogestionárias, trabalho, renda e desenvolvimento social.** In Revista de Economia Solidária. Brasília: Ministério do Trabalho/SENAES, ano 1, nº 0 , dezembro de 2005.

¹⁴⁹SILVA, ODA (2005), pg. 18.

procuram identificar a criação da UNISOL aos outros dois instrumentos históricos de luta dos trabalhadores do país,

[...] Nesta perspectiva, tanto a ECOSOL quanto a UNISOL Brasil visam reproduzir os caminhos anteriormente percorridos ao longo da criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) [...].¹⁵⁰

A respeito desta continuidade histórica de organização dos trabalhadores, destacamos que muitos dos organizadores da UNISOL são ex-sindicalistas, que nos anos 80 foram os protagonistas do chamado “novo sindicalismo”.¹⁵¹ Esse fato sinaliza para um processo novo no que tange à ação coletiva dos trabalhadores no país a partir das experiências como a organização política de empreendimentos autogestionários. Se este período ainda não nos permite afirmar os caminhos deste “novo” movimento operário, o que podemos verificar é que as formas tradicionais de organização dos trabalhadores não são as únicas existentes.

A partir da criação da UNISOL, em 2004, como resultado da ampliação de experiências de empresas e fábricas recuperadas e do crescimento da Economia Solidária no país, e o fato desta entidade nascer a partir de uma das maiores estruturas sindicais como a CUT, com poder de organização e mobilização, esta nova entidade busca hoje ocupar o espaço de representante político das empresas recuperadas.

3.3 O quadro atual das empresas recuperadas no Brasil.

O Governo Federal através da Secretaria Nacional de Economia Solidária realizou uma pesquisa em 2005 sobre os *empreendimentos autogestionários provenientes de massas falidas*¹⁵². Este trabalho analisou 28 experiências em diferentes Estados do país, apresentando uma análise dos processos em curso além de pautar diversos temas sobre o fenômeno.

Este estudo encomendado pelo Ministério do Trabalho e Emprego concluído em 2005, tratou-se de uma pesquisa qualitativa, que a partir de uma amostra de experiências buscou identificar o fenômeno a partir da análise de suas características gerais. Em relação aos dados quantitativos, como nos referimos anteriormente, as informações disponíveis até então

¹⁵⁰ SILVA, ODA (2005) pg.18.

¹⁵¹ MARQUES, Paulo L. A. **Nos tempos do Novo sindicalismo. Os trabalhadores gaúchos no olho do furacão.**

In *Histórias do Trabalho-1996/1997*. Porto Alegre, Unidade Editorial Porto Alegre, 1998, pgs. 192- 238.

¹⁵² TAUILE (2005), pgs. 17 e 18.

eram de responsabilidade das entidades representativas das empresas, em especial a ANTEAG e mais recentemente a UNISOL-Brasil, o que muitas vezes não correspondia a realidade, na medida em que não constituíam resultados de pesquisas com metodologia ou qualquer rigor científico.

Atualmente, a mais significativa fonte de dados sobre as empresas recuperadas no Brasil está no Mapeamento da Economia Solidária¹⁵³. O Mapeamento que teve como objetivo a construção do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), constitui –se como um importante instrumento de análise e estudos sobre os empreendimentos da economia solidária na atualidade

A sistematização dos dados sobre as empresas recuperadas no Brasil foi publicada em artigo na edição de 2006 da Revista de Economia Solidária¹⁵⁴ da qual utilizamos as informações a seguir. Em relação a estes dados Valmor Schiochet salienta que “tratam-se das mais abrangentes informações disponíveis sobre as empresas recuperadas até este momento conhecidas”.¹⁵⁵ Cabe destacar que o mapeamento é restrito a 40% dos municípios do país, sendo, portanto limitada quanto à abrangência.

No mapeamento são identificadas 134 empresas recuperadas no país, com um total de 11.348 trabalhadores ocupados. Em relação à distribuição regional, os dados demonstram que as empresas recuperadas estão assim distribuídas: 10 na região Norte; 38 na região Nordeste; 34 na Região Sudeste; 46 na Região Sul e; 46 na Região Centro Oeste.

No que tange aos setores econômicos com maior incidência de empresas recuperadas estão o têxtil com 29 casos; alimentação com 25; agricultura com 20; Metal-mecânico e materiais elétricos com 14 e; mobiliária com 9. Destas empresas, a maioria são urbanas (54% dos casos), sendo 11,9% das empresas com atividades rurais e urbanas e 33,6% de empresas com atividades exclusivamente rurais. Cabe registrar que grande parte das empresas recuperadas rurais encontra-se localizada nas regiões Nordeste, Norte e centro Oeste, e derivam de empresas agroindustriais que foram desapropriadas e transformadas em assentamentos rurais.

¹⁵³ **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Brasília : Ministério do Trabalho, 2006.

¹⁵⁴ SCHIOCHET, Valmor. **Empresas Recuperadas no Brasil: um retrato a partir do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária**. In Revista de Economia Solidária. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego/SENAES. Ano II, nº 1, junho de 2006, pg 48-50.

¹⁵⁵ SCHIOCHET(2006), pg.49.

Em relação à forma jurídica que assumem as empresas recuperadas, os dados demonstram que a maioria opta pela formação de cooperativa (42%) ou associação (32,8%). Verifica-se também alguns casos de empresas que assumiram a forma de empresa de responsabilidade limitada (3 casos) e apenas um caso assumiu a forma de sociedade anônima. Cabe destacar que 16% dos casos indicaram que funcionam na informalidade, que se justifica pelo fato de que algumas experiências recentes ainda não concluíram a transferência da propriedade das empresas para os trabalhadores.

Como essas experiências integram o mercado formal, outro dado significativo diz respeito ao salário médio, ou no caso das cooperativas, as retiradas mensais dos associados alcançam a média de R\$ 766,00. Também é importante destacar que o valor agregado bruto da produção das empresas recuperadas chegou a aproximadamente R\$ 98 milhões.

O mapeamento também levantou informações acerca da participação dos associados na direção da empresa recuperada. Para isso utilizou o indicador de periodicidade das Assembléias: 10 experiências afirmam realizar assembléias gerais todas as semanas; 66 empresas realizam assembléias mensais; 21 realizam bimestrais ou trimestrais; 17 realizam anuais e; apenas 4 afirmaram não realizar assembléias gerais. Mesmo que estes dados não possam responder à questão complexa da autogestão, os dados indicam que o instrumento das assembléias são utilizadas pela maioria. O que é necessário analisar é como se dá a participação do associado nestes espaços que, teoricamente, constituem a instância máxima de decisão de um empreendimento autogestionário. Outro indicativo importante diz respeito à relação do empreendimento com outros movimentos sociais: 42,5% das empresas recuperadas informaram que mantém relações efetivas com outros movimentos sociais ou sindicatos de trabalhadores.

As informações do mapeamento apontam para o caráter relativamente recente do fenômeno no Brasil. Das experiências mapeadas apenas 21 tiveram o seu surgimento entre 1976 e 1994, enquanto que no período de 1995 e 2000 verificou-se o maior número de início de processos de recuperação de empresas, com 62 casos. No último período, entre 2001 e 2005, foram registrados 50 casos de empresas falidas recuperadas pelos trabalhadores.

Das 134 empresas recuperadas mapeadas, 83 surgiram no período entre o final dos anos 1970 e o ano 2000, portanto, existem empreendimentos que estão com mais de 10 anos de funcionamento, uma capacidade de sobrevivência que não deve ser menosprezada, principalmente levando-se em conta o contexto econômico do país e as dificuldades para estes empreendimentos obterem crédito ou financiamentos no sistema financeiro tradicional.

O “novo cooperativismo” ainda não deixou de ser de resistência. Se no início ela se localizava na luta contra o desemprego, agora ela está na busca da consolidação do empreendimento. Em algumas experiências o processo de consolidação tem avançado, a partir de iniciativas inovadoras no campo econômico, como a formação de redes e consórcios entre as empresas recuperadas como veremos com mais detalhe no último capítulo.

O quadro atual das empresas recuperadas no Brasil apresenta dois fatores que merecem destaque: o primeiro é a multiplicação de experiências nos últimos cinco anos, em diferentes regiões do país e nos variados setores econômicos; o segundo é a consolidação destas empresas no mercado que, mesmo em um mercado competitivo e monopolizado, conseguem manter o empreendimento e, em alguns casos, ampliar os negócios através de articulações com outras empresas recuperadas a partir da construção de redes e consórcios. Além dessas iniciativas um outro elemento importante, que analisaremos na próxima seção, é o apoio dos poderes públicos com políticas específicas voltadas para estas empresas.

3.4 As empresas recuperadas e as políticas públicas

Um dos elementos que tem contribuído para o processo de ampliação das experiências de produção e trabalho autogestionário em relação aos períodos anteriores diz respeito ao papel da ação pública¹⁵⁶, ou seja, o apoio dos órgãos governamentais às experiências da Economia Solidária. A partir dessas políticas públicas de apoio e fomento é possível identificar o surgimento de um ambiente propício para o desenvolvimento destas experiências. Uma publicação recente sobre as políticas públicas, tanto no Brasil como na França, destaca o papel da *ação pública* para estes novos processos sociais.¹⁵⁷

¹⁵⁶ LAVILLE, Jean –Louis. [*Et alii*]. **Ação Pública e economia Solidária. Uma perspectiva internacional.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

¹⁵⁷ LAVILLE (2006), pg. 11.

Com já nos referimos anteriormente, as experiências atuais de autogestão no Brasil estão inseridas no que diversos autores denominam de Economia Solidária. Esta *outra economia* vem crescendo de forma significativa nos últimos anos, tanto pela iniciativa de resistência dos trabalhadores ao desemprego como também pela incorporação do movimento sindical, ONGs, Universidades e poderes públicos de diferentes esferas (municipal, estadual e federal).

Portanto, as ações de apoio à Economia Solidária passaram a fazer parte também da agenda das políticas públicas de administrações locais como uma das estratégias incluídas nos programas de desenvolvimento dessas administrações. O crescimento dessas iniciativas de ação pública culmina na criação em 2003, da Rede Nacional de gestores, como espaço de articulação e troca de experiências de prefeituras e governos estaduais que executam políticas públicas de fomento e apoio à Economia Solidária.¹⁵⁸ A ampliação destas experiências, realizadas nas prefeituras e em governos de Estado, efetivou-se a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, pelo governo Lula em 2003.

A partir da SENAES o governo federal criou no ano de 2005 dois programas de apoio às Empresas recuperadas pelos trabalhadores. O primeiro foi o **Programa de Ação de Recuperação de Empresas pelos Trabalhadores em Autogestão**, que tem como objetivos o fortalecimento dos empreendimentos autogestionários através de assessoramento aos empreendimentos em fase de recuperação, capacitação dos trabalhadores, acompanhamento do desenvolvimento dos projetos apoiados e promoção de intercâmbio entre os trabalhadores de empreendimentos em fase de recuperação e aqueles de empreendimentos já consolidados.¹⁵⁹

A outra iniciativa é o **Programa de Apoio à Consolidação de Empreendimentos Autogestionários**, executado pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimentos Econômico e Social. Conforme matéria da Revista de Economia Solidária, o programa é voltado para o financiamento da estrutura produtiva dos empreendimentos acompanhados pela SENAES, através de uma linha de crédito adequada às especificidades das empresas

¹⁵⁸ MARQUES, Paulo L. A. **Um perfil semelhante ao de milhares de cidades brasileiras.** In GUIMARÃES, Gonçalo e SCHWENGBER, Ângela. [Orgs.]. Diretrizes para políticas Públicas de Economia Solidária: A contribuição dos Gestores Públicos. Rio de Janeiro: ITCP/COOPE/UFRJ, 2004. pg.40.

¹⁵⁹ MANETTI, Dione. **Fomento às empresas recuperadas: A autogestão como materialização do trabalho decente.** In Revista de Economia Solidária. Brasília: Ministério do Trabalho, 2006. pg. 11-13.

recuperadas, com prazos diferenciados, custo financeiro reduzido, mas não subsidiado, e redução do percentual necessário de garantias reais.¹⁶⁰

O programa federal de apoio à economia solidária surge inspirado, principalmente, na experiência pioneira do governo do Rio grande do Sul no período de 1999-2002 que desenvolveu pela primeira vez um programa de Fomento à Economia Popular Solidária em âmbito estadual. Em relação a este papel do Estado, Dione Manetti, que foi coordenador da política desenvolvida pelo governo gaúcho e atualmente é o Diretor de Fomento da SENAES, em entrevista concedida para esta pesquisa, salienta:

A experiência que realizamos no governo gaúcho, principalmente pelos resultados que podem ser comprovados hoje, cujo maior exemplo são as empresas recuperadas que se consolidaram, demonstraram que o Estado tem um papel fundamental como indutor e fomentador das experiências autogestionárias organizadas pelos trabalhadores. (Dione Manetti - Diretor de Fomento da SENAES)

Foi na primeira gestão da frente de esquerda encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores no governo gaúcho, no período de 1999 a 2002 que foi criado o Programa de Economia Popular Solidária¹⁶¹, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais. Foram atendidas por ações desse programa, pela primeira vez, mais de uma centena de empreendimentos econômicos autogestionários, entre eles diversas empresas recuperadas.

Segundo Paulo Leboutte, coordenador do programam gaúcho, “o governo Olívio Dutra reuniu a experiência de técnicos e políticos militantes de um movimento sindical que, além de trazer a expectativa do conjunto dos trabalhadores, trazia propostas concretas que seriam em alguma medida implantadas no Estado”.¹⁶² Essa experiência foi utilizada na formação do programa de apoio à Economia Popular Solidária, que a partir da ação em âmbito estadual procurava superar o patamar das políticas municipais, bem como ampliar o seu raio de ação para outros segmentos, principalmente, o setor industrial com as empresas recuperadas.

¹⁶⁰ Revista da Economia Solidária. Brasília: Ministério do Trabalho, 2006. pg. 33-36.

¹⁶¹ Ver LEBOUTTE, Paulo. **Economia Popular Solidária e Políticas Públicas. A experiência Pioneira do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE, 2003 e PINTO, João Roberto Lopes. **Economia Solidária: de volta à arte da associação**. Porto Alegre: Editorada UFRGS, 2006;

¹⁶² LEBOUTTE (2003), capa.

Essa estratégia foi implantada porque, até então, a principal marca da economia Popular Solidária era o forte caráter de assistência social de empreendimentos de pequeno porte voltados para o vestuário, a alimentação ou o artesanato, predominante nos programas Municipais da Frente Popular. Nesse sentido, a ampliação para o setor industrial, com ênfase nas empresas recuperadas, representava também uma compreensão do significado da economia solidária no contexto do desenvolvimento da economia do Estado:

[...] A introdução de um programa estadual de economia Popular Solidária trouxe em seu bojo uma proposta inédita de política pública envolvendo conceito bem mais amplo e agregando aos segmentos da Economia Popular Solidária e da autogestão experiência industriais urbanas mais diversificadas setorialmente [...].¹⁶³

O programa da Frente Popular para a nova gestão buscava, portanto, uma inversão de valores e conteúdos. Essa nova proposta tinha como base “investir no aproveitamento dos sistemas locais de produção da matriz produtiva já financiada pela população, ao invés de buscar soluções externas com base em grandes corporações internacionais”.¹⁶⁴ No entanto, como afirmava o próprio governador, na apresentação do livro de Leboutte; era necessário “espraizar esse modelo para o Estado inteiro”.¹⁶⁵

Para realizar essa ação “espraizada”, o governo criou 24 Centros Regionais de Desenvolvimento, Trabalho e Renda, em cada região na qual está dividida o Estado a partir dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento – os COREDES. Nestes centros atuavam os agentes dos programas da secretaria do Trabalho e Ação Social e Secretaria de Desenvolvimento SEDAI. Estes técnicos foram denominados TEAGs(Técnicos em Autogestão). O Programa de Economia Popular Solidária foi realizado no âmbito da SEDAI através de convênio com a ANTEAG.

Como vimos anteriormente a ANTEAG foi a primeira experiência de entidade de caráter nacional criada para assessoria e apoio específicos aos casos de empresas e fábricas que passavam pelo processo de falência e posterior recuperação através da autogestão. Surgida no contexto das experiências realizadas em São Paulo no início da década de 90, a ANTEAG encontrou na experiência de política pública do Rio Grande do Sul uma oportunidade de realização de ações a partir da parceria com o poder público. Conforme salientou Leboutte, “a

¹⁶³ Idem.

¹⁶⁴ LEBOUTTE (2003) pg.18.

¹⁶⁵ LEBOUTTE (2003) pg.19.

ANTEAG trazia em sua bagagem, além dos marcos conceituais congruentes com os eixos do programa, a experiência de uma década no apoio e assessoria às iniciativas autogestionárias de indústria urbana”.¹⁶⁶

A partir desta concepção, o programa pôde atender às mais diversas experiências. Conforme o quadro I, se pode verificar a diversidade de setores econômicos das empresas recuperadas assessoradas pelo governo.

Quadro I

EMPRESA	CIDADE	SETOR ECONÔMICO	TOTAL DE TRABALHADORES	INÍCIO
COOPERLAISA	Ronda Alta	Têxtil	22	1991
COOPERCANA	Porto Xavier	Agroindústria Cana de açúcar	280	1995
RENACOOOP	Novo Hamburgo	Calçados	80	1995
COOFITEC	Livramento	Lanifício	70	1996
ALUMIFER	Erechim	Metalúrgico	21	1998
COOPECA	Caxias do Sul	Moveleiro	33	1999
COOPERLEO	São Leopoldo	Alimentação	43	1999
COOPERSHOES	Picada Café	Calçados	990	1999
FUNDECOOP	Caxias do Sul	Metalúrgico	86	1999
REFRICOOP	Caxias do Sul	Moveleiro	22	1999
REFRICOOP	Caxias do Sul	Metalúrgico	25	2000
COOPEREI	São Leopoldo	Metalúrgico	32	2001
CTMC	Canoas	Metalúrgico	140	2001
COOPERSPUMA	Gravataí	Colchões	24	2001
COOPERZAGO	Porto Alegre	Metalúrgica	21	2001
GERALCOOP	Guaíba	Metalúrgica	150	2002
COOPHOTEL	Caxias do Sul	Hoteleiro	29	2003

A partir deste breve relato das ações que o Estado brasileiro vem realizando e em particular o papel que a política pública teve na experiência do Rio Grande do Sul, pode-se perceber que, somadas às iniciativas já citadas dos países da América Latina, em especial os casos argentino e venezuelano¹⁶⁷, podemos presenciar, no continente, um novo período histórico no que tange às perspectivas da articulação de projetos de cunho econômico solidário com as políticas governamentais.

Em relação aos resultados e à eficácia tanto da primeira experiência estadual de fomento aos empreendimentos econômicos autogestionários como às políticas de âmbito nacional encontramos diferentes opiniões, que não serão aprofundadas aqui. Entretanto,

¹⁶⁶ LEBOUTTE (2003), pg.20.

¹⁶⁷ Ver cap. II.

podemos observar a importância que teve a política pública do Rio Grande do Sul para o processo de recuperação de empresas pelos metalúrgicos gaúchos pesquisados neste estudo.

Cabe destacar ainda, como ação governamental inédita no país a realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária. Realizada em Brasília, de 26 a 29 de junho de 2006. Esse evento, de caráter institucional, teve como lema: Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento. Na ocasião foram discutidas diretrizes para as políticas de apoio e fomento à Economia Solidária no país. A Conferência Nacional teve a presença de 1073 delegados (as) escolhidos nas Conferências estaduais que foram realizadas nos 27 Estados da Federação. No todo estiveram envolvidas no processo 17 mil pessoas, representando os segmentos que participam de alguma forma da Economia Solidária como os trabalhadores dos empreendimentos (cooperativas, associações de produtores, empresas recuperadas); os técnicos e assessores de Organizações Não Governamentais, movimentos sociais e gestores públicos.¹⁶⁸

Mais recentemente a ação da SENAES se estendeu para além das fronteiras do país, na medida em que outros governos (sobretudo na América do Sul) também adotaram a economia solidária como um dos seus objetivos, com destaque para a Argentina e a Venezuela, como demonstramos no capítulo anterior. Ambos criaram órgãos análogos à SENAES que desenvolvem políticas de economia solidária semelhantes. Segundo Paul Singer parece provável que “outros países do continente, como a Bolívia e o Uruguai virão em breve se somar a este grupo, abrindo a perspectiva de que a economia solidária venha a se tornar uma realidade supranacional no âmbito do Mercosul”.¹⁶⁹

¹⁶⁸ **Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária.** Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego/SENAES. Outubro de 2006.

¹⁶⁹ SINGER, Paul. **Senaes- uma experiência brasileira de política de economia solidária.** In FILHO, Genauto Carvalho de França. [Et alii.]. Ação Pública e economia solidária. Uma Perspectiva Internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. pg. 206.

CAPITULO IV – EMPRESAS RECUPERADAS NO RS: A EXPERIÊNCIA DOS METALÚRGICOS GAÚCHOS

O Estado do Rio Grande do Sul não foi exceção em relação ao fenômeno das “empresas recuperadas” no país, sendo, inclusive, pioneiro no que tange ao papel do poder público no apoio às experiências autogestionárias oriunda de massas falidas. Foi neste Estado que tivemos, no período de 1999-2002, a primeira política pública de fomento à economia popular solidária em âmbito estadual. Até então, as ações do Estado estiveram restritas às iniciativas de prefeituras municipais. Também não podemos esquecer o pioneirismo gaúcho quanto à realização de uma das primeiras experiências de recuperação de empresas por trabalhadores no país a partir do caso já mencionado da empresa Wallig.

Conforme veremos neste capítulo, as empresas recuperadas autogestionárias dos trabalhadores no Estado acompanharam o fenômeno da multiplicação das experiências identificado na América Latina, e no Brasil em particular, a partir da segunda metade da década de noventa. No caso gaúcho, destacamos que o ambiente político do período, a partir do primeiro governo do PT no Estado, foi fundamental para o êxito das iniciativas de recuperação de fábricas em processo falimentar. Até o final de 2001, foram atendidos pelo Programa Estadual de Economia Popular Solidária do governo Olívio Dutra mais de 300 empreendimentos econômicos solidários. Destes, mais de uma dezena eram fábricas recuperadas pelos trabalhadores¹⁷⁰.

Estas experiências autogestionárias desenvolvidas no Estado envolvem os mais variados ramos de atividade e setores econômicos, desde o setor de serviços, reciclagem, indústrias (metalúrgica, calçadista, moveleiro, laticínios) assim como a produção no meio rural através de agroindústrias.

O presente estudo tem como foco as experiências dos trabalhadores do setor metalúrgico. Como já explicitado anteriormente, as experiências apresentadas representam o objeto concreto que compõe a análise do problema.

¹⁷⁰ LEBOUTTE (2003).

Utilizando alguns critérios tais como: o período em que foram criadas; o tempo de funcionamento; inserção nos processos político-organizativos das empresas recuperadas e as características do processo de autogestão, escolhemos três experiências de empresas recuperadas que foram transformadas em cooperativas de produção do setor metalúrgico. Outro critério para escolha foi o fato de todas elas terem sido assessoradas pelo programa estadual da Economia Popular Solidária, são elas: a Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas - CTMC, de Canoas; a Cooperativa dos Trabalhadores em Metalurgia de Guaíba - GERALCOOP de Guaíba; e a Cooperativa Industrial Cristo Rei-COOPEREI, de São Leopoldo.

Para realização do trabalho empírico realizamos uma primeira visita exploratória em cada um das três empresas metalúrgicas escolhidas para a pesquisa. A partir do contato com as direções destas empresas e apresentação dos objetivos da pesquisa, solicitamos a permissão para aplicação dos instrumentos de coleta de dados. Retornamos para a primeira rodada de entrevistas sobre o perfil e característica das empresas. Para tanto, utilizamos um questionário estruturado. Essas entrevistas foram realizadas com os trabalhadores da diretoria das cooperativas.

A partir dessas entrevistas, identificamos na experiência da COOPEREI, de São Leopoldo, características que a diferenciavam das outras duas empresas no que tange ao processo de autogestão implantado na empresa e que merecia uma atenção especial. A partir disso, optamos por aprofundar a pesquisa nesta empresa, realizando entrevistas não somente com a direção da cooperativa, mas com os trabalhadores do “chão de fábrica”.

A opção de priorizar a análise sobre uma das experiências não tem o objetivo de realizar uma comparação entre os três casos, mas, sobretudo, o estudo de uma experiência cujas características e especificidades do processo de autogestão nos permitem aprofundar o tema das possibilidades de efetivação de um trabalho emancipado a partir da prática autogestionária em empresas industriais.

Tanto as entrevistas com os trabalhadores da COOPEREI como aquelas realizadas com os diretores das outras empresas foram feitas de forma individual com a utilização de aparelho de gravação (MP3). As entrevistas tiveram uma duração média de 40 minutos cada. Na ocasião utilizamos um roteiro pré-estruturado de questões. Além disso, também obtivemos

documentos das empresas relativos à sua história e o processo de recuperação. Vale destacar que tivemos acesso ao relatório final de um grupo de estudantes da UNISINOS que realizaram o estágio de conclusão do curso de comunicação social, habilitação em recursos humanos na COOPEREI. Também realizamos entrevistas com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo, e de ex-integrantes do programa de economia popular solidária do governo gaúcho na gestão 1999-2002.

Em função desta definição em aprofundar a análise da experiência da COOPEREI, nos limitamos nos casos da CTMC e da GERALCOOP, a apresentar alguns pontos dessas experiências que entendemos relevantes para a análise do problema. Posteriormente apresentamos o estudo de caso específico da COOPEREI. A partir dos depoimentos realizamos uma análise sobre o processo em curso nesta empresa, desde a criação da cooperativa passando pelas mudanças implantadas nas relações de trabalho a partir da autogestão, concluindo com uma análise acerca da percepção dos trabalhadores sobre o processo autogestionário que realizam.

4.1 Do cooperativismo de resistência à criação das redes nacionais: a experiência da CTMC e GERALCOOP.

Das cerca de mais de uma dezena de empresas recuperadas no Estado desde a década de noventa, destacamos os casos da CTMC de Canoas e da GERALCOOP de Guaíba como as duas experiências que se destacam pelos processos que desenvolveram e da importância política que exercem atualmente no que tange à organização de articulações entre outros empreendimentos do mesmo tipo.

Os processos de constituição das duas experiências foram semelhantes, ambas enfrentaram um período de crise do empreendimento como fruto da ineficiência de gestão dos proprietários, o que levou os trabalhadores a buscarem alternativas além da tradicional reivindicação de pagamentos dos direitos, ou seja, ao identificar que era possível retomar a produção, iniciaram uma mobilização com apoio dos sindicatos e dos poderes públicos para retomar a produção sob controle dos trabalhadores. A proposta é colocada em prática a partir da constituição de uma cooperativa autogestionária.

A partir das experiências de cooperativismo existentes no Brasil, estava muito claro desde o início das discussões sobre a cooperativa o que não se queria, ou seja, as cooperativas propostas tinham como referencial o cooperativismo autêntico, no caso da CTMC a assessoria técnica para a construção da cooperativa foi de técnicos da ANTEAG que se baseavam nos princípios do cooperativismo autêntico em contraposição às cooperativas tradicionais. Da mesma forma a GERALCOOP contou com apoio técnico das experiências dos metalúrgicos de São Paulo da Unisol/SP entidade que na época atuava apenas em São Paulo.

Ao iniciar o período de recuperação e implantação das mudanças na organização do trabalho e da produção, no qual todos os trabalhadores são donos da empresa e, portanto, responsáveis pela gestão, constitui-se o momento em que as contradições e ambigüidades se manifestam de forma concreta, principalmente em função da capacidade de gerenciamento dos trabalhadores.

Após cinco anos de funcionamento no caso da CTMC e quatro anos da GERALCOOP, os trabalhadores cooperados dessas duas empresas de autogestão ainda enfrentam diversos obstáculos. Porém, da mesma forma podemos verificar avanços significativos no processo de articulação entre as experiências das empresas recuperadas no Brasil, como por exemplo, o processo político-organizativo protagonizado pelas duas cooperativas, não apenas no Estado, mas em âmbito nacional, sendo inclusive promotoras de iniciativas inovadoras no campo da capacitação e formação dos trabalhadores destas cooperativas.

Nesse sentido, podemos verificar um processo em que as cooperativas de resistência avançam no sentido de construir empresas cooperativas com viabilidade econômica, articuladas em rede que buscam espaços no mercado para empreendimentos econômicos com este perfil. Isto, no entanto, não quer dizer que os obstáculos em relação à constituição de uma nova forma de trabalho emancipado esteja realizada. Ao contrário, constitui o principal desafio demonstrar que a “eficiência” econômica não é contraditória com um tipo de trabalho baseado na autonomia, igualdade, democracia, equidade e solidariedade.

4.1.1 Histórias de luta e resistência.

A Cooperativa dos Metalúrgicos de Canoas-CTMC originou-se da luta dos trabalhadores da empresa metalúrgica VOGG SA. Essa empresa, com mais de trinta anos de existência, que chegou a empregar cerca de 700 trabalhadores nos anos 1980, entrou em um processo de crise no início dos anos noventa em uma situação que durou praticamente uma década. Conforme relato do atual presidente, a empresa em 1995 estava em estado de insolvência com o agravamento da crise:

Mesmo tendo muitos pedidos e uma boa produção, a direção da empresa passou a demitir, atrasar o pagamento dos funcionários e a desrespeitar os acordos coletivos da categoria. Além disso, desistiu de investir na estrutura da fábrica, parou de depositar o FGTS e o INSS e retiraram os poucos benefícios que os empregados possuíam. Mais tarde passou a retirar máquinas, ferramentas e equipamentos da produção, e a apropriar-se indevidamente das mensalidades dos sócios, não repassando para o sindicato o montante descontado das folhas de pagamento dos trabalhadores. (Osmarino Maia - Presidente)

Com este quadro de dificuldades estabelecido, no final do ano 2000, os proprietários abandonaram a empresa. A antiga direção deixa uma situação muito grave em que os clientes pararam de realizar pedidos, assim como os fornecedores pararam de vender matéria-prima, pois a possibilidades de calote era muito grande. Em relação aos trabalhadores, todos estavam sem salário e sem receber o décimo terceiro salário assim como outros direitos.

Os trabalhadores da VOOG SA, na época cerca de 130 funcionários, iniciaram em março de 2001 o processo de mobilização e luta para garantir seus direitos de trabalho que culminou com a alternativa de assumir a empresa e transformá-la em uma cooperativa autogestionária de produção. Com o apoio do sindicato realizam mobilização para impedir a retirada do maquinário pelos proprietários da empresa a partir de um acampamento em frente da fábrica que durou quatro meses. Este processo não ocorreu sem violência. A Brigada Militar interveio para desocupar a empresa como lembra o atual vice-presidente:

Os trabalhadores e suas famílias, com o apoio do sindicato e de lideranças políticas, principalmente deputados do Partido dos Trabalhadores, resistiram bravamente, principalmente quando a Brigada Militar foi chamada pelos donos da empresa para acabar com o acampamento que já durava mais de uma semana. A luta dos trabalhadores, na verdade, era contra a fome e a vergonha de não ter dinheiro sequer para pagar as taxas de água e luz. (João Henrique Barbosa - Vice-presidente)

Paralelo à mobilização, uma comissão de trabalhadores foi organizada e buscou apoio junto ao Governo Estadual, no programa de apoio à economia popular solidária da SEDAI. Com a assessoria dos TAGs (Técnicos em Autogestão da ANTEAG, que executavam o programa) começam a organizar a cooperativa. Em março de 2001 a antiga VOGG S. A. passou para o controle dos trabalhadores que após dois meses fundam a Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas, com 101 trabalhadores como sócios.

Assim como outras experiências de empresas recuperadas, a CTMC passou por muitas dificuldades nos primeiros anos, desde a recuperação dos clientes e os fornecedores a partir da implantação de uma gestão sob novas bases, diferentes da prática anterior. Essas dificuldades estenderam-se até 2005:

Passados cerca de três anos da fundação, em meados de 2004, mesmo que o empreendimento tenha recuperado o seu potencial produtivo, enfrentamos uma série de desafios em relação à implantação da nova forma de trabalho autogestionário. Muitos cooperados não entendiam o que era uma cooperativa e como ela deveria funcionar, e como as pessoas como sócias deveriam se comportar e continuar cumprindo suas obrigações. Por isso tivemos uma série de conflitos que prejudicou a produção. (João Henrique)

Segundo documento que obtivemos da cooperativa, a direção realizou uma série de ações no sentido de resolver estes problemas, como a substituição do coordenador geral de produção e a realização de um seminário em várias etapas, sobre autogestão e cooperativismo. Entretanto, uma parcela dos associados não aceitou os encaminhamentos entrando em conflito com a direção. No mesmo documento informa-se que de junho de 2004 a agosto de 2005 saíram da cooperativa entre excluídos e pedidos de desligamento 74 cooperados. Nesse trecho final do documento elaborado pela cooperativa em 2006, exigido pelo BNDES para concessão de financiamento dentro do Programa de apoio às empresas recuperadas são apresentados os resultados das mudanças implantadas:

[...] esta nova forma de conduzir os trabalhos e a reorganização interna se mostrou eficiente, pois a CTMC passou a não atrasar mais os impostos e

também a pagar as dívida que foram geradas anteriormente. Hoje a CTMC possui 139 sócios-cooperados, que conseguem se manter com uma remuneração acima da média da categoria. Atualmente, a direção pretende competir com as empresas que produzem calderaria pesada, tanto no mercado nacional como no internacional [...]

(documento interno da CTMC)

A CTMC obteve em julho de 2006, a carta de arrematação da propriedade. Essas informações demonstram um fato importante, qual seja a de que a cooperativa vêm avançando nos aspectos econômicos e retomando o espaço que havia perdido no mercado com a falência da antiga empresa. Atualmente, a CTMC projeta, fabrica e monta equipamentos industriais em aço, é produtora de grandes peças, cascos de navio e torres eólicas, têm clientes nos ramos da petroquímica, siderurgia, mineração, energia elétrica, papel e celulose, construção civil e saneamento.

No dia 23 de março de 2006, a CTMC realizou um almoço comemorativo que foi destaque na imprensa local, com o título “*CTMC comemora 5 anos com almoço e visitas ilustres – Evento reuniu autoridades e os 150 cooperativados no início da tarde*”. O jornal informa que o almoço contou com as presenças dos deputados estaduais petistas Raul Pont e Elvino Bohn Gass e do presidente estadual do partido, Olívio Dutra. Participaram ainda o representante do Ministério do Trabalho, o diretor de fomento da Secretaria Nacional de Economia Solidária, Dione Manetti, e o vereador de Canoas e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Nelson Luiz da Silva, o Nelsinho. O Diário destaca ainda o discurso do ex-governador Olívio Dutra que relembra a luta dos trabalhadores da CTMC:

[...] O ex-governador Olívio Dutra disse estar satisfeito “que nem ganso novo em beira de açude, por saber que a luta dos companheiros, enfrentando temporal, frio, durante quatro meses de acampamento para chegar até hoje com uma realidade consolidada como uma das grandes empresas do Estado”.

¹⁷¹

De forma semelhante, temos a história da criação da Cooperativa dos Trabalhadores em Metalurgia de Guaíba - GERALCOOP. O processo que vai culminar com a criação da cooperativa tem seu início durante a década de noventa, período em que seus trabalhadores, em torno de 1.200, da então Cia. Geral de Indústrias, fábrica de fogões a lenha fundada em 1914, passaram pela difícil situação de trabalhar sem ter perspectivas de receber seus salários, férias,

¹⁷¹ Diário de Canoas- Quinta –feira, 23/03/06.

FGTS, e ainda enfrentar precárias condições de trabalho. Quando demitidos, a principal dificuldade era receber as rescisões de contrato.

Entre os motivos da crise destacava-se, segundo os trabalhadores, a incapacidade de gerenciamento por parte dos proprietários, o que permitiu que inúmeras irregularidades fossem cometidas, em todas as áreas da empresa, o que representou um enorme endividamento, a desatualização do parque fabril, a perda de competitividade, a desmoralização completa diante de fornecedores, clientes, funcionários e do Estado. A empresa teve sua falência decretada em 16 de outubro de 2001, chegava então, ao fim uma era, o que parecia impossível acontecer para alguns, aconteceu. Os portões lacrados davam conta da nova realidade.

Diante desse quadro, os trabalhadores junto com o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre iniciaram um processo de mobilização que culminou com duas ações. A primeira foi garantir os direitos que não estavam sendo cumpridos e a segunda ação foi efetivar a proposta de organização de uma cooperativa de trabalhadores para retomar a empresa e colocá-la em funcionamento. A cooperativa é criada por 170 trabalhadores que reabrem a fábrica em março de 2002. Cabe destacar que, assim como a CTMC, os trabalhadores da GERALCOOP enfrentaram um processo de lutas com greves, ocupações da empresa até obterem a posse da empresa. Também contaram com o apoio decisivo do sindicato e do governo estadual.

Identificamos, na entrevista realizada como o presidente da cooperativa, um quadro de grandes dificuldades, principalmente em função do tamanho da empresa. Hoje são 115 cooperados que trabalham na produção num total de 250 sócios da cooperativa São problemas muito semelhantes ao encontrado nas diferentes experiências de empresas recuperadas. O sucateamento do maquinário foi um dos principais problemas que os trabalhadores encontraram ao iniciar a produção. Sem recursos para aquisição de novas máquinas e mesmo reformas nas atuais, os trabalhadores se vêem em uma situação em que alguns produtos não estão sendo mais produzidos:

São várias questões que a gente tem enfrentado, cada uma no seu devido tempo, algumas a gente já resolveu outras estão longe de resolver.

Na parte do processo industrial é necessário que se faça um grande investimento dentro da fábrica em virtude do maquinário que nós adquirimos que já tem certa defasagem em virtude do tempo No momento nós não estamos produzindo todos os produtos que antiga empresa fabricava. Mas por exemplo, o fogão a lenha, que é um produto tradicional

*da empresa, nos estamos vendendo para sete Estados e praticamente todo o Mercosul. Fogão a gás que era um produto que antiga empresa produzia nós tivemos que parar de fabricar por conta os investimentos necessários.
(Niro Barrios - Vice-Presidente da Região Sul da UNISOL e Presidente da GERALCOOP)*

Mesmo que estes problemas ainda sejam gargalos que precisam ser resolvidos, por outro lado, a empresa vem conquistando avanços significativos a partir da articulação de parcerias para financiamentos de novos projetos. Isso possibilitou que atualmente a GERALCOOP já tenha recuperado um significativo número de clientes. A cooperativa já conta com cerca de 420 clientes espalhados pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná além de clientes de países dos Mercosul. Também, a partir dos financiamentos obtidos com parceiros nacionais e internacionais a cooperativa está projetando novos produtos além dos tradicionais, como por exemplo, a fabricação de máquina de sorvete expresso, máquina de lavar e aquecedor de água a gás, através de convenio com a FINEP. Segundo informa o presidente da Cooperativa, alguns projetos estão sendo realizados em parcerias com movimentos sociais.

Na área do biodiesel, estamos fabricando maquinário para destilaria, que envolve o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) a Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul e a Petrobrás. Outro produto que vai vir para o mercado, fruto da mudança da matriz energética é o fogão a lenha que gera energia elétrica, essa é uma tecnologia desenvolvida pela Geralcoop e por engenheiros que trabalharam durante sete anos nesse projeto. (Niro)

Podemos verificar que após o período de luta pela conquista das empresas e a retomada da produção, a nova batalha de ambas as cooperativas consiste na busca da consolidação do novo empreendimento no mercado, o que na experiência destas duas cooperativas tem demonstrado um relativo êxito, pois os projetos já saíram do papel e começaram a serem implantados.

4.1.2 - Os desafios de superação da “cultura de gestão sindical”

Em relação à questão da autogestão e às possibilidades de construção do trabalho emancipado, ou seja, antagônico às relações estabelecidas no regime capitalista de produção, as entrevistas e observações que realizamos foi possível verificar que tanto a CTMC como a GERALCOOP, apresentam ainda, um processo em construção, com limites importantes quanto à participação de todos os trabalhadores no processo autogestionário. O processo

decisório destas cooperativas permanece muito centralizado na diretoria, mesmo que os instrumentos de participação nas decisões como a Assembléia geral dos associados funcione regularmente.

Podem-se identificar algumas características similares destes empreendimentos das quais é possível situá-las como um tipo que procura implantar em maior ou menor medida, os princípios de Rochdale (um homem um voto, remuneração segundo o seu trabalho, livre adesão etc.), mas ainda não avança, além disso, ou seja, um processo no qual a autogestão signifique o controle efetivo da gestão por parte de todos os trabalhadores e não apenas da direção. Nas experiências verificamos que este ainda é um processo a ser construído.

A separação entre os dirigentes e dirigidos no interior da fábrica, portanto, ainda permanece, como demonstra esse relato sobre o processo de gestão na GERALCOOP:

Eu diria que isso é um processo, em determinadas situações, pode se dizer que esse processo avançou um pouco mais, noutras avançou um pouco menos. Na participação das decisões acerca do negócio em si, ele avançou pouco porque tem todo o processo de formação, de escolaridade, de compreender o que é uma empresa, qual a disputa que tem no mercado. Isso hoje está muito em cima daquelas pessoas que efetivamente tem que tomar as decisões todos os dias. Não que isso não seja mérito de avaliação em assembléia. Mas a compreensão do processo como um todo ainda é um negocio lento. Mas não há dúvida que há um compromisso, mas não dá pra dizer que é de todos. (Niro)

Dentre as características semelhantes destas duas empresas identificamos um fator importante que nos ajuda a tentar compreender estas dificuldades quanto à prática da autogestão: é o que denominamos de “cultura de gestão sindical” na prática destas cooperativas, ou seja, a reprodução da forma centralizada e hierarquizada existente na prática de gestão dos sindicatos, que tem se tornado obstáculos para o processo de participação dos trabalhadores na gestão da empresa. Diferentemente da COOPEREI, tanto na CTMC como na GERALCOOP foram os próprios dirigentes sindicais que assumiram a direção da cooperativa.

Mesmo que este não seja um fator determinante das dificuldades de implantação de uma autogestão na qual seja possível um maior envolvimento dos trabalhadores, observamos que algumas características da gestão sindical são reproduzidas no processo de gestão das empresas tais como uma centralização das decisões por parte da diretoria e, principalmente, a separação entre diretores e “base”, no caso, entre a direção da cooperativa e os trabalhadores

do “chão de fábrica”. É importante destacar que nas entrevistas identificamos que há uma consciência por parte da diretoria das empresas deste problema.

Portanto, se tu me perguntar numa escala de 1 a 10, nós podemos dizer que estamos no 3. E pra mim isso aí já é um grande avanço, considerando a história dos trabalhadores no país, se vê que é uma coisa lenta e gradual que vai acontecendo, não pode é perder o horizonte do negócio pra que as coisas continuem acontecendo. Têm um grupo dentro da fábrica que efetivamente compreendeu a importância e o seu papel dentro do processo, por mais diferente que seja a sua função, e o que cada um exerce lá dentro (Niro)

São práticas que dificultam uma ampliação do processo decisório para os trabalhadores que nunca tiveram a experiência de direção, mesmo que sindical. Essa separação entre os que “sabem” dirigir e os que somente “sabem” executar suas funções na linha de produção permanece.

Portanto, se as novas relações estabelecidas a partir da prática da gestão coletiva são responsáveis pelo aparecimento, para muitos pela primeira vez, no interior da empresa da palavra *autogestão*, cujo termo representa tanto as alterações verificadas na forma de propriedade das empresas, como também as características democráticas que devem presidir a organização do processo de trabalho e a forma de gestão da cooperativa¹⁷². Quando essas alterações não se realizam temos um processo de ambigüidades que poderá gerar até mesmo conflitos.

[...] Quando percebem que a transformação da propriedade não significa a alteração das relações internas e da sua posição inferiorizada, fragmentada e parcializada no interior das unidades produtivas, quando percebem que a exploração persiste no interior da “empresa solidária”, os trabalhadores reiniciam seu agrupamento para a realização de novas lutas [...].¹⁷³

Uma consolidação dessas práticas pode levar a um processo nos quais os mecanismos de participação dos trabalhadores na gestão tendem com isso a serem transformados em instâncias para a corroboração ou legitimação das decisões emanadas dos quadros dirigentes. O enfrentamento deste problema, portanto, é um dos principais desafios para que o trabalho emancipado seja uma prática concreta de todos os trabalhadores do empreendimento, pois o que está em jogo é a superação ou a manutenção da relação de subordinação entre dirigentes e dirigidos.

¹⁷² TAUILE (2005), pg. 20.

¹⁷³ FARIA (2005), pg. 364.

4.1.3 - Ações inovadoras no campo político-organizativo.

Outro aspecto importante da experiência da CTMC e GERALCOOP é o papel político que ambas desempenham no processo organizativo das empresas autogeridas no Estado e no país. A GERALCOOP é fundadora da UNISOL-BRASIL da qual o seu presidente é atual Vice-presidente nacional Sul da Entidade. A GERALCOOP também está no centro das articulações políticas que vêm ganhando força no último período a partir do movimento da Economia Solidária. Destaca-se aí a participação na Coordenação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES. (O Fórum Brasileiro de Economia Solidária, criado em 2003 é um espaço de articulação e mobilização dos diversos atores envolvidos com a economia solidária como empreendimentos, gestores públicos e entidades de apoio e movimentos sociais). Quanto a CTMC, a cooperativa foi associada da ANTEAG até 2005 quando passa a integrar a UNISOL-BRASIL.

As duas cooperativas gaúchas foram pioneiras junto a outras empresas recuperadas do país na organização do consórcio nacional de empresas metalúrgicas autogestionárias com a criação da Rede Nacional de Cooperação Industrial- RENACI. No ano de 2005 o complexo portuário-industrial de Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro, composto de terminais portuários controlados pela Companhia Vale do Rio Doce e Companhia Siderúrgica Nacional, dá início ao processo de ampliação com a construção de um novo terminal de exportação de minério de ferro. A partir da possibilidade de participar do processo de licitação para construção do terminal, um conjunto de empresas recuperadas do setor metalúrgico cria a RENACI-que em parceria com duas empresas de logística constituem o Consórcio RENACI, que atua em âmbito nacional na cadeia metal-mecânica (produz de navios a vagões). O consórcio é composto ainda pelas empresas Coomefer de Minas Gerais e Coopermetal de Santa Catarina. Cabe destacar que todas essas empresas foram recuperadas pelos trabalhadores, sendo a Coopermetal de Santa Catarina a mais antiga, criada em 1999.

Outra iniciativa de âmbito estadual organizada pela CTMC foi a criação do primeiro Instituto de Formação das Iniciativas Solidárias Autogestionárias, o IFISA na qual a CTMC ocupa a presidência. Fundado em junho de 2005, o IFISA é voltado especificamente para capacitação e qualificação e formação dos trabalhadores de empresas recuperadas. O Instituto é composto de mais cinco empresas autogestionárias gaúchas de diferentes ramos de produção: Cooperspuma do município de Gravataí, Ecocitros de Montenegro, Coopal de Canguçu e

FUNDICOOP de Caxias do Sul. Conforme entrevista com Edson Pilatti, ex-técnico de Autogestão da ANTEAG e hoje assessor técnico do IFISA, o instituto vem suprir uma lacuna em relação à capacitação dos trabalhadores autogestionários:

“O IFISA se propõe a realizar um processo de capacitação técnica dos trabalhadores com a qualidade que o sistema S (SESC, SENAC, SENAI) oferece, entretanto, a partir de uma outra perspectiva, ou seja, com o foco para a autogestão operária, portanto, com o propósito estratégico de transformar a cultura e a visão do trabalhador sobre a sociedade, sobre a economia e principalmente sobre o seu trabalho na forma autogestionária”.
(Edson Pilatti – Assessor técnico do IFISA)

Outro diferencial que é destacado em relação a esta iniciativa é o fato de que ao contrário de outros projetos de capacitação, esse não é uma iniciativa externa às empresas, mas um projeto coordenado e executado pelas próprias empresas autogestionárias.

Além das articulações nacionais, a GERALCOOP junto à UNISOL vem realizando contatos e articulações com diversas entidades e empresas autogestionárias em âmbito internacional, como, por exemplo, a Federação das Sociedades Anônimas Laborais da Catalunha/Espanha – FESALC, entre outras entidades similares na Itália e Holanda e China, o que tem possibilitado a realização de negócios com estes países, como as exportações dos produtos da GERALCOOP.

A partir desta análise das experiências da CTMC e GERALCOOP podemos verificar algumas características que nos permitem identificar muitas semelhanças nos dois processos, tanto em relação aos problemas da prática autogestionária quanto ao papel político que os seus atores vêm realizando para a articulação e fortalecimento dos empreendimentos. Não pretendemos aqui analisar estas experiências a partir de parâmetros baseados na lógica da “eficiência” capitalista no qual seria possível mensurar em que medida as empresas recuperadas constituem “sucesso” ou “fracasso” na competição com outras empresas inseridas no mercado. Mas ao contrário, o que nos interessa é analisar as potencialidades que a prática autogestionária possibilita para efetivação de um trabalho coletivo emancipado.

Para tanto, procuramos apontar o que entendemos como problemas e desafios a serem superados, como por exemplo, a “cultura de gestão sindical” como identificamos nas ações político-organizativas inovadoras caminhos importantes para estas empresas enquanto perspectivas de futuro. Se a autogestão somente tem sentido quando estiver incluída em um projeto amplo de transformação da sociedade, a articulação política destas empresas constitui-

se como uma ação estratégica imprescindível para o fortalecimento da proposta de autonomia operária na produção.

Em relação ao desafio da prática autogestionária a experiência da COOPEREI que apresentamos a seguir, demonstra que, mesmo longe de estar concluída, esta forma coletiva de trabalho aponta para possibilidades concretas para os trabalhadores no sentido de efetivarem uma *práxis de trabalho emancipado* cujo principal resultado é o reconhecimento das suas capacidades.

4.2 COOPEREI: Uma experiência específica de autogestão.

Se os casos da CTMC e GERALCOOP se destacam pelas iniciativas político-organizativas, a experiência da COOPEREI é destacada na presente pesquisa em função das características do seu processo autogestionário. Como mencionamos anteriormente, com o desenvolvimento do trabalho de campo realizado nestas três empresas recuperadas do ramo metalúrgico, identificamos na experiência da COPPEREI aspectos importantes que contribuem para os objetivos da pesquisa, qual seja identificar no processo de autogestão as possibilidades que se abrem aos trabalhadores para a efetivação de uma relação de *trabalho emancipado*.

Identificamos, no processo de autogestão, as experiências que mais se aproximam de uma autonomia operária, aquelas cuja prática implica na partilha da propriedade e da gestão dos bens produtivos, assim como a partilha equitativa das tarefas e responsabilidades entre aquelas pessoas que trabalham. Implica descentralizar o poder e o saber, juntamente com a riqueza. Significa, portanto, superar toda a exploração e dominação de uns sobre outros, em suma, emancipar o trabalho.¹⁷⁴

A prática desenvolvida na COOPEREI possui algumas dessas características que identificamos como as mais próximas do que poderíamos considerar como um “tipo ideal” de autogestão segundo a qual “as decisões e o controle do empreendimento são exercidos pelos trabalhadores”¹⁷⁵. Em relação a isso, verificamos como significativo, entre as principais mudanças ocorridas na COOPEREI, a partir da gestão coletiva, o processo de ruptura com a lógica de separação entre dirigentes e dirigidos, assim como a democracia interna nas quais os

¹⁷⁴ ARRUDA, Marcos. **Trabalho emancipado**. In CATTANI, Antonio David [Org.]. A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003, pg.267.

¹⁷⁵ NAHAS (2006), pg. 36.

chefes ou encarregados são democraticamente eleitos, e o mudança quanto ao seu papel, ou seja, restringem sua função à tarefa de coordenar as atividades do conjunto dos trabalhadores de determinada área da empresa, e não mais de controle e punição.

Cabe lembrar que o objetivo da pesquisa não foi realizar comparações entre as três experiências, pois entendemos que os processos de autogestão nestas empresas recuperadas estão em processo e que mesmo mantendo semelhanças guardam especificidades e características próprias. Portanto, a proposição de focar a análise detalhada na experiência da COOPEREI é no sentido de lançar luz sobre algumas especificidades já mencionadas para uma análise mais profunda sobre o tema.

A Cooperativa de Produção Cristo Rei Ltda, localizada no município de São Leopoldo, região metropolitana de Porto Alegre, se originou do processo de falência da empresa Alumínio Econômico, metalúrgica fundada em 1929 de propriedade de Carlos e Ilce Wolfmaier. A empresa metalúrgica chegou a empregar mais de 600 trabalhadores nos anos 1970, conquistando uma importante fatia do mercado de produtos de alumínio com a fabricação de painéis, chaleiras, formas e outros utensílios da marca “Alumínio Econômico”.

O processo de dificuldades financeiras teve início na década de 1980 e se estendeu até o final dos anos noventa, quando a empresa não conseguiu pagar os salários dos funcionários e foi à falência em 2001. O agravamento da crise se dá a partir da venda da empresa para quatro sócios que não conseguem levar adiante o empreendimento. As constantes demissões diminuíram o quadro para cerca de 150 trabalhadores na década de 1990; culminando com apenas 50 trabalhadores no período da falência em 2001.

Com constantes atrasos no pagamento de salários, os trabalhadores iniciam um processo de mobilização que não se restringiu à reivindicação de pagamentos atrasados e dos direitos adquiridos. Antes do fechamento definitivo, optaram por dar continuidade à produção numa perspectiva alternativa, ou seja, na transformação da fábrica em uma cooperativa, de propriedade e gestão coletiva. Para tanto contaram com o apoio do sindicato dos metalúrgicos e da assessoria dos TAGs, técnicos em Autogestão da ANTEAG que atuavam no programa estadual de economia popular e solidária do governo estadual.

A partir da falência que se deu no ano de 2001, quarenta e oito ex - funcionários mobilizaram-se para continuar a produção na empresa. Muitos destes trabalhadores já estavam na empresa há mais de 20 anos. Enfrentando diversas dificuldades, tais como o pequeno conhecimento em aspectos legais e principalmente a falta de recursos para manutenção tanto do empreendimento como dos trabalhadores e suas famílias, os trabalhadores somente retomaram a empresa após três meses. A cooperativa foi oficialmente fundada em 25 de outubro de 2001, mesmo que na ata de fundação constem 41 sócios, a cooperativa iniciou com 32 cooperados. Hoje a cooperativa está com 31 trabalhadores associados destes, 27 estão trabalhando (quatro estão com problemas de saúde sendo assistidos pela Previdência Social).

A partir das entrevistas que realizamos foi possível identificar o perfil desses 27 cooperados. A grande maioria são ex-funcionários que ingressaram na antiga empresa durante a década de setenta e, portanto, participaram do processo de criação da COOPEREI desde o início (da fundação da cooperativa até hoje apenas três sócios saíram e dois novos entraram). Composto majoritariamente de homens (dezenove trabalham na produção e três na segurança) a cooperativa tem cinco mulheres (duas trabalham na produção, duas no setor administrativo e uma como cozinheira). A faixa etária da maioria é acima dos quarenta anos. Em relação à escolaridade, com exceção das trabalhadoras do setor administrativo que tem ensino médio completo, todos os demais têm nível de formação básico (primário completo e incompleto). A composição étnica é diversificada: grande parte é oriunda do interior do Estado. A maioria dos trabalhadores da produção teve a primeira experiência de trabalho no setor industrial metalúrgico na antiga empresa. É possível verificar, portanto, uma homogeneidade muito grande quanto ao perfil dos cooperados, o que facilitou a escolha, para transcrição, dos depoimentos, na medida em que não encontramos muitas disparidades em relação aos pontos de vista sobre o processo em curso, tanto em relação aos avanços quanto às dificuldades e dilemas presentes no processo.

Conforme demonstrou o estudo da SENAES¹⁷⁶, citado anteriormente, as experiências existentes de empresas recuperadas por trabalhadores após processo de falência, têm algumas características gerais quanto à sua origem, os motivos de falência e o processo de implantação da autogestão, que tornam as experiências semelhantes em alguns aspectos.

¹⁷⁶ TAUILE (2005) p.18.

Pudemos identificar estes aspectos a partir das entrevistas que realizamos com os trabalhadores da COOPEREI. Em relação aos motivos da falência da empresa, uma das características diz respeito a que quase a totalidade das empresas que tiveram seus processos de falência revertido em processos de recuperação via transferência de propriedade e da gestão para os trabalhadores eram de cunho familiar, geridas pelo próprio detentor dos meios de produção¹⁷⁷. No caso da COOPEREI a propriedade era de um casal sem herdeiros que a partir do falecimento de um dos proprietários iniciou a crise, sendo posteriormente vendida.

A empresa parou no tempo, ela não acompanhou a evolução das empresas todas. Ela sempre foi uma empresa muito tradicional, dirigida por uma pessoa só. Aí chegou um ponto em que essa pessoa não tinha mais condições. Em 1997 ela foi vendida e entraram outras pessoas no controle. Mas ficou pior do que tava e aí fechou mesmo. Na época do fechamento tínhamos uns 50 trabalhadores. Nos anos 1970 chegou a ter 600 funcionários. (José Arley - operário)

Os novos sócios não foram capazes de administrar a empresa. Portanto, outro elemento considerado como característica geral nos casos das “recuperadas” é a má administração, identificada a partir da ausência de visão estratégica por parte do empresariado tradicional. Realiza como a prática deliberada o sucateamento da planta produtiva, no interior de um projeto patronal que tem no horizonte a sua transformação em rentista.¹⁷⁸

Da história da empresa, primeiro foi o sucateamento do maquinário, e da modernização da empresa, ela não se adequou ao mercado, tanto na questão tecnológica quanto de gestão, num processo que a longo prazo foi se degradando. A antiga dona repassou a empresa para outros proprietários, que sabendo que a empresa tava caminhando para o sucateamento, não trabalharam o investimento da empresa. Trabalharam no sentido de retirar o que pudessem mais da empresa sem investimento, deixando um passivo trabalhista, tributário, de fornecedores, que criou uma bola de neve que resultou lá final num pedido de falência. (Loricardo Oliveira - Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo e tesoureiro da CUT/RS)

Nesse momento a empresa já havia sido vendida para quatro sócios. Um ano depois, em 1998, discutiram e um dos sócios saiu e ficaram três sócios. Em 1999, brigaram de novo. Aí começou aquele tormento os atrasos nos pagamentos: pagavam R\$ 20, 30 reais por semana, para cada trabalhador. Antes da falência trabalhavam mais de 120 funcionários, quando começo a crise eles começaram a demitir, chegando por volta de 2001 com uns 50 trabalhadores. A justiça ordenou que vendessem o pavilhão para pagar os trabalhadores. Tinham 46 causas trabalhistas. O pavilhão foi a leilão e foram pagos 25 pessoas. (Darnei - presidente da COOPEREI)

¹⁷⁷ TAUILE (2005), pg. 20.

¹⁷⁸ TAUILE (2005), pg. 20.

Este quadro de crise agravou-se até o momento final, em agosto de 2001, quando os proprietários deixam de pagar os salários e abandonam a empresa. Esse é o momento em que o sindicato apresenta a proposta da cooperativa. Essa participação decisiva do sindicato é também outro fator característico dos processos. Na medida em que atuam ativamente os sindicatos assumem o papel de organizar os trabalhadores na apresentação e discussão das possibilidades para a manutenção da empresa em funcionamento, na negociação com os proprietários e com os organismos públicos¹⁷⁹.

A idéia da cooperativa foi antes da falência. Nós já vínhamos construindo isso, com muita resistência dos trabalhadores. Eles não acreditavam. O trabalhador ele tem a visão de que tem que ter o patrão, que ele não consegue administrar. Então ela se concretizou a partir do momento que nós mostramos para os trabalhadores que era possível, a partir da falência e de que os donos haviam sumido. Então a gente conseguiu mostrar que eles mesmos podiam gerenciar a empresa. Nós dizíamos pra eles: Isso aqui não tem volta, nós conhecemos esse tipo de empresário é o tipo de empresário que tira a empresa daqui fecha e deixa todo mundo na mão. (Loricardo Oliveira- sindicalista)

Esse período difícil de incertezas quanto ao que fazer é descrito pelo atual presidente que na época foi um dos líderes da mobilização dos trabalhadores:

Em agosto de 2001, os patrões não tinham dinheiro para pagar os trabalhadores. Numa sexta-feira eles não apareceram (os patrões) Ai o patrão ligou pra mim e eu disse: negócio é o seguinte: o pessoal disse que não vai trabalhar e ponto final. Todos estão com três meses de salário atrasado. Ninguém vai trabalhar. Só se chegar aqui com o salário... Na segunda-feira o pessoal ficou ali, sentado, parado. Se não me angano pelo dia 08 de agosto de 2001. Ai o sindicato veio, e a gente começou a preparar o pessoal, dizendo que não deviam mesmo trabalhar, era demais o que tinha de atrasos e tudo. Ai começou a amadurecer a proposta da cooperativa (Darnei)

Ao compreenderem que o processo de crise era irreversível, os trabalhadores começam a discutir as alternativas apresentadas, levando em conta a situação concreta que apontava para um quadro de dificuldade financeira que não garantia o pagamento mínimo dos seus direitos. As características dos trabalhadores desta empresa constituíram-se como um fator importante para a viabilidade da proposta de recuperação. Mesmo que alguns já estivessem aposentados, a preocupação para com aqueles que estavam em situação mais difícil, sem nenhuma perspectiva, demonstra um sentimento de solidariedade entre os operários, como

¹⁷⁹TAUILE (2005), pg. 20.

afirmou na entrevista o operário Luis, que mesmo já aposentado, foi um dos defensores da proposta da cooperativa:

A idéia da cooperativa já vinha sendo falada, logo que a firma começou a ir mal das pernas. Uma das grandes coisas foi a necessidade né. Com a falência muitas pessoas com certa idade teriam dificuldades para conseguir trabalho. O sindicato apoiou, a ANTEAG apoiou, houve força, incentivo. Na hora todo mundo resolveu pagar pra ver, tentar uma saída. O que ajudou também foi que alguns já eram aposentados e outros receberam o FGTS. (Luis-Vice-Presidente)

O depoimento de que a idéia já vinha sendo pensada antes da falência é comprovada pela entrevista da operária Rose que na época era delegada sindical na fábrica e tornou-se a primeira presidente da cooperativa. Na ocasião ela buscava convencer os trabalhadores da proposta pensada pelo sindicato, de que os trabalhadores assumissem a fábrica:

Quem sabe a gente toma conta e coloca a funcionar? , mas ninguém me deu bola, aí eu tirei uma licença pra fazer uma cirurgia, e nesse período eles me ligaram dizendo que a firma tinha falido e que o patrão tinha abandonado a firma. Eu disse ‘vocês não saiam daí, eles tem que dizer o que vão fazer’ Quando voltei o pessoal do sindicato já estava ali. Fizemos a mobilização e começamos a organizar a proposta da primeira diretoria, que eu fiquei como presidente. (Rose - operária)

A idéia dos trabalhadores assumirem a empresa falida se justificava pelo perfil dos trabalhadores, todos na faixa etária de quarenta anos, o que dificultaria o reingresso no mercado de trabalho, e pelo fato de que estavam a bastante tempo na empresa com laços afetivos fortes o que facilitaria um processo de gestão coletiva. Conforme salienta Paul Singer, alguns fatores quanto ao perfil dos trabalhadores também contribuem para a viabilidade da proposta nestas empresas, como a “alta proporção de empregados velhos, que se encontram na firma há muito tempo na qual a longa convivência permite que fortes laços de confiança e solidariedade se desenvolvam entre os trabalhadores reforçados pela participação comum em lutas de classes”¹⁸⁰. Foi, de certa maneira, essa união e confiança que possibilitou que os operários enfrentassem os desafios que surgiram desde o início da proposta.

Em 2001 fechou. Como nós já tínhamos aquela idéia de formar uma cooperativa, falado em cooperativa, o pessoal resolveu apostar. O que a gente ia fazer? A maioria já tinha uma idade que não era muito jovem. Não tinha grau de estudo, quem tinha experiência eram quem esteve nas chefias. Tinham 12 já aposentados, daí decidimos fazer a cooperativa. A gente sabia que fora os 12 aposentados os outros dificilmente iriam arrumar outro emprego, entramos em contato com o sindicato, que nos deu toda a força. (Jose Arley)

¹⁸⁰ SINGER, Paul. **Recuperação de Empresas**. In Revista de Economia Solidária. SENAES, 2005, pg.4.

Por outro lado, mesmo que as condições propícias estivessem postas, o dirigente sindical salienta que essa proposta não foi um consenso no sindicato. Alguns dirigentes propunham como solução para o problema que o Estado assumisse a empresa.

Como eram trabalhadores muito antigos, muitos em pré-aposentadoria, tinham um laço afetivo muito forte, havia condições concretas para a proposta de autogestão. Essa era a nossa visão, apesar de não ser unânime. Eu lembro que na época tinha companheiros do sindicato que diziam: não, nós temos é que discutir com o Estado para estatizar, porque tinha encargos fiscais, então o Estado fica de dono, era época do governo Olívio Dutra.
(**Loricardo Oliveira**)

Se por um lado a proposta de estatização não vingou, por outro lado, o papel do governo do Estado foi fundamental para viabilizar a proposta. O sindicato entrou em contato com os integrantes da ANTEAG que estavam executando o programa de apoio à Economia Solidária do governo do Estado.

A idéia da cooperativa surgiu lá no sindicato. Na época o sindicato tinha uma coordenação que participava o Belarmino que conhecia o Brizola da ANTEAG. O Brizola veio e começou a explicar. Nós nunca tínhamos ouvido falar de cooperativa. Ele explicou como era, como não era. Aí o pessoal disse: é isso mesmo. (**Darnei**)

A idéia de que os trabalhadores deveriam assumir a empresa de forma autogestionária apresentada pelo sindicato estava em consonância com as ações propostas pelo Programa de Economia Popular e Solidária do governo estadual, até porque o programa era executado pela ANTEAG, referência nacional no tema da recuperação de empresas. Nesse sentido, como destacou o presidente do sindicato, estava-se naquele momento fazendo uma escolha também política de concepção sobre o tema do controle operário:

Aí também tem uma concepção política, que é de uma minoria, que diz, bom a empresa tá mal, quem tem que assumir é o Estado. Tem outra visão que acha que tem que assumir a forma produtiva de autogestão, que ganhou corpo dentro do movimento. Onde os trabalhadores são independentes do Estado e do patrão, que eles podem gerenciar.
(**Loricardo Oliveira**)

A partir da assessoria dos TAGs, o tema da autogestão é introduzido na empresa, os operários participam de cursos e seminários enquanto a assessoria jurídica encaminhava os trâmites legais relativos à posse da empresa.

4.2.1 Reiniciar a produção: o “período heróico”.

O apoio do sindicato, portanto, articulado com os técnicos da ANTEAG, deu o suporte necessário para os operários que não tinham conhecimento nenhum tanto em relação aos aspectos burocráticos da formalização da cooperativa como em relação à gestão do empreendimento. Os técnicos da ANTEAG que já haviam assessorado o processo da CTMC, inclusive tinham elaborado o estatuto da cooperativa. Por isso o modelo de estatuto que a COOPEREI utilizou foi o da CTMC.

No dia 12 de agosto eles (os donos) pediram a falência. Ai não apareceram mais na fábrica. Só diziam que o advogado viria. Ai veio a justiça e lacrou tudo. Ai o sindicato nos cedeu uma sala lá em cima na sede pra gente reunir e amadurecer a idéia, organizar a diretoria da cooperativa. Ai entrou o pessoal da ANTEAG. O Huberlan (assessor jurídico da SEDAI) trouxe o estatuto da CTMC e a gente sentou pra ver o que ia querer o que ia mudar. Ai fizeram toda a papelada, registro na junta comercial etc. (Darnei)

Esta etapa de elaboração dos estatutos foi importante na medida em que este instrumento é uma das ferramentas estratégicas para o desenvolvimento da autogestão democrática. Ela cumpre um papel importante como “portadora das propriedades e potencialidades de visibilidade, previsibilidade, transparência, conservação e mudança que são alguns dos elementos necessários à elaboração de uma tecnologia social autogestionária”.¹⁸¹ Da mesma forma o exercício da discussão e definição dos objetivos e princípios, dos direitos e deveres de cada associado é importante enquanto uma premissa para o processo da prática coletiva, que deve ser permanente.

Pudemos perceber no caso estudado que a falta de experiência anterior dos trabalhadores em relação ao processo de gestão ou direção fez com que houvesse certa dificuldade para a formação da primeira diretoria, pois muitos trabalhadores tinham receio de assumir as novas responsabilidades como gestores da Fábrica. Esse momento foi salientado pelo atual presidente, que não compôs a primeira diretoria:

Na época, como era uma coisa um tanto difícil né, tinha que escolher a diretoria, então o pessoal disse: são onze pessoas pra diretoria, quem se dispõe? Ninguém queria. Ai a Rose disse: então pra nós começarmos eu fico de presidente; ai chamou o Laudir que aceitou ser vice; ai foram aparecendo outros nomes. (Darnei)

¹⁸¹VIEITEZ, Cândido Giraldez e DAL RI, Neusa Maria. **Trabalho Associado. Cooperativas e empresas de autogestão**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001, pg. 91.

A partir da constituição formal da cooperativa, começam os primeiros desafios, o primeiro foi a manutenção dos trabalhadores que estavam sem salário, durante a espera de três meses até que a justiça liberasse a empresa para dar reinício à produção. Este período foi marcado por iniciativas de solidariedade entre os cooperados e com os outros trabalhadores da categoria metalúrgica. O sindicato organizou comissões de trabalhadores que arrecadavam recursos nas fábricas, entre os trabalhadores na ativa, e garantia cestas básicas de alimentos. O sindicato também garantiu uma ajuda de R\$ 100,00 para cada associado nestes primeiros meses. Ao mesmo tempo os técnicos da ANTEAG realizavam as negociações na justiça para liberar a empresa e as máquinas para a cooperativa. Outra providência foi a viabilização de um empréstimo através do programa de fomento à economia solidária da SEDAI.

Eu lembro que no início, depois que formamos a cooperativa, não tinha salário, aí reunimos no sindicato e decidimos ir nas empresas metalúrgicas pedir contribuição, alimentos. Íamos com o sindicato nas portas das fábricas, também o Governo do Estado e o sindicato ajudavam. (Rosi)

A produção parada, nós só íamos se reunir lá no sindicato, tentando levar coisas pro pessoal não desistir...

O Loricardo dizia: Façam comissões, de cinco seis pessoas e amanhã vamos nas portas das fábricas, na Rossi. Lá o Loricardo falava no microfone e no outro dia a gente ia lá pra arrecadar, outra comissão ia na Gedore, aí formávamos as sextas básicas e distribuíamos, lá na sede do sindicato. (Darnei)

Após três meses de espera, no dia 25 de outubro de 2001 os trabalhadores, agora na condição de cooperados, recebem a autorização da justiça para ocupar as dependências da fábrica e retomar a produção. A partir dessa nova fase novos problemas e desafios surgem. Sobre isso Paul Singer identifica que este período de reinício da produção é a etapa mais desafiadora, é o que denomina de *período heróico*, pois, consiste na “viabilização da nova empresa mediante a recuperação da clientela, dos fornecedores e dos créditos da antiga empresa”.¹⁸² Para Singer “os primeiros tempos são muito duros, pois os trabalhadores têm de acumular capital de giro, o que significa que durante certo período eles não vão ter a retirada ‘cheia’ (nível almejado de ganho mensal, em geral igual ao que tinham quando empregados), mas muito menos”¹⁸³. Este *período heróico*, que pode durar meses, no qual os trabalhadores às vezes não conseguem sequer um rendimento de subsistência.

¹⁸² SINGER, Paul. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In SANTOS, Boaventura de Souza [Org.]. Produzir para Viver. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pg.90.

¹⁸³ Idem. pg.90.

No inicio vinha de dez, onze pra trabalhar. Porque além de trabalhar sem receber, ainda tinha que ter dinheiro pra passagem e a comida. Aí nós fazíamos vaquinha de um real e fazia nossa comida ali dentro mesmo.

(Darnei)

O período heróico dos trabalhadores da Cooperei foi marcado, sobretudo, pela persistência e muita solidariedade. Um dos gargalos era o capital de giro, para compra de matéria prima e o outro desafio a manutenção da empresa no mercado. Em relação ao capital emergencial a cooperativa obteve um empréstimo de R\$ 15 mil de um dos ex-sócios da empresa e também um financiamento de R\$ 40 mil reais do Programa de Apoio à Economia Popular e Solidária do governo do Estado. Uma das dificuldades foi que o recurso do governo só viria no mês de maio do ano seguinte à criação da cooperativa. Enquanto isso o maior desafio foi garantir os fornecedores e os clientes. Para isso foi fundamental a manutenção da marca “Alumínio Econômico” com tradição no mercado. Outra tarefa urgente consistia em “limpar” o nome da empresa:

O problema com os fornecedores era que a empresa estava com o nome sujo, tivemos que negociar tudo novamente. As primeiras compras que fizemos tiveram que ser através de pagamento antecipado. Óleo Diesel, matéria primas etc. Por isso precisávamos de algum recurso imediato. Daí conseguimos um empréstimo de R\$ 15 mil de um dos ex-sócios da empresa.

(Darnei)

Em relação aos clientes o desafio inicial foi recuperar a confiança, demonstrar que a empresa tinha capacidade de atender às demandas e que a cooperativa era realmente um novo empreendimento dirigido pelos próprios trabalhadores.

A gente teve um problema que a gestão anterior perdeu muitos clientes e eles não acreditavam que a cooperativa era dos funcionários, achavam que os antigos patrões continuavam por traz, tivemos que comprovar que os antigos donos não estavam mais na empresa. (José Arley)

A gente começou devagar, no processo de recuperar os clientes. Enfrentamos a desconfiança dos clientes e fornecedores que não acreditavam que a cooperativa era dos trabalhadores, achavam que era alguma coisa dos antigos donos para manter a empresa. Mas com o tempo provamos que tínhamos realmente recuperado a empresa, tivemos que fazer descontos nas vendas e pagamento antecipado.

(Luis – operário)

Nesse período difícil, foi fundamental o apoio de uma ex-funcionária da empresa que havia saído antes da falência e que retornou para a função que exercia agora como cooperada. Esse fato é destacado no relato dos primeiros meses de início do trabalho:

A Celi não tava, ela tinha saído há um ano e pouco da empresa antes da falência, tinha brigado com eles, ela foi a única que veio de fora, que não tava na ativa e veio pra trabalhar na Cooperativa, foi por causa da capacitação que ela tinha na área financeira e de vendas.

A gente conseguiu tirar no computador a listagem dos representantes de venda, que a Celi conhecia a maioria, começamos a mandar cartinhas. Os representantes disseram que iam continuar vendendo pra nós. A gente dizia para os clientes: nós somos cooperativa, nos queremos tocar. Oferecemos descontos de 15% a 20% de para quem comprasse os produtos. (Darnei)

É neste período crítico que o exercício da autogestão, ou seja, do controle operário da produção e da gestão do empreendimento enfrenta o desafio das decisões coletivas. Não são apenas os donos ou os diretores que decidem agora, todos opinam, discutem e deliberam sobre os rumos do empreendimento. Se um dos problemas principais no início foi a falta de recursos para iniciar a produção, cujo gerenciamento da escassez foi outro desafio, a entrada do financiamento de R\$ 40 mil, oriundo do governo do Estado, foi outro problema a ser resolvido.

A questão colocada então foi a seguinte: o que era mais urgente? O pagamento aos trabalhadores que estavam há meses sem receber? Ou dividir o recurso para comprar matérias primas e garantir a produção? Ao optar pela primeira alternativa, os operários-gestores pensaram primeiro como operários, o que não impediu que reconhecessem posteriormente, que deveriam ter pensado também como gestores, pois a empresa agora era sua também. Darnei, que na época não fazia parte da diretoria, demonstra sua discordância da decisão da maioria:

Nos primeiros meses não sobrava dinheiro pra retirada, e aí comprávamos cesta básica e no máximo as retiradas eram de R\$ 50,00 para cada um. Todos retiravam a mesma coisa.

Aí veio o empréstimo de R\$ 40 mil do governo. Muitos queriam receber os meses atrasados. Pagamos, com esse recurso dois meses de folha, julho e agosto. Eu fui contra, achava que o recurso tinha que ser investido em matéria prima, mas a maioria do pessoal optou pelos pagamentos. O resultado foi que no outro mês conseguimos apenas R\$ 70,00 de retirada para cada um. Continuamos a produção e fechamos o primeiro ano com R\$ 40 mil de sobra. Mas tínhamos dívidas que precisavam ser pagas como o empréstimo do governo. Aí novamente ficamos sem dinheiro, tivemos que tirar empréstimos do banco.

(Darnei)

Os obstáculos iniciais são superados, já no primeiro ano da cooperativa a situação começa a se normalizar, o cenário da recuperação da empresa descrito por Singer é muito

próximo do que ocorreu com a COOPEREI, ou seja, “uma vez superado o período crítico, grande parte da antiga clientela volta, e nova é atraída, os fornecedores ganham confiança na cooperativa e a retirada se torna cada vez mais cheia. É só a partir deste momento que a empresa solidária entra em sua normalidade”.¹⁸⁴ Com a relativa normalização da produção, se inicia o exercício da nova forma de produção e gestão. A partir dos depoimentos a seguir podemos analisar este processo.

4.2.2 As Novas relações de trabalho: Gestão e produção coletiva.

Eu já sofri muito por ficar calada agora eu sempre falo quando é preciso.
Adélia - operária, 78 anos.

De forma preliminar chamamos a atenção para elemento importante que foi analisado no caso da CTMC e da GERALCOOP e que deve ser levado em conta, pois constitui uma questão relevante para a análise do processo de autogestão. Referimos-nos à questão das direções das cooperativas que são compostas por dirigentes sindicais que assumem o papel de gestores da empresa recuperada. Tanto no caso da CTMC como da GERALCOOP os diretores da cooperativa, principalmente presidente e vice-presidente, são oriundos da direção do sindicato dos metalúrgicos, portanto, já traziam uma experiência prática de organização coletiva, de gestão e negociação. Já no caso da COOPEREI nenhum dos diretores teve qualquer experiência de direção sindical.

Mesmo que isto não seja um critério determinante para as diferenças entre os processos autogestionários, a pesquisa empírica demonstrou que a prática da autogestão implantada nos casos em que a direção da cooperativa é de ex-sindicalistas tem características diferentes da outra experiência em que não há esta condição por parte dos diretores. A diferença se reflete principalmente na participação dos trabalhadores na gestão da empresa e na separação entre funções administrativas e funções relacionadas a produção como veremos no caso da COOPEREI.

Uma hipótese que pode ser analisada diz respeito à possibilidade de que a forma como o sindicato se organiza internamente, “com seus presidentes, diretores, secretários, tesoureiros que reproduzem a mesma forma de organização existente em qualquer empresa

¹⁸⁴ SINGER (2002), pg.90.

capitalista¹⁸⁵” se reproduzir na gestão da cooperativa, criando obstáculos para a autogestão operária. Este seria um processo que reflete, ao longo da história, as contradições entre o sindicalismo e os processos de autonomia operária, ou seja, “o sindicato expressa e reproduz o aspecto da prática operária integrada no capitalismo, organizada por ele, enquanto que as organizações decorrentes das lutas autônomas expressam a sua prática anticapitalista, a sua auto-organização”¹⁸⁶.

É significativo o fato de que na COOPEREI os gestores não são oriundos do sindicato, ou seja, não tiveram nenhuma experiência anterior de gestão, sendo todos operários do “chão de fábrica”. Serão estes operários, agora na condição de gestores, que enfrentarão o principal problema da autogestão que é o processo decisório, ou seja, a questão do poder. Embora as empresas autogestionárias tenham um padrão de relações de trabalho diferente do encontrado na empresa tradicional, “o uso do termo *poder* é válido porque, não obstante as mudanças, os associados devem observar uma ordem reguladora”.¹⁸⁷

Nos casos da CTMC e GERALCOOP, as experiências anteriores de direção do movimento sindical dos trabalhadores, teoricamente, possibilitariam melhores condições para a implantação da gestão coletiva da empresa, enquanto que, no caso da COOPEREI, por não terem esta prática anterior as dificuldades seriam maiores. Entretanto, o que percebemos foi o contrário, ou seja, a falta de experiências anteriores possibilitou aos trabalhadores da COOPEREI uma maior abertura para o novo, para a aprendizagem sobre o processo de gestão coletiva da produção.

Antes de apresentarmos as mudanças realizadas na COOPEREI cabe resgatar um estudo de Stephen Marglin que procurou responder a questão da função que a *hierarquia capitalista* preenche na fábrica e se é “indispensável para assegurar um elevado nível de vida material”.¹⁸⁸ Estas são questões centrais quando analisamos as possibilidades da gestão coletiva por parte dos trabalhadores.

Segundo este autor, não foi por razões de superioridade técnica que os patrões adotaram duas medidas decisivas que despojaram os trabalhadores do controle sobre o produto

¹⁸⁵ BRUNO, Lúcia Barreto. **O que é autonomia operária**. São Paulo: Brasiliense, 1985, pg.75.

¹⁸⁶ Idem. pg. 81.

¹⁸⁷ VIEITEZ, DAL RI (2001), pg.83.

¹⁸⁸ MARGLIN, Stephen A. **Origem e funções do parcelamento das tarefas. Para quem servem os patrões?** In GORZ, André [Org.]. *Crítica da Divisão do Trabalho*. São Paulo Martins Fontes, 1980, pg. 40.

e sobre o processo de produção: i) o desenvolvimento da divisão parcelada do trabalho e, ii) o desenvolvimento da organização centralizada que caracteriza o sistema de fábrica (*factory system*)¹⁸⁹, mas, sobretudo, para garantir ao empresário um papel essencial no processo de produção: o de *coordenador*. Essa condição possibilitou que o operário fosse despojado de qualquer controle do processo produtivo dando ao capitalista o poder de preservar a natureza do trabalho e a quantidade a produzir¹⁹⁰, a partir disso,

[...]O operário não é livre para decidir como e quanto quer trabalhar para produzir o que lhe é necessário; mas é preciso que ele escolha trabalhar nas condições do patrão ou não trabalhar, o que não lhe deixa nenhuma escolha [...].¹⁹¹

Todavia, o processo de mudança desta lógica não é imediato, ou mesmo automático nas quais todos os cooperados assimilam naturalmente a nova condição de gestores, que não precisam de um “patrão”. Principalmente quando saem de uma relação de trabalho de hierarquia e subordinação estabelecida há muitos anos na empresa tradicional.

No caso da COOPEREI esse aprendizado teve início com a mudança operada a partir da eliminação das chefias existentes anteriormente. Este processo guarda muita semelhança com o relato da experiência da COOMECA, descrita na pesquisa de Lorena Holzmann. Segundo a autora “nessa nova estruturação, excluía-se das atribuições dos coordenadores a autoridade para dar ordens e impor procedimentos aos trabalhadores de sua área de competência, ou seja, não seria mais um gerente ou um chefe”¹⁹². Outra semelhança diz respeito a quem assumia as novas funções a partir da gestão coletiva. Tanto no caso da COOMECA como na COOPEREI buscou-se aproveitar aqueles que já tinham alguma experiência em funções de chefia. Conforme Holzmann “os antigos mestres na empresa falida passaram à condição de coordenadores na cooperativa, a partir do entendimento de que sua experiência não podia ser desprezada, sendo fundamental para a normalização das atividades produtivas”¹⁹³.

O caso da COOPEREI foi semelhante, mesmo que se perceba também um processo de aprendizagem, de apropriação de experiências novas a partir da prática do novo que substitui o velho, como o trabalho que requer autonomia e ação coletiva.

¹⁸⁹ MARGLIN (1980)pg.40-41.

¹⁹⁰ MARGLIN (1980), pg.41.

¹⁹¹ MARGLIN (1980), pg.41.

¹⁹² HOLZMANN (2001), pg. 42.

¹⁹³ Idem, pg.42.

Em relação às chefias que existiam houve uma eliminação mesmo, depois de várias palestras sobre cooperativismo, o pessoal foi aos poucos se conscientizando, vendo que não precisava ter chefe na produção mesmo. No início achavam que precisavam de três coordenadores na produção, que fariam toda a programação por eles, aí fizeram a eleição de apenas um que acabou sendo eu. Aí a gente viu que não precisava mesmo, cada um sabia fazer as coisas sem que alguém controlasse e mandasse, alguns tinham dificuldade mas não era, como alguns diziam “ a aquele cara é vadio”, mas é que alguns tem mais dificuldade de ver que ele pode fazer as coisas sem que alguém mande ou controle. Mas eram poucos, umas duas pessoas que precisavam que alguém dissesse, faz isso faz aquilo.

(Darnei)

Podemos identificar que essas mudanças se realizaram a partir da proposta de uma nova estrutura de organização do trabalho, no qual se percebe “por um lado a situação de classe dos trabalhadores e, por outro, a negação do sistema de classes, ou seja, os trabalhadores encontram-se em condições de igualdade, uns com os outros, frente à ausência de propriedade, riquezas ou poder, o que se expressa no plano subjetivo como uma aspiração à integração igualitária e democrática no novo empreendimento”¹⁹⁴

Além disso, outra mudança, que comparada com outras experiências mesmo de fábricas autogestionárias, é um diferencial significativo, diz respeito à superação da divisão da função de direção com o trabalho na produção. Os trabalhadores que assumiram a gestão da empresa, desde a primeira gestão, mantiveram suas funções na produção, conforme informam estes dois relatos:

Quando a gente criou a cooperativa ninguém disse que o presidente tinha que ficar lá, o tesoureiro aqui, o secretário quem vai fazer isso, aquilo. Não, a gente discutiu e definiu que tem que trabalhar onde era necessário, na produção e na administração.

Na primeira diretoria me disseram: vai ser coordenador! Fizemos eleição, tudo direitinho. Vai fazer o que tu fazia antes. O vice-presidente era o Luiz, e ele disse: “eu vou lá pra montagem, vou cuidar do trabalho que eu fazia, furar panelão que era o que eu fazia. Faz até hoje, é vice presidente e trabalha na produção. A gente nunca pensou que a diretoria tinha que ficar aqui sentada. Isso nunca passou pela nossa cabeça.

Eu tive na Geralcoop, e o que eu vi é que eles insistem nisso, o pessoal que vai pra diretoria sai da produção, é muito conselho. Eu digo que é “ muito cacique pra pouco índio”. Isso a gente não fez. (Darnei)

¹⁹⁴ VIEITEZ, DAL RI (2001), pg, 84.

Nós aqui nunca tratamos sobre a direção da cooperativa não trabalhar na produção, isso aconteceu naturalmente. Decidimos que todo mundo vai pegar junto.

Hoje quem trabalha menos na produção é o Darnei porque está na presidência mas, mesmo assim, ele opera a máquina quase diariamente, é claro que ele tem muitas atividades que tem que fazer como presidente.

(Luis)

Segundo Paul Singer a diferença está em que na empresa capitalista a relação do trabalhador se reduz à troca de tempo de trabalho por salário. “Sua única preocupação é desempenhar os papéis decorrentes do posto que ocupe. Deve obedecer a ordens e instruções e repassá-las eventualmente a subordinados. Só os integrantes da administração da empresa sentem-se responsáveis por ela. Em compensação, seus direitos em relação à empresa são aqueles circunscritos pelo seu contrato de trabalho e a legislação pertinente”¹⁹⁵ Essa diferença da empresa capitalista tradicional em relação à autogestionária pode ser observada nesta fala sobre direitos iguais entre os cooperados que fazem parte ou não da direção.

No nosso caso a gente que assume uma diretoria e procura passar para o pessoal o que é uma diretoria, tem que saber que como no nosso caso, não vamos só mandar. Só porque o diretor é outro eu não vou fazer nada? Isso não é assim, isso nós passamos pra todos que não pode ser assim. Tanto faz ser presidente ou não presidente, todos tem os mesmos direitos. E a prova é que todo o direito que o presidente ou secretário tem qualquer outro que nunca foi da diretoria, tem igual.

(José Arley)

Portanto, conforme destaca Singer, o contraste entre a empresa capitalista tradicional e a empresa autogestionária está em que a primeira é alienante num duplo sentido, o trabalhador ignora o significado do seu trabalho e ao mesmo tempo está excluído das discussões e negociações que precedem a tomada de decisões pela administração da empresa, decisões que afetam o seu trabalho. Já na empresa de autogestão, os trabalhadores são donos e controladores da empresa e, portanto, devem compartilhar todas as informações, discussões e negociações que visam à tomada de decisões.¹⁹⁶

Outro elemento que deve ser destacado na experiência da cooperativa é a possibilidade de novos saberes por parte dos trabalhadores, tanto em relação à administração, quando assumem as responsabilidades enquanto diretoria, como na produção o que de certa forma permitiu que rompessem a dinâmica tradicional da parcelização das tarefas, típica do

¹⁹⁵ SINGER (1999), pg.124.

¹⁹⁶ Idem, pg.124.

taylorismo, ou seja, não mais ficaram restritos às suas máquinas e funções. Esse processo tanto pode ser identificado como reflexo de uma necessidade, na medida em que ficaram em número insuficiente de operários para tocar a produção, quanto a uma decisão deliberada em função da liberdade interna adquirida com o trabalho coletivo autogestionário.

A gente faz uma certa rotatividade. O pessoal da fundição trabalha na laminação. Uns trabalham na prensa de estampar, depois na expedição. Isso aconteceu só depois da cooperativa, antes cada um ficava na sua sessão. (Luis)

Uma outra mudança prática que adquiriu um sentido simbólico no “chão da fábrica” foi a transformação da sala dos engenheiros em cozinha depois da criação da cooperativa. A “sala dos engenheiros” como era conhecida, cumpria a função de panóptico¹⁹⁷. Segundo Robert Kurz, o *Panóptico de Bentham* é um princípio apropriado tanto para prisões quanto para fábricas, escritórios, hospitais, escolas, casernas, reformatórios. De aspecto arquitetônico, o *Panóptico* consiste numa construção em círculo, em cujo centro se acha a cadeira (encoberta por cortinas) do inspetor. O objetivo era fazer com que os presos se sintam permanentemente observados e controlados, sem saber se a cadeira do inspetor está realmente ocupada. O objetivo era que os mecanismos de submissão e abnegação deviam converter-se em “traços intrínsecos” na conduta das pessoas.

No caso da COOPEREI, a sala dos engenheiros se não tinha a mesma forma do panóptico, cumpria mesma função. Com cerca de 4m de comprimento e 2m projetada para frente no interior da fábrica, com janelas escuras, era apropriada para o controle e vigilância da produção.

Na sala os engenheiros ficavam lá em cima só cuidando, olhando o funcionamento da fábrica. (Darnei)

A sala de controles dos engenheiros, que eles ficavam olhando a produção, agora transformamos em refeitório, cumpre outra função. (Luis)

Se, como afirma Bruno, “a tecnologia capitalista realiza uma dupla determinação social: de um lado, o completo afastamento dos produtores da gestão e do conhecimento do processo de trabalho e do outro, impõe a todos uma igualdade básica que é a dos explorados”.¹⁹⁸, já na produção autogestionária, encontramos uma ruptura com essa lógica. O depoimento a seguir nós dá uma idéia deste contraste entre a prática anterior e a nova:

¹⁹⁷ KURZ, Robert. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1998, pg.268.

¹⁹⁸ BRUNO (19850, pg. 26.

Na época (período da empresa tradicional) eu só tinha experiência de chefia de seção, nunca fui gestor, diretor, aprendi na prática. Naquele tempo que trocou a direção da fábrica, os novos sócios não entendiam nada da produção, aí eles me pegaram lá embaixo e disseram que a dona tinha dito que eu sabia do funcionamento. Aí eles me deram como tarefa coordenar a produção, aí que eu aprendi muito, também fui pra expedição, além da produção.

Mas não tinha interferência nas decisões, veja que a fábrica tinha problema na fundição, pois o alumínio tem problema que ele cria bolhas se não tiver um processo correto de temperatura, e a fábrica tinha quebras enormes da produção até de 90% e ela (a proprietária) não aceitava opinião de ninguém. A firma acabou falindo por aí, de tanto comprar matéria prima e perder. Não aceitava nada, até o dia que ela entregou a firma para os novos sócios. O engenheiro falou que ela não aceitava nada, sabia que a quebra era enorme.

A forma que ela quis resolver o problema foi assim: Ela pegou o gerente e mais o chefão e fizeram uma listagem de mais de 40 pessoas e mandaram embora. Pra eles o problema era culpa dos trabalhadores e por isso tinham que demitir.

Quando assumimos e começamos a trabalhar diminuimos o índice de quebras e desperdício de matéria prima.

Hoje que nós trabalhamos com matéria prima reciclada podemos dizer que o nosso índice de quebra está em 3% e 3,5%.

Eu até digo assim, o diferencial daquele tempo e hoje é o poder de decisão que nós temos. Mas não só eu, o pessoal que diz o que tem que ser feito pra não acontecer os problemas. O pessoal mesmo vai aprendendo e vendo, por exemplo, o tempo do alumínio. E quando tem que mudar alguma coisa, muda e ensina os outros, sem problema.

(Darnei)

A apropriação do tempo de trabalho pelo capital compõe a lógica de funcionamento das relações capitalistas de produção, desde o seu surgimento. Um processo que realiza o que Marglin identificou como “destruição da autonomia dos trabalhadores na determinação da duração do tempo de trabalho, confinando-os num espaço de trabalho sob vigilância do capital”.¹⁹⁹ Nesse sentido, a questão da apropriação do tempo de trabalho numa nova dinâmica de trabalho é um dos desafios colocados para a prática da autogestão operária. O que se pretende no processo autogestionário é como identificou Lorena Holzmann na experiência da COOMEC, “afastar de sua nova condição de trabalho qualquer ‘idéia de subordinação’, concretizaram esta intenção suprimindo o relógio-ponto, juntamente com as chefias”.²⁰⁰

¹⁹⁹MARGLIN, Stephan, citado por Holzmann (2001), pg. 43.

²⁰⁰HOLZMANN (2001), pg.44.

No caso da Cooperei, vimos que em relação aos horários, manteve-se a jornada de trabalho de oito horas diárias, sendo que o mais significativo foi a supressão da dinâmica taylorista que “estabelece tempos padronizados para a execução de tarefas repetitivas e fragmentadas, para as quais cada operário é especial e rapidamente treinado”.²⁰¹ Conforme Darnei a utilização do relógio – ponto na cooperativa não tem o objetivo de controlar entrada e saída dos operários, nem mesmo o tempo da produção (pois este não é o critério para as retiradas), mas sim como forma de organizar a folha de pagamento das retiradas,

O horário a gente usou porque estava no estatuto, mas na verdade decidimos nas discussões da assembléia, foi combinado com todos e ficou de 8 horas por dia.

Aí a gente seguiu esse horário, o que mudou depois foi o horário de almoço que diminuiu pra gente sair mais cedo

Às vezes quando não tem serviço à tarde o pessoal vai embora. O relógio é mais pra gerar a folha de pagamento. Não pra controlar horário, saída.

(Darnei)

A flexibilização de horários, portanto, está vinculada à produção sendo que fica sob responsabilidade do coletivo, ou seja, as decisões sobre saídas antecipadas, ou tempo de produção são deliberadas em conjunto sem, no entanto, utilizar, por exemplo, instrumentos típicos do taylorismo como o cronômetro.

É que nem eu digo. O pessoal foi se conscientizando. Assinava o livro quando entrava, mas ele é responsável pelo horário. A gente não tem problema. Tem gente que nunca faltou um dia desde a criação da cooperativa. (Darnei)

Segundo Lorena Holzmann na relação capitalista de produção “o controle do tempo é, para os trabalhadores, fonte permanente de tensões. Particularmente, mas não só, a necessidade de observar rigorosamente os horários de início da jornada, sob o risco até de perda do emprego, é o primeiro enfrentamento diário do trabalhador com o poder do capital, através de pressões para que os tempos-padrões previstos para a execução de cada tarefa sejam cumpridos, instam dentro da fábrica a ditadura do cronômetro”.²⁰² Essa pressão que afeta tanto o estado de ânimo como a saúde do trabalhador é responsável também pelo aumento do absenteísmo e os acidentes de trabalho. Conforme os depoimentos dos cooperados, essa realidade é comprovada na comparação da situação atual com o período anterior à cooperativa:

²⁰¹ HOLZMANN (2001), pg.44.

²⁰² HOLZMANN (2001)pg.64.

Aqui, na época, (período da empresa tradicional) existia a CIPA, todo dia ia o pessoal lá na frente e colocava no quadrinho: ' estamos tantos dias sem acidente no trabalho'. Só que isso nunca passava de cinco dias, sempre tinha algum acidente. Isso porque tinha muita pressão lá dentro. Os últimos tempos a preocupação era também no final de cada mês, por causa do salário que não se sabia se receberia ou não, sem falar no medo da demissão. Era dedo cortado, machucado nas máquinas. Eles cobravam, não pagavam, mas cobravam a produção.

(Darnei)

Na empresa anterior tínhamos muitos acidentes graves, hoje nós não temos, se olhar os maquinários são os mesmos. Acho que o pessoal se cuida mais porque ta trabalhando para si mesmo, não tem aquela pressão que tem que fazer. As pessoas sabem o que tem que fazer e não tem aquela obrigação: se não fizer vai pra rua, ou vai sofrer alguma penalidade, corte no salário. Isso não tem mais não..

*Um caso que acontecia muito: naquela ânsia de ter que trabalhar , trabalhar, o cara se machucava, o material era perdido, por causa da pressa. Hoje não, nosso material é preservado, os nossos produtos são muito bem acabados, bem feito. Mantemos a qualidade porque temos mais tranqüilidade e o pessoal se cuida mais tem aquela vontade: Pô tô trabalhando pra mim né !!! **(José Arley)***

Estas são questões centrais no que tange às discussões sobre o trabalho na sociedade contemporânea, pois na medida em que aumenta o trabalho precário, sem proteção ou direitos, com a ampliação da jornada de trabalho, estas experiências que apontam para diminuição de acidentes do trabalho bem como possibilitam melhores condições de trabalho, com tranqüilidade e bem estar, precisam ser levadas em conta. Também em relação à permanente ameaça de perda do emprego existente na fábrica capitalista, na cooperativa este “fantasma” não está presente.

Se eu sou dono ninguém precisa ficar me cobrando pra trabalhar, eu tenho que cooperar, então acho que isso é bom, se cada um fizer a sua parte . Numa empresa comum tu é sempre pressionado, nunca tá tranqüilo, pode perder o emprego. Podemos até não dar certo amanhã ou depois, mas ninguém vai cobrar do outro que tem que trabalhar.

(Luis)

Como afirma E.P. Thompson “a primeira geração de trabalhadores nas fábricas aprendeu com seus mestres a importância do tempo; a segunda geração formou os seus comitês em prol de menos tempo de trabalho; a terceira geração fez greves pelas horas extras ou pelo pagamento de um percentual adicional pelas horas trabalhadas fora do expediente”.²⁰³

²⁰³ THOMPSON. E.P. Tempo, **Disciplina de trabalho e capitalismo industrial**. In Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pg. 294.

Poderíamos, portanto, falar, no futuro, em uma quarta geração de trabalhadores capaz de abolir o controle do tempo de trabalho? Talvez ainda estejamos longe disso, mas a experiência da autogestão avança no sentido de eliminar a opressão que o controle do tempo tem exercido sobre o trabalhador.

Um outro problema que acompanha as experiências de cooperativas diz respeito às chamadas retiradas mensais, ou seja, a remuneração de cada associado. Segundo Lorena Holzmann, as cooperativas indústrias enfrentam no Brasil o problema de ausência de legislação sobre esta modalidade específica de cooperativa. A única lei existente sobre cooperativas não contempla a condição de cooperativa industrial, o que dificulta uma definição jurídica sobre o tema, pois “no caso das cooperativas industriais, a determinação do número de operações realizadas por cada associado se torna praticamente impossível, já que os resultados obtidos são fruto da atividade coletiva e combinada do conjunto de associados, indivizível em operações individualizadas. Daí decorrem as dificuldades para as cooperativas se conformarem às disposições da lei” que definem dois tipos de retiradas, a mensal (prolabore) e a distribuição das sobras²⁰⁴. Em função disso as empresas recuperadas, acabam definindo suas políticas em assembléia geral, no qual estabelecem parâmetros próprios de definição dos valores das retiradas.

No caso da COOPEREI, ficou estabelecida a retirada de valores iguais para todos os 31 cooperados, independente das tarefas, funções ou cargos exercidos na cooperativa. Essa política de remuneração igualitária durou três anos, somente após a estabilização da empresa e a possibilidade de aumento das retiradas, iniciou-se a discussão sobre a necessidade de criação de faixas diferenciadas de retirada, conforme relata o atual presidente:

A discussão sobre a diferença de salário foi uma discussão que começou a partir das reuniões e seminários com a Unisinos, também com o Arturo, de Cuba que esteve fazendo uma capacitação.

Até 2004 as retiradas eram todas iguais, independentes das funções que cada um exercia. Foi em 2003, quando a cooperativa já tinha um ano de produção e a gente já tinha retomado os clientes que nós iniciamos as discussões para o aumento das retiradas, passamos para R\$ 200,00, e sempre todo mundo junto, igual. Aí fomos aumentando, quando chegamos a R\$ 320,00, em março de 2004, nós resolvemos comprar um relógio-ponto, computador, agora vamos pensar no salário, e fizemos três faixas de salário. (Darnei)

²⁰⁴ HOLZMANN (2001), pg. 78.

Aqui cabe um esclarecimento quanto à aquisição do relógio-ponto. Conforme apontado anteriormente, a aquisição do relógio não significou um retorno do controle de horários ou do tempo de produção como era no período anterior à cooperativa, mas sua função tem sido de organizar a documentação dos associados quanto às retiradas e para efeito de contabilidade e prestação de contas.

Em relação à introdução das faixas diferenciadas, foram estabelecidos alguns parâmetros gerais, tais como o que não diferenciava o valor da retirada em função dos cargos diretivos. Com exceção do presidente, todos os demais membros da diretoria receberiam o mesmo valor dos demais operários, determinando o valor pela faixa estabelecida. Sobre este aspecto, Paul Singer identifica que esta prática é comum nas cooperativas, pois “nem sempre os ‘salários’ - que na realidade consiste numa retirada mensal ou quinzenal- dos cooperados são iguais. Em alguns casos, as retiradas se diferenciam por grau de qualificação do trabalhador, mas praticamente sempre os diferenciais são bem menores que em empresas capitalistas comparáveis”.²⁰⁵

As faixas de retirada são pelo trabalho que se faz, não pelo cargo ou função. As três faixas se deram em função das responsabilidades e capacidades. O administrativo que tem determinada responsabilidade é uma faixa, o operador de máquina, que faz um trabalho mais perigoso tem uma determinada faixa, e a faxineira que era mais leve, outra faixa. O Vice-presidente e o tesoureiro ganham o mesmo que o prenceiro, porque trabalham na produção.

(Darnei)

O processo de discussão interna que deliberou pelas mudanças é relatado por um dos operários mais antigos, que fez parte da primeira diretoria:

A gente fez uma reunião, uma assembléia e viu que algumas coisas não podiam ficar como estava. Às vezes por mais boa vontade que se queira não se consegue acompanhar o ritmo da outra pessoa, aí não é justo receber a mesma retirada da outra pessoa. Mas a diferença é mínima. As diferenças de retirada são pelo trabalho diferente, os mais perigosos, mais cansativos. O único que tem o salário diferenciado pela função é o presidente, no momento que ele sair não vai mais ter o salário de presidente. Foi estipulado isso aí, porque o presidente não tem hora nem pra sair nem pra chegar. Se aparece um problema e ele está em casa, tem que resolver, mesmo que seja à noite.

Só no caso do presidente, os demais diretores não tem remuneração diferente. Ele geralmente fica além do horário de trabalho dos outros.

(José Arley)

²⁰⁵ SINGER (1999), pg. 125.

A cooperativa informa ainda que atualmente as retiradas estão acima do piso da categoria metalúrgica, sendo que desde a fundação da COOPEREI nunca houve diminuição de valores das retiradas. Ao contrário, tem se conseguido manter aumentos a cada ano, muitos superiores à inflação do período. Além disso, a COOPEREI buscou, na medida em que foi melhorando sua situação financeira, garantir direitos como a décima terceira retirada a partir das sobras; assistência médica do sindicato; assim como a construção do refeitório.

As nossas retiradas sempre foram calculadas a partir da nossa capacidade de pagamento. Nunca tivemos que baixar as retiradas só aumentar. E sempre a nossa retirada está acima do dissídio do sindicato. (Jose Arley)

Garantimos alguns direitos que tínhamos, mas com as vantagens da cooperativa, como liberdade. Veja que no final do ano de 2004 e 2005 já tínhamos aquela média do décimo terceiro. O almoço, que nós colocamos com uma cozinheira própria com refeitório, que nos permitiu diminuir o tempo de trabalho no final do dia.

O almoço a cooperativa que paga, quer dizer todos, só que não é descontada da retirada, fazemos o rancho. Antes cada um trazia sua refeição pagando do próprio salário. A coisa vai mudando, a estabilidade que tu vai garantindo, depois o crédito que tu vai garantindo, a gente liga para o supermercado e faz as compras com prazos de 30 dias pra pagar, isso foi uma conquista da estabilidade.

(Darnei)

Os trabalhadores da COOPEREI contam atualmente com um importante apoio da Incubadora da UNISINOS, a partir do Projeto Novas Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários. A coordenadora do projeto em entrevista ao Jornal Abc domingo, diário que circula na Região do Vale dos Sinos, informa as ações do projeto:

Se, por exemplo, detectamos uma demanda na área de contabilidade, vamos até a Faculdade de Ciências Contábeis ver quem e como podemos ajudar. Isso envolve também a cedência de estagiários. No caso da Cooperei, o pessoal da Informática está preparando a página da cooperativa na Internet. Já um estagiário de economia está ajudando a preparar a planilha de custos da fábrica.²⁰⁶

A partir dos relatos e observação que realizamos sobre os resultados concretos do apoio da Universidade, identificamos que os mesmos têm sido importantes, na medida em que atendem necessidades que muitas vezes não são percebidas, mas que a partir de sua implantação, após palestras e discussões, são aceitas e reconhecida sua importância pelos cooperados. Isto aconteceu, por exemplo, em relação à segurança no trabalho, no qual os instrumentos de proteção individual não eram utilizados (o baixo índice de acidentes no

²⁰⁶ Jornal Abc domingo, 23/10/2005, pg.14.

trabalho contribuía para que houvesse negligência em relação aos equipamentos de proteção individual- EPIs) .

Além dessas ações da Universidade, realizou-se na cooperativa, no final de 2005, um trabalho de conclusão do estágio de Relações Públicas do Curso de Comunicação Social da UNISINOS, no qual três alunas realizaram um diagnóstico e implantaram ações nas áreas de segurança no trabalho e comunicação interna na COOPEREI. Tivemos acesso ao resultado deste trabalho do qual reproduzimos um trecho interessante acerca do diagnóstico dos “problemas” encontrados:

[...]Embora a empresa seja de caráter cooperativo, sua administração precisaria apresentar um maior índice de profissionalismo, uma vez que não possuem procedimentos definidos e nenhum diretor e/ou associado dedica-se exclusivamente às tarefas administrativas e representativas. As decisões administrativas são tomadas em meio ao processo produtivo ou após o final do expediente, quando então a Diretoria da COOPEREI se reúne[...].

(trecho do diagnóstico)

O que destacamos do diagnóstico citado é que as características que apresentamos na nossa pesquisa como práticas que contribuem para a efetivação de um processo autogestionário, a partir da apropriação e redefinição pelos operários do espaço e do tempo, a superação das hierarquias, a eliminação da dualidade dirigente-dirigidos e a divisão entre trabalho manual e intelectual, são considerados “problemas” no qual o “caráter cooperativo” da empresa é considerado contraditório com o “índice de profissionalismo”. A falta desse profissionalismo estaria na inexistência da separação entre as tarefas da produção e as administrativas - representativas. Entretanto, na parte que fala sobre os *pontos positivos* o que se percebe é que as características apontadas como “problemas” não estão impedindo o bom funcionamento da empresa, mas ao contrário, permitem um desenvolvimento satisfatório superior até que muitas empresas capitalistas como podemos ver a partir da lista de pontos positivos apresentada no trabalho:

- A rotatividade na Cooperativa é muito baixa;
- O índice de produtos entregue no prazo é de praticamente 100 %;
- Apresenta uma razoável sustentação financeira e mantém seus compromissos legais em dia;
- Os produtos da cooperativa se destacam pela qualidade do alumínio (painéis mais grossos, preferidos pelas donas de casa) e tradição. Isso vem sendo constatado pelos seus clientes, mas nunca foi feita uma pesquisa real pra identificar se esse ponto positivo procede;

- Os acordos e decisões, tomadas pelo quadro social, são respeitados e efetivados pela diretoria;
- Há esforços da diretoria para manter a transparência administrativa, inclusive relativa às questões financeiras;
- A frequência com que ocorrem acidentes de trabalho em geral é muito pequena;
- A forma de ingresso do associado novo, que passa por um período de teste de três meses via contrato de experiência para só depois ser admitido realmente como sócio da Cooperativa, é um processo elogiável.
- Há uma intensa identificação do associado para com a cooperativa e seus produtos e, de maneira geral, conseguem manter um processo produtivo de qualidade, mesmo com máquinas extremamente antigas.²⁰⁷

Portanto, verificamos que os *pontos positivos* apontados no trabalho das estudantes da UNISINOS contradizem o seu próprio diagnóstico anterior, mas corroboram com o nosso estudo, ou seja, podemos comprovar que a autogestão operaria além de garantir a viabilidade econômica da empresa possibilita a efetivação de novas relações de trabalho para esses cooperados e destes com o seu trabalho.

4.2.3 Os sentidos da autogestão para os trabalhadores: laboratório de trabalho emancipado.

Analisar os processos que estão em curso apresenta muitos limites, pois consiste numa tentativa de compreender uma realidade dinâmica e dialética, de movimento e transformação permanente, assim como contraditória e às vezes até ambígua. Portanto, ao buscar identificar qual o sentido e o significado que a autogestão tem para os trabalhadores que a praticam, procuramos privilegiar a dimensão que é dada pelos próprios trabalhadores ao processo que estão realizando:

Se tivesse que definir em uma palavra o trabalho na cooperativa eu diria que é capacidade, demonstração da capacidade que a gente tem em administrar a empresa.

(Cilesia Cristina- auxiliar administrativa)

Eu me sinto muito bem aqui, se eu tivesse que escolher optar em continuar na cooperativa eu continuava não voltaria a ser empregado.

No caso de uma cooperativa como a nossa eu não trocaria por uma empresa tradicional, optaria por uma cooperativa.

(José Arley)

²⁰⁷ AZEVEDO, Carla de. [E col.] Trabalho de Conclusão de Estágio em Relações Públicas [Projeto experimental IV], do curso de Comunicação Social de UNISINOS. São Leopoldo, (mimeo.),2006.

Eu acho que no cooperativismo, na autogestão, as pessoas têm o mesmo objetivo no trabalho, por isso penso num país com mais cooperativa do que empresa. Eu até acho que os empresários têm muito medo das cooperativas porque e as cooperativas dando certo os trabalhadores não vão mais querer trabalhar nas empresas tradicionais né. A gente sente que os patrão não vão gostar disso né.

(Luis)

Uma vantagem é que pessoas da minha idade não teriam espaço em uma empresa, passar dos 40 anos não tem mais chance.

Aqui não temos a preocupação de que a empresa vai fechar e todos serão demitidos, porque agora a empresa é nossa. A cooperativa é como uma família, costumo dizer que tenho filhos em casa e filhos aqui. Se não tivesse a cooperativa eu estaria em casa hoje, fazendo não sei o quê. (Adélia Tonini- operária)

Hoje não iria para uma empresa tradicional, porque aqui tenho liberdade para decidir, fazer, união de todo mundo aqui todo mundo é dono é fácil, enquanto numa empresa tradicional tu não tem que optar nada, tem que baixar a cabeça e trabalhar, encher o bolso deles e a qui não a gente pensa no nosso bolso a gente vai fazer é pra nós.

(Rosi)

O que significa o trabalho na cooperativa? Eu diria que é a melhor maneira de um ser humano trabalhar, sem pressão, sem controle.

(Darnei)

A partir deste conjunto de declarações podemos tirar diversas conclusões a partir de ângulos ou focos diferenciados, tanto nos aspectos subjetivos como objetivos. Entretanto o que queremos ressaltar são os aspectos vinculados ao trabalho, ou seja, na medida em que o trabalhador experimenta um novo tipo de prática no mesmo ambiente de trabalho, e isso modifica sua visão em relação a este trabalho, ou seja, podemos apontar para um processo no qual o “trabalho ganha centralidade, pois ao tencionar as antigas relações de trabalho sob o regime privado, o trabalhador se vê confrontado com a possibilidade de se tornar sujeito do próprio conhecimento e desenvolvimento, seja em relação ao próprio trabalho ou ao outro trabalhador”.²⁰⁸

Assim, a práxis da autonomia operária via autogestão manifesta-se sempre a partir de um processo que significa “serem os próprios trabalhadores a gerir a produção”²⁰⁹, constitui, portanto uma forma avançada de autonomia coletiva nas quais os operários se apropriam do espaço e do tempo, redefinindo-os, destruindo as hierarquias, eliminando a separação entre dirigente-dirigidos e a divisão entre trabalho manual e intelectual. Segundo Singer “a

²⁰⁸ PINTO, João Roberto Lopes. **Economia Solidária: de volta à arte da associação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

²⁰⁹ BRUNO (1985), pg.32.

autogestão distribui o conhecimento e a competência gerencial entre todos que integram a sociedade, que possui e opera a firma, em vez de concentrá-los numa delgada camada de diretores e dirigentes”.²¹⁰

*É diferente porque a gente é patrão e é empregado, a gente procura fazer o melhor, hoje a gente é mais amigo, mais unido.
Hoje nós decidimos tudo. Antes nos tínhamos que produzir e eles só mandavam.
Eu não aceitava tudo que os chefes mandavam, sempre tive responsabilidade no meu trabalho. (Rosi)*

Um dos elementos novos que consideramos significativos desta experiência diz respeito às relações estabelecidas entre os trabalhadores-gestores, conforme Lia Tiriba “o coletivo não constitui uma simples soma de trabalhadores e, tampouco, como um bloco monolítico, mas como síntese das relações que os trabalhadores estabelecem entre si e com a sociedade, sendo possível perceber a existência de diferentes níveis de interação e de compreensão quanto ao significado do empreendimento”.²¹¹ Podemos verificar esse processo a partir do relato de um caso ilustrativo ocorrido na COOPEREI:

Hoje as coisas estão diferentes, aconteceu um fato interessante: a uns três anos nós tínhamos um repuchador que se desentendeu com a mulher e foi mandado embora de casa. Ai ele não apareceu pra trabalhar porque tava procurando um lugar pra morar, até que apareceu com uma sacola de roupa. Ai reunimos o pessoal e decidimos arrumar um lugar na fábrica pra ele ficar ali até arrumar um lugar.. Ficou morando ali dentro uns dois meses. Depois ele acabou voltando pra mulher, mas um ano depois aparece ele de novo; “vocês ainda tem aquele lugarzinho ali” e ficou mais uns quinze dias. (Darnei)

Este fato é ilustrativo das relações que *possibilitam a solidariedade no ambiente de trabalho*, o que numa fábrica ou empresa tradicional seria impensável. Na medida em que a “solidariedade é um elemento fundamental que acompanha a convivência cotidiana dos setores populares. Ela é uma das condições para preservar e melhorar a qualidade de vida”.²¹² Para exemplificarmos essa mudança cabe descrever o relato sobre a relação entre a antiga dona e os trabalhadores que faltavam ao trabalho pro motivo de doença, esse trecho fala por si só:

Ela decidia tudo, quando tinha que demitir , ela fazia na hora.As vezes os chefes eram chamados e ela dizia “ o fulano disse que faltou porque estava

²¹⁰ SINGER (2005), pg. 6.

²¹¹ TIRIBA, Lia. **Economia Popular e Cultura do Trabalho: Pedagogia(s) da produção associada**. Ijuí: Editora da UNIJUI, 2001, pg.347.

²¹² TIRIBA (2001), pg 249.

doente e é mentira, pode botar na rua” Não tinha choro. A relação dela com os funcionários era só pra falar mal, ela dizia “brasileiro burro”. Chamava o pessoal de “bunda –mole”. (Darnei)

Não queremos, no entanto, idealizar as relações no sentido de crer que pelo fato de constituírem um empreendimento coletivo estão garantidas práticas e ações baseadas exclusivamente na solidariedade e na ajuda mútua. O que não podemos ignorar são as possibilidades que uma nova estrutura de funcionamento, com normas e regras de funcionamento pode permitir, ou seja, o estímulo às práticas de participação, diálogo entre iguais, ação coletiva, autonomia, responsabilidade, opostos de um empreendimento baseado em relações de subordinação, hierarquia e despotismo dos chefes e patrões da estrutura capitalista de produção:

Não estamos falando de uma nova técnica de trabalho, mas de uma nova prática que, em menor ou maior grau, redimensiona a relação entre mundo produtivo e convivência humana; uma nova prática que mesmo não tendo o poder de pôr fim à alienação do trabalho, indica-nos novos parâmetros de relações sociais: já não são o patrão, o técnico industrial ou a máquina que dominam e ditam o ritmo e a intensidade do trabalho, mas o trabalhador mesmo.²¹³

As limitações do processo de “autogestão restrita”²¹⁴, ao âmbito de uma fábrica, levam muitas análises apressadas a decretarem a sua irrelevância para qualquer possibilidade de mudanças mais profundas. Ao contrário dessa premissa, verificamos que estas experiências concretas realizadas no âmbito da fábrica consistem em práticas de grande valia cuja importância reside no “aprendizado que proporcionam a segmentos da classe trabalhadora de como assumir coletivamente a gestão de empreendimentos produtivos e operá-los segundo princípios democráticos e igualitários”.²¹⁵

Eu acho que eu e os cooperados podemos dar é o exemplo da nossa cooperativa, que é uma realização pra todos nós, uma coisa que a gente começou do zero lá, sem nada, chegamos aqui em janeiro um olhando pro outro só olhando pras máquinas e ter a coragem de entrar pra dentro e hoje é isso que tu está vendo aí. (José Arley)

Aprendi bastante coisa, coisas que eu não imaginava como ser dirigente de uma empresa. A gente vê a empresa funcionando, eu ficava olhando e ficava encantada, vendo que é uma coisa nossa. Muitos não acreditavam os próprios associados no início não acreditavam que a gente ia conseguir. (Rosi)

²¹³ TIRIBA (2001), pg. 354.

²¹⁴ NAHAS (2006), pg.36.

²¹⁵ SINGER, Paul. **Economia Socialista**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000, pg.44.

Vale destacar que além do aprendizado que os trabalhadores adquirem enquanto gestores coletivos dos meios de produção, as articulações político-organizativas das empresas recuperadas autogestionárias possibilitam também uma mudança mais ampla, ou seja, se a implantação do taylorismo foi a “despolitização da fábrica”.²¹⁶ A autogestão operária tem o potencial de constituir uma “politização da fábrica”, no sentido de envolver esses trabalhadores em temas nunca antes discutidos como questões econômicas, de legislação que levam necessariamente à discussão sobre a própria sociedade, como funciona e sob quais pressupostos ela se sustenta, ou seja, o que é, e por consequência o que poderá *vir -a -ser*.

Da mesma forma, a autogestão enquanto prática da economia solidária tem impactos na organização da vida local. Como afirmam Filho e Laville é exatamente esta dimensão pública da ação, ou seja, de um agir no espaço público, que confere à economia solidária uma dimensão política fundamental. Portanto, segundo estes autores, “afirmar o caráter político deste fenômeno, para além da sua dimensão social e econômica, não significa raciocinar em termos de uma forma qualquer de tomada do poder institucional, como se a implantação de uma outra economia fosse possível por decreto”.²¹⁷

Esta é, além disso, uma forma de ação política, pois supõe também mudança ou transformação institucional, que se faz, porém, num processo, cotidiano mesmo, em que se experimentam outros valores e lógicas associados ao trabalho econômico, concebido acima de tudo como construção coletiva democrática²¹⁸.

²¹⁶ DECCA, Edgar Salvadore de, **A ciência da produção: a fábrica despolitizada**. Revista Brasileira de História. Editora Marco Zero, 1984.

²¹⁷ FILHO, Genauto Carvalho de França. LAVILLE, Jean - Louis. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004. pg. 19.

²¹⁸ Idem, pp. 19.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou analisar casos específicos de um conjunto de experimentações sociais que se realizam nas chamadas “empresas recuperadas por trabalhadores” a partir da visão dos próprios sujeitos envolvidos, buscando identificar o significado para estes trabalhadores do processo que realizam. Nossa dificuldade inicial foi o fato de não encontrarmos muitas fontes de referência, principalmente em relação aos casos encontrados no Estado. O que nos auxiliou foram os recentes estudos realizados pelo Ministério do Trabalho que possibilitaram uma primeira caracterização destas experiências.

Conforme já havíamos mencionado na apresentação da pesquisa, os problemas que buscamos responder se referem, sobretudo, a duas questões: *qual o significado que o processo autogestionário nas empresas recuperadas tem para os trabalhadores e quais as possibilidades que se abrem no sentido de efetivar novas relações de trabalho emancipado*. A pesquisa empírica realizada possibilitou avançarmos no conhecimento de alguns aspectos da problemática. No entanto, estamos longe de esgotar o tema, sendo, portanto, necessário a realização de outros estudos e pesquisas.

Uma dos aspectos que observamos durante a pesquisa foi o fato de que nas poucas análises disponíveis sobre o tema da autogestão operária na atualidade, quase todas aparecem, ou idealizadas ou identificadas como algo marginal e circunstancial. Tanto as observações como as entrevistas que realizamos para esta pesquisa, não corroboram nenhuma destas conclusões.

Entendemos que a importância do fenômeno está no fato de que ele constitui parte do processo histórico de luta dos trabalhadores contra o capitalismo. Outro fator que não pode ser desprezado é o contexto político nas quais as experiências estão inseridas, ou seja, os determinantes estruturais, as relações políticas que se estabelecem numa sociedade de classes

bem como o surgimento de novos atores sociais, no caso os trabalhadores-gestores, que, em vista das articulações que realizam indicam, a busca de uma identidade de classe.

Nesse sentido, não procuramos apenas descrever o fenômeno, mas, sobretudo, relacioná-lo com outras questões fundamentais para a Sociologia. Nossa análise partiu de uma inquietação acerca do futuro do trabalho e sua relação com a possibilidade de construção de uma sociabilidade que supere a lógica alienada e alienante das relações sociais de produção.

Ou seja, a partir das profundas transformações do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, tentamos verificar qual o significado para os trabalhadores das alternativas de trabalho coletivo associado, mesmo que no interior do sistema capitalista e quais as perspectivas deste processo. Temos clareza de que os limites desta pesquisa não permitiram responder a totalidade das questões. Entretanto, foi possível lançar luz sobre estas experiências, identificando elementos que possam contribuir com outros estudos sociológicos sobre o tema.

A pesquisa demonstrou algumas premissas importantes para a caracterização destas experiências tais como o fato de que grande parte das empresas recuperadas tem um histórico semelhante quanto à sua origem, ou seja, os motivos da falência e os elementos que contribuíram para o desenvolvimento da proposta de autogestão. Por outro lado, identificamos diferenças significativas que, de alguma forma, interferem nos processos em curso e conseqüentemente na caracterização da experiência como, por exemplo, a origem dos trabalhadores que assumem a direção das empresas e o tipo de processo autogestionário que realizam.

Em relação à origem dos trabalhadores, nos referimos aos processos no qual a direção da empresa recuperada é composta majoritariamente por ex-dirigentes sindicais. Das três experiências pesquisadas duas tinham esta característica. Identificamos, a partir de entrevistas, algumas questões que merecem atenção. Em primeiro lugar, o fato de que os ex-sindicalistas mantêm certa prática de gestão muito próxima daquela realizada no sindicato, assumindo exclusivamente as funções de direção. Isso não quer dizer que não sejam utilizados os instrumentos de participação como assembléias e comissões de trabalhadores, mas constitui um obstáculo que dificulta a ruptura que se faz necessária para uma proposta que se propõe superar a relação entre dirigentes e dirigidos.

Cabe salientar que estas dificuldades são percebidas por estes trabalhadores-gestores, constituindo um desafio que eles mesmos se propõem a resolver. Percebe-se isso a partir das entrevistas que realizamos e também da análise das ações político-organizativas que estes dirigentes das “recuperadas” vêm realizando tanto em âmbito nacional como internacional (encontros, seminários, publicações e entrevistas) no qual aparece constantemente referência à necessidade de apropriação por parte dos trabalhadores da sua condição de trabalhador-gestor. No entanto, a pesquisa nos mostrou que a distância entre o discurso do *vir a ser* e a realidade no interior de algumas das empresas recuperadas continua grande.

Em segundo lugar percebemos, também, que a experiência política que estes trabalhadores adquiriam ao longo de sua trajetória no movimento sindical é hoje utilizada para organização da ação coletiva das empresas recuperadas autogestionárias, cumprindo, portanto, um papel significativo para o fortalecimento das experiências e o reconhecimento da sua relevância para os trabalhadores. Um dos importantes resultados dessa ação de caráter político tem sido a inclusão na agenda do movimento sindical do tema da autogestão, permitindo que ele extrapole os limites da fábrica no sentido de efetivar relações com outras empresas, movimentos sociais seja em âmbito nacional ou mesmo internacional.

Diferentemente do perfil de empresa recuperada gerida por ex-sindicalistas, encontramos no decorrer da pesquisa um caso em que nenhum dos trabalhadores que assumiram a gestão da fábrica havia tido qualquer experiência anterior em gestão seja ela sindical ou de qualquer outro tipo de organização. A partir da observação inicial que realizamos, identificamos que além desta característica em relação à origem dos trabalhadores-gestores da empresa, outras especificidades se destacavam, o que fez com que dedicássemos uma atenção maior ao estudo deste caso.

Analisando o processo em relação à participação dos trabalhadores na gestão e produção no interior desta fábrica foi possível identificar alguns elementos significativos que caracterizam essa experiência aproximando-as do que poderíamos denominar de princípios do trabalho autogestionário: i) *a não separação da direção da cooperativa da produção*, ou seja, a cooperativa tem 31 cooperados, destes, quatro compõem a diretoria cumprindo as funções de presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário, sendo que todos eles além das funções diretivas que exercem, continuam trabalhando na linha de produção; ii) *a igualdade de*

remuneração: com exceção do presidente, nenhum dos demais cargos da diretoria tem remuneração diferenciada dos demais operários, e mesmo a diferença no caso do presidente é mínima; iii) a *autonomia no processo produtivo*: foram eliminadas todas as chefias existentes nas sessões de produção; iv) a *apropriação do processo produtivo*: os trabalhadores realizam rodízios nas máquinas e nas sessões de produção, possibilitando que todos tenham acesso às diferentes fases de produção, com exceção do setor administrativo e v) o *aprendizado da gestão*: Nenhum dos diretores anteriores ou atuais teve qualquer experiência anterior de gestão, assim como direção de entidades ou qualquer tipo de organização social (sindicato, associação, Ongs. Etc.).

Além destas características destacamos ainda a diminuição drástica dos acidentes de trabalho e do absenteísmo, e a estabilidade adquirida pelos trabalhadores: em quatro anos de funcionamento apenas três pessoas se desligaram da cooperativa. Portanto, se a autogestão não modifica o quadro de dificuldades que qualquer pequena empresa industrial enfrenta para consolidação no mercado altamente competitivo, por outro lado, as novas relações instituídas naquele espaço de produção permitem efetivar formas de trabalho emancipado da relação de assalariamento, contribuindo assim, tanto para o aprendizado de uma nova cultura do trabalho, como para demonstrar a capacidade da classe trabalhadora de gerir um empreendimento econômico.

Malgrado as dificuldades e enormes obstáculos que enfrentam e ainda enfrentarão, estes processos embrionários podem significar “o futuro intervindo no presente, negando a realidade de niilismo, de abolia política e de individualismo que compõe a sociabilidade sob o capitalismo”.²¹⁹ Pensar, portanto, nesses termos, em um contexto marcado pela hegemonia das visões do mundo neoliberal, “louvadas como superiores às utopias de emancipação coletiva”²²⁰ não parece fácil e para alguns, nem mesmo razoável, se levamos em conta que vivemos num tempo marcado, sobretudo, por uma ofensiva ideológica bem sucedida no qual “o ‘adeus ao proletariado’, o adeus às suas lutas e esperanças, foi dado pelos neoliberais em coro com pensadores pós-modernos”.²²¹

²¹⁹ CATTANI. **A construção de uma outra economia**. In: BLIN, Arnaud [*Et alii*]. 100 propostas do Fórum Social Mundial. Petrópolis : Vozes, 2006. pg. 36.

²²⁰ Idem, 36

²²¹ Ibidem.

Entretanto, em resposta àqueles que previram o “fim da história”, que insistem na naturalização e na inevitabilidade do processo em curso, percebemos nestas ações e iniciativas coletivas, que podemos chamar de *contra-hegemônicas*, um “desejo de superação das tutelas, a busca de alternativas mais generosas e solidárias através de rupturas da qual renascem movimentos de contestação, mobilizam-se energias que buscam a reapropriação coletiva das condições de existência, do conteúdo gratificante do trabalho, do domínio social do tempo e da cultura”.²²²

São estas iniciativas econômicas, das quais as empresas recuperadas constituem uma das diversas experiências, que identificamos como *laboratórios de trabalho emancipado*, ou como denomina Paul Singer, “implantes anticapitalistas com potencial socialista”.²²³ São experiências extremamente significativas enquanto demonstração da capacidade dos trabalhadores de tornarem-se concretamente “livres produtores associados”.

Em relação à primeira questão da pesquisa, ou seja, *o significado que o trabalho autogestionário tem para os trabalhadores*, o estudo demonstrou que, ao mesmo tempo que proporciona uma distribuição mais justa e equitativa de renda, ela significa a possibilidade de efetivar novas relações sociais baseadas na cooperação, na solidariedade, na satisfação dos trabalhadores e valorização do trabalho, construindo uma prática oposta aos valores do egoísmo e da competição que norteiam a lógica excludente do capitalismo, como ficou explícito nas entrevistas realizadas com os trabalhadores.

A conclusão provisória a que podemos chegar, principalmente quando analisamos um fenômeno em desenvolvimento, nos permite afirmar que a construção do acumulado até aqui pelas experiências de autogestão no Brasil constitui uma conquista da classe trabalhadora, que resistiu às conseqüências do projeto neoliberal, constituindo, como resposta ao desemprego a autogestão via recuperação de empresas. Esses *laboratórios de trabalho emancipado* apresentam-se como possibilidades para os trabalhadores de apropriação coletiva do resultado do seu trabalho, conquistando o controle e propriedade dos meios de produção, realizando uma gestão democrática e participativa e afirmando com isso que a autogestão é um tema central em qualquer projeto que se pretenda realmente emancipatório.

²²² CATTANI (2006), pg. 38.

²²³ SINGER (1999), pg. 128.

Nesse sentido, chegamos à outra questão central da pesquisa, qual seja, *as possibilidades que a autogestão nas condições atuais, apresentam como perspectiva para efetivar novas relações de trabalho emancipado?* Da mesma forma que Marx identificou que as cooperativas operárias “*enquanto projeto*”, e somente neste patamar, podem superar positivamente a contradição entre capital e trabalho, constituindo um elemento do modo de produção socialista, que se desenvolve a partir do modo de produção capitalista”.²²⁴

As experiências em curso somente poderão constituir-se como possibilidade de *trabalho concretamente emancipado*, no sentido da *emancipação social*, quando estiverem no centro de *um projeto estratégico de transformações sociais*, o que necessitará de um aprofundamento do processo político-organizativa dos trabalhadores autogestionários, pois é no interior das diversas dinâmicas associativas- articuladas politicamente a um projeto democrático de sociedade- que se forma uma vontade coletiva e se desenvolve o senso crítico de indivíduos que progridem até a formação duma concepção de mundo coerente e unitária capaz de ultrapassar as reivindicações parciais e os limites duma ética individual.

[...] Nesse processo as rupturas com ‘blocos’ ético-políticos vazios e ultrapassados são inevitáveis, assim como é decisiva a afirmação da autonomia das classes subalternas, a elaboração de valores e práticas sociopolíticas mais avançadas que permitem a construção duma nova hegemonia [...].²²⁵

Nesse sentido, salientamos os limites da presente pesquisa. Realizada a partir da análise da experiência autogestionária dos metalúrgicos gaúchos, mesmo que tenha deixado em aberto diversas lacunas e questões relevantes, como a relação com os poderes públicos, com os partidos políticos e com as experiências de outros países (temas centrais para compreender o alcance do fenômeno), entendemos que constitui uma contribuição a futuras pesquisas que aprofundem a temática, sobretudo, aquelas que dêem ênfase ao estudo sobre *projetos de sociedade*, pois qualquer análise sobre esta temática que não leve em conta o fato de que este fenômeno é parte de um processo político e social amplo, com todas as contradições e ambigüidades que isto acarreta, não conseguirá avançar.

²²⁴ SINGER (1999), pg 128.

²²⁵ SEMERARO, Giovanni. **GRAMSCI e a Sociedade Civil: Cultura e educação para a Democracia**. Petrópolis: Vozes, 1999, pg.169.

Malgrado estas contradições intrínsecas aos processos contra hegemônicos, as experiências inovadoras que encontramos na prática destes *trabalhadores autogestionários* constituem-se também como referência importante para o desenvolvimento de novas atividades econômicas alternativas que tenham capacidade de responder aos desafios da inclusão e da geração de trabalho, merecendo, portanto, uma atenção especial por parte dos poderes públicos.

Forjar as condições para a construção de práticas de *trabalho emancipado* no contexto do capitalismo contemporâneo, a partir das formas autônomas, autogestionárias e associativas de organização do trabalho, somente será possível através da internacionalização da organização dos trabalhadores, da expansão de redes de empresas autogestionárias que se desenvolvem em diferentes partes do mundo, interconectando-se mais e mais umas com as outras buscando efetivar uma *outra economia* cuja dinâmica deve ser a autogestão das necessidades, da produção e distribuição das riquezas materiais e imateriais.

Se nossa hipótese estiver correta ao identificar as experiências das empresas recuperadas como *laboratórios de trabalho emancipado*, que cumprem o papel de referência para construção de um *projeto amplo* que aponte para uma nova *hegemonia*, cujo primado deve ser exatamente o *trabalho emancipado*, uma premissa é fundamental, qual seja, a de que em todas as experiências que se pretendam autogestionárias os trabalhadores sejam efetivamente sujeitos do processo produtivo e de gestão.

Entretanto, a construção dessa nova sociabilidade, baseada no *trabalho emancipado e emancipador*, como disse Marx, será fruto de longas lutas, como tem sido a história de resistência dos explorados e oprimidos. Por isso, iniciamos este estudo com uma análise do tema do trabalho emancipado como condição da emancipação social, destacando as principais experiências em que a ação coletiva dos trabalhadores experimentou práticas de trabalho emancipado no contexto das lutas anticapitalista na história. A partir desse quadro referencial analisamos as experiências contemporâneas da América Latina na qual vinculamos as experiências das empresas recuperadas dos metalúrgicos gaúchos como parte deste processo histórico, ou seja, incluídos tanto da luta dos trabalhadores da Comuna de Paris de 1871 como

nas experiências das fábricas recuperadas na Argentina e empresas de co-gestão da Venezuela. O que queremos salientar é que o objeto de nossa pesquisa só pode ser compreendido a partir da inserção no processo histórico, tanto como experimentação como enquanto perspectiva de futuro.

[...] A partir de aquí surge uno de los aprendizajes más destacados de las empresas recuperadas, que es el hecho de demostrar que los trabajadores pueden llevar adelante la producción por si mismos y no depender de la patronal. Esta vivencia se hace efectiva con el comienzo de la producción autogestiva, momento festejado y vivido por los trabajadores, al poner fin al maltrato y manoseo patronal lo cual es un salto en el reconocimiento de la dignidad como trabajadores [...].²²⁶

Por fim, salientamos que, além do tema do trabalho na sociedade contemporânea, as futuras pesquisas não podem perder de vista a necessidade de pautar outras questões que se colocam com muita atualidade quando vivemos em um sistema que “corrói o caráter”²²⁷ das pessoas, principalmente, “aquelas qualidades que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável”²²⁸, ou seja, como podemos buscar objetivos e projetos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como podemos construir e manter relações sociais emancipadas? Como podemos desenvolver uma narrativa de identidades coletivas e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos?

A presente pesquisa demonstrou que estas são questões que deverão estar no centro de qualquer análise sociológica, assim como nas alternativas, em relação ao futuro do trabalho. Pois, parafraseando, Walter Benjamin, “precisamos da **sociologia**, mas não da maneira com que um vadio mimado, passeando pelos jardins do conhecimento, costuma necessitá-la”.²²⁹

²²⁶ MARTINEZ, VOCOS (2002), pg. 83

²²⁷ SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro. Ed. Record, 2005, pg. 27.

²²⁸ Idem. pg.27.

²²⁹ VARES, Luiz Pilla. **O pescador de pérolas. Por um marxismo vivo**. Porto Alegre: Ed. Tchê, 1988. pg. 67 Na frase original Walter Benjamin se refere à história e não à sociologia.

BIBLIOGRAFIA

- ABELLI, José. **Marco legal de la Economía Solidária.** In MELLO, Sylvia Leser [Org.]. *Economía Solidária e Autogestão. Encontros Internacionais.* São Paulo: NESOL -USP,ITCP-USP,PW,2005.
- ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto. **Autogestão.** In. CATTANI, Antonio David [Org.]. *A outra economia,* Ed. Veraz, 2003.
- ANDERSON, Perry [Org.]. **Pós - Neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2000 (2ª Edição).
- _____. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez; Campinas:UNICAMP, 2000 (7ª. Edição revista e ampliada).
- _____. **A Dialética do Trabalho. Escritos de Marx e Engels.** São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2005 (2ª edição).
- ARRUDA, Marcos. **Trabalho emancipado.** In CATTANI, Antonio David [Org.]. *A outra Economia.* Porto Alegre: Veraz, 2003.
- AZEVEDO, Carla de. [E col.] **COOPEREL.** Trabalho de Conclusão de Estágio em Relações Públicas [Projeto experimental IV], do curso de Comunicação Social de UNISINOS. São Leopoldo, (mimeo.),2006.
- BOITO, Armando. **Política Neoliberal e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Ed. Xamã, 1999.
- BORÓN, Atílio. *A Sociedade Civil Depois do Dilúvio Neoliberal.* In ANDERSON, Perry [Org.]. **Pós –Neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- BOTTOMORE, Tom [Ed.]. *Associação cooperativa.* In **Dicionário do Pensamento Marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BRUNO, Lucia. **O que é autonomia Operária.** São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BUEY, Francisco Fernández. **Marx (sem ismos).** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CATTANI, Antonio David. [Org.]. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

_____. **A construção de uma outra economia**. In BLIN, Arnaud [*Et alii*]. 100 propostas do Fórum Social Mundial. Petrópolis : Vozes, 2006.

_____. **Autonomia-Emancipação Social**. In CATTANI, Antonio David e HOLZMANN, Lorena. [Orgs.]. Dicionário de Trabalho e Tecnologia. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

CLARO, Mauro. **UNILABOR: desenho industrial, arte moderna e autogestão operária**. São Paulo: Editora Senac/SP, 2004.

CODO, Wanderley [*Et alii*] **Indivíduo, trabalho e sofrimento. Uma abordagem Interdisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1993.

COUTROT, Thomas. **Démocratie contre capitalisme. La dispute**. Paris, SNÉDIT, 2005.

DECCA, Edgar Salvadore de. **A ciência da produção: a fábrica despolitizada**. Revista Brasileira de História. Editora Marco Zero, 1984.

ESTANQUE, Elísio. **A reinvenção do sindicalismo e os novos desafios emancipatórios: do despotismo local à mobilização global**. In. SANTOS, Boaventura. [Org.]. **Trabalhar o mundo. Os caminhos do novo internacionalismo operário**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FAJN, Gabriel [*Et alii*]. **Fábricas y Empresas Recuperadas. Protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad**. Buenos Aires: Editorial Centro Cultural de la Cooperación, 2003.

_____. **Fábricas recuperadas: la organización en cuestión**. (mimeo.) 2004. Ver em www.iisg.nl/labouragain/documents/fjn.pdf,

FANTIM, Márcia. **Os significados da experiência de gestão de uma mina pelos trabalhadores em Criciúma/SC nas malhas das relações de poder**. Florianópolis: UFSC, 1991. [Dissertação de Mestrado em Antropologia Social].

FARIA, Maurício Sardá de . “...**Se a coisa é por aí, que autogestão é essa? Um estudo da experiência “autogestionária” dos trabalhadores da Makerly Calçados**. Florianópolis. UFSC, 1997. [Dissertação de mestrado em Administração].

_____. **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: Avatares do trabalho e do capital**. Florianópolis, UFSC, 2005. [Tese de Doutorado em Sociologia Política].

_____. **Cooperativismo e empresas recuperadas: novos e velhos problemas para os sindicatos**, (mimeo.) 2006.

FILHO, Genauto Carvalho de França e LAVILLE, Jean- Louis. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

GASPAR, Ricardo Carlos. **As Fronteiras do possível: Trabalho, lazer e civilização**. São Paulo: Germinal, 2003.

GUIMARÃES, Valeska [Et alii]. **Empreendimentos autogeridos em Santa Catarina : uma alternativa democrática à produção**. In PICCININI, Valmiria. [Et alii]. O Mosaico do trabalho na Sociedade Contemporânea. persistências e inovações. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2006.

HADDAD, Fernando. **Trabalho e Linguagem. Para a renovação do socialismo**. Rio de Janeiro. Azougue Editorial, 2004.

_____. **Hay que ser solidário pero sin perder la combatividad jamás**. In MELLO, Sylvia Láser de. [Org.]. Economia Solidária e Autogestão. Encontros Internacionais. São Paulo: NESOL - USP, ITCP - USP, PW, 2005.

HARDMAN, Francisco Foot. LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20**. São Paulo: Global Ed. 1982.

HARVEY, David. **Condição Pós Moderna**. São Paulo: Loyola, 2005.

HOLZMANN, Lorena. **Operário Sem patrão: Gestão cooperativa e dilemas da democracia**. São Carlos: Editora da UFSCAR, 2001.

KOSIK, Karel. **A dialética do Concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KURZ, Robert. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1998.

LAVILLE, Jean – Louis. [Et alii]. **Ação Pública e economia Solidária. Uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

LEBOUTTE, Paulo. **Economia Popular Solidária e Políticas Públicas. A experiência Pioneira do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE, 2003.

LENIN, V. I. **Sobre a cooperação**, In Obras escolhidas. Vol. III. Ed. Alfa-Omega. 1980.

LERNER, Fidel [Et alii]. **Comuna de Paris: estamos aqui pela humanidade**. São Paulo: Xamã, 2002.

LIMA, Jacob Carlos. **O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: O paradigma revisitado**. In Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 19, nº 56 outubro/2004.

_____. **Cooperativas falsas ou cooperagos**. In CATTANI, A.D e HOLZMANN, Lorena. [Orgs.]. Dicionário de trabalho e tecnologia. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

LOPES, Arildo da Motta, SANTOS. José Domingos Peres dos. **A Uniforja e seus sócios-trabalhadores: autogestão e direito à propriedade**. Revista de Economia Solidária. Ano 1, nº 0, dez.2005.

MANETTI, Dione. **Fomento às empresas recuperadas: A autogestão como materialização do trabalho decente.** Revista de Economia Solidária. Brasília: Ministério do Trabalho, 2006.

MARGLIN, Stephen A. **Origem e funções do parcelamento das tarefas. Para quê servem os patrões?** In GORZ, André [Org.]. Crítica da Divisão do Trabalho. São Paulo Martins Fontes, 1980.

MARIN, Adarfio. **La nueva era de las empresas de producción social.** (mimeo.). 2006. Ver www.rebellion.org, acesso em 15/09/06

MARQUES, Paulo L. A. **Nos tempos do Novo sindicalismo. Os trabalhadores gaúchos no olho do furacão.** In Histórias do Trabalho-1996/1997. Porto Alegre: Unidade Editorial/SMC. Porto Alegre, 1998.

_____. **Um perfil semelhante ao de milhares de cidades brasileiras.** In GUIMARÃES, Gonçalo e SCHWENGBER, Ângela. [Orgs.]. Diretrizes para políticas Públicas de Economia Solidária: A contribuição dos Gestores Públicos. Rio de Janeiro: ITCP/COOPE/UFRJ, 2004.

MARTÍ, Juan Pablo [Et alii]. **Empresas recuperadas mediante cooperativas de trabajo. Viabilidade de una alternativa.** Revista UniRcoop. IRECUS, Université de Sherbrooke, Canadá. Vol.2, número 1, outubro de 2004.

MARTINEZ, VOCOS, Oscar, Federico. **Las empresas recuperadas por los trabajadores y el movimiento obrero.** In CARPINTERO, Enrique e HERNÁNDEZ, Mario. [Orgs.]. Produciendo Realidad: Las Empresas comunitárias. Buenos Aires: Editorial Topia, 2002.

MARX, Karl. **A Guerra Civil na França.** São Paulo: Global Editora, 1986.

_____. **A ideologia Alemã.** São Paulo: Ed. HUCITEC, 1996.

_____. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. **A Manufatura,** In MARGLIN, Stephen, **Divisão Social do Trabalho, Ciência, técnica e Modo de Produção Capitalista.** Publicações Escorpião, Porto, 1974.

_____. **O Capital. Crítica da Economia Política.** Livro I, Vol. I e Vol. III. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Salário, preço e lucro.** In ANTUNES, Ricardo. [Org.]. A dialética do trabalho. Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2004. pg.122.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil Desempregado. Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

MERCURE, Daniel e SPURK, Jan [Orgs.]. **O trabalho na história do pensamento ocidental.** Petrópolis: Vozes, 2005.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da Alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2006.

MOTTA, **Burocracia e Autogestão**. São Paulo; Brasiliense, 1981.

NAHAS, Valesca Guimarães. **Autogestão**. In CATTANI, Antonio David e HOLZMANN, Lorena. [Orgs.]. **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2006.

NASCIMENTO, Cláudio. **Autogestão e economia solidária**. In Democracia e autogestão. *Revista Temporaes*. FFLCH – USP, 1999.

_____. **Do “Beco dos Sapos” aos Canaviais de Catende. (Os “Ciclos longos” das Lutas Autogestionárias)**. Brasília: SENAES, abril de 2005. (mimeo.).

NETO, José Francisco de Mello. **Extensão Universitária, Autogestão e Educação Popular**. João Pessoa: Editora UFPB, 2004.

ODA, Nilson Tadashi. **Gestão e Trabalho em Cooperativas de produção: dilemas e alternativas à participação**. São Paulo: USP, 2001. [dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção].

_____. **Sindicato e Cooperativismo: Os metalúrgicos do ABC e a UNISOL Cooperativas**. In SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de [Orgs.]. **A Economia Solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da Pesquisa. Abordagem Teórico-prática**. Campinas: Papirus, 2005.

PARRA, Henrique Zoqui. **Sindicalismo e Cooperativismo: Entre a criação e a destituição**. In SOUZA, André Ricardo. [Et alii]. **Uma Outra economia é Possível**. Paul Singer e a Economia Solidária. São Paulo, Contexto, 2003.

PICCHETTI, Valentina. **Fábricas Tomadas, fábricas de esperanzas. Las experiencias de Zanón y Brukman**. In *Produciendo Realidad. Las empresas comunitárias*. Buenos Aires: Topia Editorial, 2002.

PINTO, João Roberto Lopes. **Economia Solidária: de volta à arte da associação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

POCHMANN, Márcio. **O Trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 2002.

PUPE, Mauro Wagner. **Trabalho Solidário - o bem sucedido caso Coomec**. Porto Alegre: Palomas, 1996.

SADER, Emir. **Século XX. Uma biografia não autorizada**. O Século do Imperialismo. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza [Org.]. **Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Para ampliar o cânone da produção.** In *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHIOCHET, Valmor. **Empresas Recuperadas no Brasil: um retrato a partir do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.** Revista de Economia Solidária. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego/SENAES. Ano II, nº 1, junho de 2006.

SCHMIDT, Derli. **De Mondragón a Cachoeirinha. Cooperativa de Produção Industrial: Uma nova relação capital e Trabalho?** Revista Perspectiva Econômica.. Vol.36, nº 116. Série Cooperativismo. nº 50, São Leopoldo: UNISINOS, 2001, pg 115-149.

SEMERARO, Giovanni. **GRAMSCI e a Sociedade Civil: Cultura e educação para a Democracia.** Petrópolis: Vozes, 1999.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** Rio de Janeiro. Ed. Record, 2005.

SILVA, Cláudio Domigues. e ODA, Nilson Tadashi. **UNISOL Brasil e as ações de apoio às empresas recuperadas: cooperativas autogestionárias, trabalho, renda e desenvolvimento social.** In Revista de Economia Solidária. Brasília: Ministério do Trabalho/SENAES, ano 1, nº 0, dezembro de 2005.

SINGER, Paul. **Uma Utopia Militante: repensando o socialismo,** Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Desafio à Solidariedade.** In *Sindicalismo & Cooperativismo. A Economia Solidária em Debate. Transformações no Mundo do Trabalho.* Unitrabalho. S/d.

_____. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil.** In SANTOS, Boaventura de Souza [Org.]. *Produzir para Viver. Os caminhos da produção não capitalista.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Economia Socialista.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **Reflexões sobre o socialismo,**(mimeo.). 2005.

_____. **Recuperação de Empresas.** Revista de Economia Solidária, ano 1, nº 0. Brasília, dez. 2005.

_____. **Senaes - uma experiência brasileira de política de economia solidária.** In FILHO, Genauto Carvalho de França [*Et. alii*] *Ação Pública e economia solidária. Uma Perspectiva Internacional.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina.** Petrópolis: Vozes, 2001.

TAUILE, José Ricardo [*Et alii*]. **Empreendimentos Autogestionários Provenientes de Massas Falidas.** Brasília, MTE/IPEA/ANPEC, 2005.

TIRIBA, Lia Vargas. **Autogestão e chão-de-fábrica: um ensaio inspirado nos trabalhadores da Remington**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, (mimeo.). 1994.

_____. **Economia Popular e Cultura do Trabalho: Pedagogia(s) da produção associada**. Ijuí: Editora da UNIJUI, 2001.

THOMPSON. E.P. **Tempo, Disciplina de trabalho e capitalismo industrial**. In Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VARES, Luiz Paulo de Pilla. **O pescador de pérolas. Por um marxismo vivo**. Porto Alegre: Ed. Tchê, 1988.

_____. **O Anarquismo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988.

VIEITEZ, Cândido Giraldez e DAL RI, Neusa Maria. **Trabalho Associado. Cooperativas e empresas de autogestão**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

WEBSTER, Eduard e LAMBERT, Rob. **Emancipação Social e o novo internacionalismo operário: Uma perspectiva do sul**. In. SANTOS, Boaventura de Souza [Org.]. **Trabalhar o mundo, os novos caminhos do internacionalismo operário**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

JORNAIS, REVISTAS E BOLETINS.

Jornal Já. **Eles tomaram a fábrica do patrão**. Março de 2005.

ABC domingo. **Cooperativas em discussão**. 22/10/05.

Diário de Canoas. **CTMC comemora 5 anos com almoço e visitas ilustres**. 23/03/06.

Revista Fórum. **O Novo pensamento econômico socialista**. 18/11/2004.

Revista de Economia Solidária. Ano 1, n. 0, dez. 2005.

Revista de Economia Solidária. Ano 2, n 1, jun. de 2006.

Revista dos Metalúrgicos - CNM/CUT. Edição especial, 1995.

Boletín: **Cogestión con Producción. Todo el poder para los trabajadores**. Órgano Informativo de CVG Aluminio del Carona, S. A (CVG Alcasa)/ ago.-dez./ 2005. Publicação do Ministério de Industrias Básicas y Minería.

Revista: El desarrollo Endógeno em la Revolución Bolivariana: de la revolución política a la revolución econômica. Ministério para la Economía Popular. Governo Bolivariano da Venezuela, 2005.

AUTOGESTÃO. Boletim Informativo da ANTEAG. n 5, dez. 2000/ jan. 2001.

AUTOGESTÃO. Boletim Informativo da ANTEAG. n 6, fev./mar. 2001.

AUTOGESTÃO. Boletim Informativo da ANTEAG. n 7, abr./mai. 2001.

AUTOGESTÃO. Boletim Informativo da ANTEAG. n 8, set./out. 2001.

DOCUMENTOS

Autogestão e Economia Solidária. Uma nova metodologia. São Paulo. ANTEAG/Ministério do Trabalho, 2005.

Compromissos y Conclusiones del 1º Encuentro Latino-americano de Empresas Recuperadas. Caracas: Ministério del Trabajo, 2005.

ANAIS da I Conferência Nacional de Economia Solidária. Economia Solidária como Estratégia e política de desenvolvimento. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, out.2006.

Sindicalismo e Economia Solidária. Reflexões sobre o projeto da CUT. Publicação do GT Nacional Economia Solidária. CUT Brasil. Dezembro de 1999.

Atlas da Economia Solidária no Brasil. Brasília: Ministério do Trabalho, 2006.

ANEXO I ²³⁰

**COMPROMISSOS Y CONCLUSIONES DEL 1º ENCUENTRO
LATINO-AMERICANO DE EMPRESAS RECUPERADAS**

**COMPROMISSO DE CARACAS
EN LA RUTA DE LA INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA**

Los trabajadores y trabajadoras reunidos en la ciudad de Caracas, capital de la República Bolivariana de Venezuela, en el marco de la celebración del I Encuentro Latinoamericano de Empresas Recuperadas por los trabajadores convocado por el Movimiento de Empresas Recuperadas de Argentina, el PIT-CNT de Uruguay, movimiento de Fábricas Ocupadas de Brasil y la Unión Nacional de Trabajadores (UNT) de la República Bolivariana de Venezuela:

1- Dejamos constancia de la presencia en este I Encuentro Latinoamericano de las representaciones de los compañeros y compañeras de Argentina, Brasil, Ecuador, Perú, Paraguay, Uruguay y de la República Bolivariana de Venezuela, quienes a través de una lucha de años, marcada por la constancia y la esperanza, la confianza en nuestros poderes creadores hemos recuperado para nosotros y para nuestros pueblos, 235 unidades productivas a lo largo de América Latina;

2- Saludamos a la importante presencia de los compañeros y compañeras de las siguientes organizaciones sindicales de nuestra América Latina: Central de Trabajadores de Argentina (CTA) y Confederación General de Trabajadores (CGT) de la República Argentina; la Central Obrera de Bolivia (COB), de la República de Bolivia; la Central Unitaria de Trabajadores (CUT) y la Confederación General del Trabajo (CGT) de la República de Colombia; la Central Única de Trabajadores (CUT) de la República Federativa del Brasil; la Central de Trabajadores de Ecuador (CTE), de la República de Ecuador; la Central Nacional de Trabajadores de Trabajadores de Panamá (CGTP) de la República de Panamá; la Central de Trabajadores de Haití (CTH) de la República de Haití; la Central General de Trabajadores de Perú (CGTP), La Central Única de Trabajadores (CUT), la Central de Trabajadores del Perú (CUT), todas ellas de la República del Perú; la Unión Nacional de Trabajadores (UNT), la Confederación de Sindicatos Autónomos (CODESA), la Central Unitaria de Trabajadores de Venezuela (CUTV) y la Confederación General de Trabajadores (CGT) de la República Bolivariana de Venezuela.

3- Agradecemos la asistencia y la participación, en su carácter de valiosos invitados, de los representantes de los gobiernos y parlamentos de la República Argentina, de la República de Bolivia, de la República Federativa de Brasil, de la República Oriental del Uruguay y de la República Bolivariana de Venezuela, así como del Parlamento Latinoamericano, quienes a los largo de este I Encuentro Latinoamericano de Empresas Recuperadas por los Trabajadores y las Trabajadoras, han debatido y analizado sobre la necesidad de legislar sobre los instrumentos y procedimientos adecuados sea para la expropiación o estatización, sea para la recuperación y reactivación de las empresas bajo control y gestión de los trabajadores y trabajadoras, así como sobre las políticas públicas que deben adelantarse, en forma urgente, en el orden administrativo, comercial y financiero, para facilitar por esta vía la generación sustentable de empleos dignos y de calidad.

4- Declaramos ante este escenario de intercambio y aprendizaje colectivo entre países hermanos, nuestro rechazo a la opresión imperialista sobre nuestros pueblos y a las leyes y valores del libre mercado y del capitalismo que, en su fase neoliberal, ha condenado a nuestros pueblos a la exclusión, a la pobreza, a la profundización de la desigual distribución de los ingresos y de la riqueza, todo bajo instituciones y reglas financieras y comerciales, que lejos de facilitar nuestra emancipación y

²³⁰ Citado na pág. 45.

liberación frente a los problemas que nos han aquejado por décadas, son la causa y el origen de su profundización, al extremo de provocar 220 millones de pobres en los países de América Latina;

5- Por ello, ratificamos nuestro compromiso por lograr la apertura y reactivación de todas aquellas empresas que pretendan ser trasladadas, estén quebradas o que amenacen con despidos masivos de trabajadores, o que hayan sido cerradas o convertidas en activos ociosos por el neoliberalismo y su prepotente clase dirigente, siempre en perjuicio de nuestros trabajadores y trabajadoras, de sus legítimos derechos, así como en desmedro de nuestros pueblos y de la satisfacción de sus necesidades básicas;

6- Consideramos que lograr mantener en funcionamiento los activos productivos o la reapertura y reactivación de las empresas o de los activos productivos ociosos, bajo el protagonismo del Estado y la dirección de los trabajadores y trabajadoras, también contribuye a recuperar la legitimidad y la confianza en la democracia, vinculándola en forma inmediata a la voluntad de las mayorías y a la satisfacción de sus necesidades, garantizando condiciones de seguridad para disfrutar de una vida digna;

7- Reafirmamos que las empresas recuperadas de la crisis provocada por el pillaje imperialista sobre nuestras naciones y su inhumana clase dirigente, deben ser dirigidas y gestionadas por los trabajadores y trabajadoras fundamentándose en mecanismos basados en la propiedad colectiva y/o pública.

8- Manifestamos que las empresas recuperadas por los trabajadores y las trabajadoras deben caracterizarse por el respeto de los derechos laborales de quienes trabajan en ellas, por el cumplimiento de todas las conquistas de la clase trabajadora y a las contribuciones sociales, permitiendo una relación armónica y responsable con las comunidades donde se encuentran ubicadas y con la patria donde se desarrollan;

9- Valoramos que la lucha de las empresas recuperadas por los trabajadores y trabajadoras, además de constituir un instrumento fundamental de lucha en defensa del empleo, de los derechos y de y de la soberanía nacional y en contra de la injusticia social, deben ser un instrumento de lucha y de integración de los pueblos de América Latina, basado en la lucha común en contra del imperialismo opresor, en defensa de la soberanía de los pueblos y en defensa de las conquistas populares, democráticas y nacionales.

Conforme a estas bases, y valorando la diversidad cultural y étnica de nuestros pueblos, acordamos en nombre de nuestras empresas recuperadas:

1. Difundir ampliamente las conclusiones y acuerdos alcanzados en las mesas de debate constituidas por los representantes de las empresas recuperadas por los trabajadores y las trabajadoras, por las organizaciones sindicales de los diferentes países hermanos presentes en este I Encuentro Latinoamericano, que forman parte integrante del presente Compromiso;

2. Crear un mecanismo de coordinación de las diferentes empresas recuperadas bajo control de los trabajadores y las trabajadoras, cuya primera reunión de trabajo tendrá lugar el próximo mes de marzo de 2006, en la ciudad de Caracas.

3. Establecer convenios de intercambio y complementariedad en el campo de la formación y capacitación de los recursos humanos de la clase obrera; de la transferencia de productos, materias primas y tecnología, para ayudar a sustentar la lucha en defensa del empleo, del parque industrial y la soberanía nacional y promover la integración entre los trabajadores y trabajadoras de los diferentes países, que asegure la unidad y el bienestar de nuestros pueblos;

4. Reclamar a las organizaciones sindicales que asuman como propia las exigencias, luchas y movilizaciones de los trabajadores y trabajadoras comprometidas en la recuperación y reactivación de las empresas, asumiendo con consecuencia revolucionaria la estatización, el control obrero y la emancipación del trabajo frente al capital y los patrones;

5. Exigir de los gobiernos anteproyectos de ley marco sobre empresas recuperadas por los trabajadores y trabajadoras, sin dejar de llevar a cabo en sus propios países el impulso de legislaciones que permitan, por esta vía, la protección de fuentes de trabajo dignas y sustentables;

6. Proponer a los gobiernos de nuestros países la creación de un fondo especial financiero y de garantía, constituido con recursos provenientes de los estados en la forma de capital semilla, destinado a financiar proyectos de recuperación y reactivación de las empresas bajo control de los trabajadores, la constitución de un banco de insumos y materias primas, así como los planes de actualización tecnológica;

7. Requerir a los gobiernos de nuestros países el establecimiento de medios de infraestructura y comunicación, que faciliten el intercambio de materias primas y de productos terminados por parte de las empresas recuperadas bajo control de los trabajadores;

8. Solicitar a los gobiernos de nuestros países la creación, ampliación o fortalecimiento de las instituciones y/o programas específicos dirigidos a la recuperación o actualización tecnológica de las empresas recuperadas por los trabajadores y las trabajadoras, susceptibles de mejorar los aspectos de seguridad ocupacional, así como la mitigación del impacto ambiental sobre los entornos en los que se encuentran ubicadas;

9. Solicitar a los Parlamentos de nuestros países la adopción de instrumentos legales, incluyendo reformas normativas, que permitan en forma expedita la declaratoria de utilidad pública o interés social de los activos empresariales ociosos, así como su expropiación y estatización, siempre que su uso y administración se coloque a favor de los trabajadores y trabajadoras, asegure a éstos empleos dignos y de calidad, facilite la reconstitución de cadenas o redes productivas, así como asegure la producción de bienes y servicios básicos para nuestros pueblos.

10. Celebrar el II Encuentro Latinoamericano de las Empresas Recuperadas por los Trabajadores y Trabajadoras el próximo mes de julio de 2006, en la ciudad de Caracas;

Al calor de los acuerdos alcanzados, queremos ratificar nuestro reconocimiento a los y las representantes de organizaciones sindicales presentes, así como a los y las representantes de los gobiernos y de los Parlamentos que han participado en este I Encuentro Latinoamericano de Empresas Recuperadas por los Trabajadores y las Trabajadoras.

Agradecemos, finalmente, al Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, a su gobierno y al pueblo venezolano, su compromiso con las luchas que los pueblos de América Latina libran por la dignidad y por la justicia social, contra la opresión imperialista y por la soberanía nacional, demostrando con ello que sí es posible abrir paso a otro mundo y a una nueva sociedad.

A la Revolución Bolivariana, nosotros, quienes hemos sobrevivido y procuramos la derrota del imperialismo, queremos decirle que hoy resulta imprescindible una integración por las bases de nuestros pueblos, una integración basada en el derecho a la autodeterminación de los pueblos y la soberanía nacional, haciendo que la espada de Bolívar continúe recorriendo nuestra América Latina, para lograr la patria grande que proclamaron nuestros libertadores.

Caracas, 29 de octubre de 2005²³¹

²³¹ **Compromisso e Conclusões do 1º Encontro Latino-americano de Empresas Recuperadas.** Caracas: Ministério del Trabajo, 2005.

